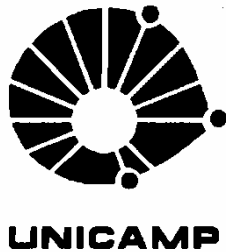


Número: 93/2008



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUZIA APARECIDA JOINHAS

**“A FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE COMO UM
ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES: ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO”**

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de doutor
em Ciências.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Arlêude Bortolozzi

CAMPINAS – SÃO PAULO

Julho 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

J667f	<p>Joinhas, Luzia Aparecida. A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como um espaço de contradições : entre a memória e o esquecimento / Luzia Aparecida Joinhas. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.</p> <p>Orientador: Arlêude Bortolozzi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1.Florestas - Proteção. 2. Patrimônio cultural. 3. Educação Patrimonial. I. Bortolozzi, Arlêude. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	---

Título e subtítulo em inglês: Edmundo Navarro de Andrade State Forest as space of contradictions : between memory and forgetfulness.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Forest protection, Cultural property. Patrimonial education,

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Doutor em Ciências.

Banca examinadora: Marisa Varanda Teixeira Carpintero, Juleusa Turra, Márcia da Silva, Claudete de Castro Silva Vitte.

Data da Defesa: 29-07-2008.

Programa de Pós-Graduação em Ciências.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: LUZIA APARECIDA JOINHAS

A FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE COMO
UM ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES: ENTRE A MEMÓRIA E O
ESQUECIMENTO

ORIENTADORA: Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Aprovada em: 29,07,08.

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Arlêude Bortolozzi - Presidente

Profa. Dra. Márcia da Silva

Márcia da Silva

Profa. Dra. Juleusa Maria Theodora Turra

Juleusa Maria Theodora Turra

Profa. Dra. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

Marisa Varanda Teixeira Carpintéro

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Claudete de Castro Silva Vitte

Campinas, 29 de julho de 2008

*Quando eu morrer quero ficar,
não contem aos meus inimigos,
sepultado na minha cidade,
saudade.*

*Meus pés enterrem na Rua Aurora,
no Paiçandu deixem meu sexo,
Na Lopes Chavez, a cabeça
esqueçam.*

*No Pátio do Colégio afundem
o meu coração paulistano:
um coração vivo e um defunto
bem juntos.*

*Escondam no Correio o ouvido
direito, o esquerdo, nos telégrafos,
quero saber da vida alheia,
sereia.*

*O nariz, guardem nos rosais,
a língua, no alto do Ipiranga
para cantar a liberdade.
saudade...*

*Os olhos no Jaraguá
assistirão ao que há de vir.
O joelho na Universidade,
saudade...*

*As mãos atirem por aí,
que desvivam como viveram.
As tripas atirem pro diabo,
que o espírito será de Deus.
Adeus”.*

*Lira Paulistana (1944) Mario de Andrade – Poesias Completas
A cidade e o corpo estão amalgamados pelas memórias e fantasias compartilhadas.*

DEDICATÓRIA

*Para todos os moradores de Rio Claro,
que eles possam desvendar os mistérios do passado.*

Para Vitor
*Obrigada pelo companheirismo, carinho e compreensão em todos os momentos deste
trabalho, inclusive minhas ausências. Pelas incontáveis contribuições e leituras;*

Para Shirley
Minha eterna amiga obrigada pelo carinho, amizade e apoio em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de toda a trajetória, esta tese recebeu contribuições importantes e enriquecedoras de diversos órgãos e pessoas. Peço antecipadamente desculpas àqueles que, por algum motivo, foram esquecidos, mas que, de certa forma, estão presentes em cada linha desse trabalho. A todos, gostaria de expressar meus profundos agradecimentos pelo apoio recebido durante a execução do trabalho. Sou especialmente grata:

- A minha família, pelo apoio incondicional, compreendendo e aceitando minhas escolhas e caminhos, e ainda, entendendo minha constante ausência.
- Ao Alvaro e à Ana, por me incentivarem a concluir mais essa etapa de minha vida;
- A minha orientadora, Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi, pela valiosa orientação, sempre aberta ao debate e a busca de novas possibilidades na ciência geográfica;
- À Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de Geociências, por proporcionar a ajuda necessária para o desenvolvimento deste trabalho;
- Um agradecimento muito, muito especial às secretárias de Pós-Graduação - Valdirene e Ednalva pelo carinho, amizade e presteza;
- Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, por estarem sempre à disposição para discussões e ajudas necessárias;
- À Profa. Dra. Marisa Carpintero e Profa. Dra. Solange Lima Guimarães pelas contribuições na participação da Banca de Exame de Qualificação;
- Ao Condephaat, por me receber e permitir o acesso a documentos importantes para o encaminhamento da pesquisa;
- À todos que participaram da pesquisa como os moradores, visitantes, funcionários do Instituto Florestal, entre outros;
- Ao sr. Osmar, membro da ONG “Amigos do Horto” e profundo conhecedor da história Rioclarense e do Horto Florestal;
- À diretora da “Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade”, Denise Zanchetta, pelas informações e atenção dispensada;
- Às bibliotecárias da Unesp de Rio Claro, pela colaboração na busca de informações;

- Aos queridos colegas: Salvador Carpi Junior e Marcio Zancopé pela edição e finalização dos mapas;
- Aos colegas de pós-graduação, que mesmo distantes participaram dessa jornada;
- Aos funcionários do Instituto de Geociências, especialmente Josefina e sr. Aníbal;
- Às bibliotecárias do IG, pela ajuda na busca de informações e pela presteza durante esse período;
- Ao meu querido amigo Luís Mancini por suas ricas contribuições – sempre prestativo e bem humorado;
- Aos grandes amigos de Rio Claro, por me receberem em suas casas durante todo o período de trabalho de campo e nas constantes visitas ao Horto Florestal. Obrigada pela hospitalidade, carinho e amizade de todos, em especial ao Silvio, que me acompanhou na busca de informações. A Fátima, que sempre me recebeu com grande carinho e atenção;
- À Claudinha e Cesinha pela sempre maravilhosa acolhida.

SUMÁRIO

<i>LISTA DE GRÁFICOS.....</i>	<i>x</i>
<i>LISTA DE FIGURAS.....</i>	<i>x</i>
<i>LISTA DE FOTOS.....</i>	<i>xi</i>
<i>LISTA DE QUADROS.....</i>	<i>xii</i>
<i>RESUMO.....</i>	<i>xiii</i>
<i>ABSTRACT.....</i>	<i>xiv</i>
<i>MEMORIAL.....</i>	<i>1</i>
<i>INTRODUÇÃO.....</i>	<i>6</i>
 <i>I - CAPÍTULO</i>	
<i>AS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....</i>	<i>16</i>
<i>1- Reflexões teóricas.....</i>	<i>17</i>
<i>1.1. - O Conceito de Território e a questão Patrimonial.....</i>	<i>20</i>
<i>1.2. - O Patrimônio e a Memória Individual e Coletiva.....</i>	<i>23</i>
<i>1.3. - O resgate da memória e a Educação Patrimonial como suporte.....</i>	<i>29</i>
<i>1.4. - O Patrimônio no Brasil e o Tombamento do Horto Florestal como Patrimônio Cultural.....</i>	<i>35</i>
<i>1.4.1. - Usos da Floresta: preservação ou conservação.....</i>	<i>41</i>
<i>1.4.2. - Situação fundiária e os aspectos formais nos domínios dos imóveis.....</i>	<i>45</i>
 <i>II - CAPÍTULO</i>	
<i>O CAMINHO PERCORRIDO.....</i>	<i>49</i>
<i>2.1. - Levantamento bibliográfico da pesquisa.....</i>	<i>50</i>
<i>2.2. - Trabalho de Campo.....</i>	<i>51</i>
 <i>III - CAPÍTULO</i>	
<i>O HORTO FLORESTAL E SUA IDENTIDADE TERRITORIAL.....</i>	<i>56</i>
<i>3.1. - A apropriação do território e a evolução histórica da cidade de Rio Claro</i>	<i>57</i>
<i>3.2. - A origem do Horto Florestal.....</i>	<i>66</i>
<i>3.3. - O Horto Atualmente.....</i>	<i>72</i>
<i>3.4. - Inventário do patrimônio local: Bens Edificados.....</i>	<i>74</i>

<i>3.5. - Patrimônio Natural e Científico.....</i>	<i>88</i>
--	-----------

IV – CAPÍTULO

<i>A FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE (ANTIGO HORTO FLORESTAL) NA CIDADE DE RIO CLARO E SUAS CONTRADIÇÕES.....</i>	<i>94</i>
--	-----------

<i>4.1 Atividades Ilegais.....</i>	<i>98</i>
<i>4.2. Atividades geradoras de impactos diretos na Feena.....</i>	<i>111</i>

V- CAPÍTULO

<i>O HORTO FLORESTAL NA VOZ DOS INTERLOCUTORES.....</i>	<i>118</i>
---	------------

<i>5.1. - Afinal a quem pertence o Horto Florestal de Rio Claro.....</i>	<i>144</i>
--	------------

VI – CAPÍTULO

<i>MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UM CAMINHO POSSÍVEL?.....</i>	<i>147</i>
--	------------

<i>6.1. - Memória local como formadora da identidade e o seu reconhecimento como patrimônio cultural.....</i>	<i>148</i>
---	------------

<i>6.2. - O Horto Florestal como espaço de aprendizado, cultura, socialização e conhecimento.....</i>	<i>153</i>
---	------------

<i>6.3. - Educação Patrimonial – um caminho possível?.....</i>	<i>154</i>
--	------------

<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i>	<i>155</i>
----------------------------------	------------

<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</i>	<i>158</i>
--	------------

<i>BIBLIOGRAFIA DE APOIO.....</i>	<i>164</i>
-----------------------------------	------------

ANEXO - 1

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO PROCESSO (00428/74) DE TOMBAMENTO DO HORTO FLORESTAL “EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE”

ANEXO - 2

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE MANEJO

APÊNDICE

MODELO DO QUESTIONÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação da Cidade de Origem dos Entrevistados.....	120
Gráfico 2 - Representação da Distribuição do Tipo de Transporte Utilizado para o acesso à Floresta Estadual, dos Entrevistados.....	122
Gráfico 3 - Representação da Distribuição de Faixa Etária dos Entrevistados.....	124
Gráfico 4 - Representação da Distribuição da Assiduidade dos Entrevistados.....	125
Gráfico 5 - Representação da Distribuição do Grau de Escolaridade dos Entrevistados.....	125
Gráfico 6 - Representação da Distribuição sobre quem foi Navarro de Andrade dos Entrevistados.....	126
Gráfico 7 - Representação da Distribuição sobre qual a origem do Horto segundo os Entrevistados.....	127
Gráfico 8 - Representação da Distribuição dos Indivíduos que sabem da Existência do Museu dos Entrevistados.....	128
Gráfico 9 - Representação da Distribuição de Indivíduos que já Visitaram o Museu dos Entrevistados.....	129
Gráfico 10 - Representação da Distribuição do Significado do Horto para os Entrevistados.....	130
Gráfico 11 - Representação da Distribuição dos indivíduos que participam ou não de atividades culturais dos Entrevistados.....	133
Gráfico 12 - Representação da Distribuição do Tipo de Atividade Cultural dos Entrevistados.....	133
Gráfico 13 - Representação da Distribuição da Divulgação de Informações segundo os Entrevistados.....	136
Gráfico 14 - Representação da Distribuição do Responsável pela Floresta Estadual dos Entrevistados.....	138
Gráfico 15 - Representação da Distribuição da Satisfação com a Atual Gestão dos Entrevistados.....	139
Gráfico 16 - Representação da Distribuição de Itens que Necessitam de Melhorias, Segundo os Entrevistados.....	142
Gráfico 17 - Representação da Distribuição do que Precisa Melhorar segundo os Entrevistados.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do processo de produção do território e seus desdobramentos.	18
Figura 2 - Distribuição das Fazendas de Café no Município de Rio Claro.....	61
Figura 3 - Mapa de localização da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade no Estado de São Paulo.....	73
Figura 4 - Mapa de localização da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e limites da área urbana do Município de Rio Claro.....	97

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Entrada Museu do Eucalipto.....	75
Foto 2 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Representantes das diversas espécies de eucaliptos encontrados na área.....	75
Foto 3- Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Coleção de aves que fazem parte do acervo de pesquisas realizadas por Edmundo Navarro de Andrade.....	76
Foto 4- Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Solar Navarro de Andrade.....	77
Foto 5- Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada frontal onde portas e janelas demonstram a rusticidade dos materiais usados na sua construção.....	78
Foto 6 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada lateral e vista da escada que dava acesso ao andar superior.....	79
Foto 7 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – Fachada da Capela com detalhe do estilo neogótico.....	80
Foto 8 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista da passarela e Igreja antes da restauração.....	81
Foto 9 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Detalhe da passarela restaurada.....	82
Foto 10 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Casa de Madeira antes do início da restauração.....	83
Foto 11- Atualmente, já no término da restauração.....	83
Foto 12 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Jardim das Palmeiras, ao fundo o Solar Navarro de Andrade.....	84
Foto 13 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista parcial da sede administrativa.....	85
Foto 14 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista parcial da Vila.....	86
Foto 15 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada da casa onde atualmente funciona o Centro de Visitantes.....	87
Foto 16 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Centro de Convivência antes da restauração.....	87
Foto 17 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Centro de Convivência num segundo plano já restaurado.....	88
Foto 18 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Placa que faz referência ao ano de plantio da área.....	89
Foto 19 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista de talhão pertencente ao patrimônio natural da Floresta.....	90
Foto 20 - Rio Claro: Área residencial próxima ao Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade onde é prática comum queimar o lixo.....	100

Foto 21 - Rio Claro - Flagrante de gado bovino adentrando a área da Floresta Estadual.....	102
Foto 22 - Rio Claro: Nascente do Córrego Santo Antonio cercada pela cultura da cana e sujeita a contaminação de suas águas por fertilizantes e herbicidas.....	104
Foto 23 - Rio Claro: Área de entorno da Floresta Estadual onde todo tipo de lixo é jogado sem qualquer tipo de controle.....	106
Foto 24 - Mais lixo e gado na área de entorno.....	107
Foto 25 - Rio Claro: Bairro Bela Vista - onde ocorre a expansão dos imóveis, ultrapassando os limites estabelecidos.....	108
Foto 26 - Rio Claro: Área do entorno usada como extensão dos quintais – ao fundo, varal de roupas.....	108
Foto 27 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Venda irregular de produtos em casa de morador.....	109
Foto 28 - Rio Claro: Área do entorno da Floresta Estadual onde tanques utilizados no processo de preservação da madeira, se encontram em estado de abandono.....	113
Foto 29 - Rio Claro: Produção de dormentes da Prema.....	113
Foto 30 - Rio Claro: Pequeno limite entre a Floresta Estadual e a cultura de cana-de-açúcar.....	115
Foto 31 - Rio Claro: Extensão da cultura de cana-de-açúcar na área do entorno da Floresta.....	115
Foto 32 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Ribeirão Claro que atravessa parte da área: assoreado e poluído.....	116
Foto 33 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – Visão de dentro da Floresta que mostra a ocupação desordenada na área de entorno.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variação da dimensão do Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade”.....	70
Quadro 2 - Representação da Distribuição dos Bairros de Origem dos Entrevistados.....	121
Quadro 3 - Representação da Distribuição do Significado do Horto para os Entrevistados.....	130
Quadro 4 - Representação da Distribuição do que precisa melhorar segundo os Entrevistados.....	143

RESUMO

A atual Floresta Edmundo Navarro de Andrade – antigo Horto Florestal de Rio Claro – SP, Brasil, é analisada nesta tese como um espaço de contradição, portanto entre a memória e o esquecimento. Acentuadas ao longo do tempo e decorrentes do processo histórico de produção, apropriação e usos do território, as contradições atuais apresentam-se ainda mais agravadas, devidos aos impactos ambientais da expansão urbana na sua área de entorno. Nesse sentido, tendo como fio condutor a história do Horto Florestal, esse trabalho procura ressaltar as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais aí estabelecidas. Objetiva principalmente mostrar que o resgate da memória local – individual e coletiva – se faz necessário e urgente, para contribuir com a preservação do seu patrimônio cultural (bens construídos e a floresta). Este resgate da memória, no entanto deverá se dar na perspectiva de uma gestão integrada do território, compreendido como um conjunto inseparável entre o natural e o artificial. Considerando, portanto que objeto de estudo nesta tese compreende uma floresta urbana foi importante buscar uma integração entre sociedade e natureza por meio do entendimento dos aspectos técnicos e humanísticos. Assim sendo, procurou-se integrar uma análise documental (normas de legislação ambiental que regem a unidade de conservação) com as informações coletadas na pesquisa de campo a fim de detectar os conflitos existentes entre os desejos da população e o poder público local. Dessa forma, a Educação Patrimonial como suporte, poderá ser inserida no rol das ações que visem a combater o esquecimento do Horto Florestal por meio do fortalecimento da identidade cultural da população rio-clarense. Para a confirmação dessa hipótese foi importante dar vozes aos interlocutores, ou seja, os envolvidos na pesquisa, tais como: poder público local, os moradores, os visitantes e ONGs.

Palavras Chave: Horto Florestal de Rio Claro, Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, território, memória, identidade e educação patrimonial

ABSTRACT

The Current Forest Edmundo Navarro de Andrade - former and antique Horto Florestal of Rio Claro - Brazil, is discussed in this thesis as a space of contradiction between memory and forgetfulness. Wide over time and arising from the production, ownership and territorial usage's historic process, current contradictions present themselves further aggravated due to the environmental impacts of the urban sprawl in its surroundings. In that sense, with the leitmotif on the Horto Florestal story, this work emphasizes the established social, economic, political, cultural and environmental relations. It aims mainly showing that local memory redemption - individual and collective - is necessary and urgent to contribute to the preservation of its cultural heritage -"the forest itself and its built assets."This memory rescue, however should be given the perspective of a territorial integrated management, understood as an inseparable set between natural and artificial. Considering that the study object in this thesis abroads an urban forest, it was important to seek an integration between society and nature through both technical and humanistic aspects understanding. Therefore, it has striven to integrate a documentary analysis (standards of environmental legislation governing the conservation unit) with the information collected in the field to identify the conflicts between population demands and local public power. Thus, patrimonial education as a support may be included in the list of actions aimed at combating Horto Florestal forgetfulness, through "Rio-clareense" population cultural identity strengthening. For this hypothesis confirmation it was important to give an active voice to the interlocutors, namely those involved in research, such as: local public power, residents, visitors and NGOs

Keywords - Horto Florestal and Edmundo Navarro de Andrade State Forest, territory, memory, identity and Patrimonial Education

MEMORIAL

“Eu nunca quis ser jovem. O que eu queria era ter História, com vinte e cinco anos queria escrever memórias, mas não tinha matéria”. LINA BO BARDI

A realização deste trabalho marcou mais uma etapa pessoal, intelectual e emocional da minha vida. Dentre muitos trajetos e escolhas, trilhei um caminho possível.

O ato de investigar sobre a história, as imagens e as identidades de uma determinada localidade, implica, de forma metodológica, pensar num recorte espacial e temporal.

Por isso, escolhi como objeto desta pesquisa a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, ou simplesmente, Horto Florestal de Rio Claro, que foi como eu o conheci em meados de 1999.

Retomarei a questão do horto mais à frente, porque antes gostaria de falar um pouco sobre a minha trajetória de vida e tentar explicar, de certa forma, como e por que cheguei até aqui.

Falar de si mesmo é um desafio, por isso recorreremos à memória, como meio de articular o conhecimento vivido e o discurso teórico apreendido nos debates ocorridos no decorrer dos processos de formação profissional e pessoal.

A escrita de um memorial é uma tarefa delicada, pois nem sempre é possível passar ao leitor um texto que não caia em clichês, apresente certo romantismo ou até mesmo algumas incoerências e contradições.

As memórias que apresento a seguir têm o objetivo de mostrar um pouco da minha trajetória de vida, por meio de releituras do passado recente, para, por meio desse diálogo, mostrar como nós somos e fazemos parte da memória, seja ela individual ou coletiva.

O tempo social absorve o tempo individual, ou seja, o tempo social é feito de tempos individuais; cada grupo vive diferentemente o tempo: o tempo da família, da escola, do lazer, do ritual.

Talvez por isso exista em mim uma grande preocupação com minha memória individual e coletiva. Acredito que a perda progressiva da memória individual no decorrer do tempo equivale à perda progressiva da identidade coletiva. Quando a memória social é reduzida, anulada ou abafada, a sociedade perde a habilidade para manter o registro de sua própria história. Por isso, estou sempre preocupada com o registro das coisas, dos eventos, das reuniões entre amigos, dos lugares que visito. Sempre guardo comigo lembranças das viagens, lembranças essas que imediatamente me transportam para aqueles lugares novamente.

Com o passar dos anos, depois de algumas mudanças de cidade, casa e, principalmente, de escolas, iniciei outro ciclo de vida, que começou com o ingresso na universidade.

No ano de 1994, iniciei o curso de Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Presidente Prudente. Foi lá que iniciei minhas atividades de pesquisa. Digo pesquisa porque, durante o período da graduação, trabalhei com vários tipos do que podemos chamar de pesquisa, ainda que não acadêmicas. Foram entre elas: aplicação de questionários de opinião pública, pesquisas eleitorais, aplicação de censo em assentamentos rurais, entre outros.

Mas foi em uma pesquisa realizada no Museu Histórico e Arquivo Municipal de Presidente Prudente¹, onde senti grande interesse e satisfação em realizar aquele trabalho. Na verdade, tratava-se de um levantamento de informações sobre a biografia de um político local, no período de 1920 a 1950, para a dissertação de mestrado de uma amiga.

Aquele trabalho chamou minha atenção, no sentido em que ali, eu pude ter acesso a uma parte da história do município que até então era desconhecida por mim. A riqueza de detalhes, a história contida em cada nota de jornal, muitas vezes tendo como referência uma foto em preto-e-branco, me deu a impressão, muitas vezes, de estar naquele período também. Queria entender como a cidade havia chegado naquele momento de sua história, quais eram as principais influências políticas daquele lugar, como ocorreu seu desenvolvimento econômico e social, e responder a seguinte questão: quais foram as raízes prudentinas?

Acredito que nossa memória individual não está inteiramente fechada e isolada. Para evocar seu próprio passado, em geral, é preciso recorrer às lembranças de outras pessoas e se transportar a pontos de referência que existam fora de nós mesmos, determinados pelos grupos sociais que criaram aquele lugar. O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e as idéias, em que o indivíduo não inventou, mas as tomou emprestado de seu ambiente.

Terminada a pesquisa, não visitei mais o museu, pois me dediquei a desenvolver minha própria pesquisa e passei a ser bolsista, começando então a me dedicar ao trabalho,

¹ Silva, M. da. O poder local em Presidente Prudente-SP, o comerciante e suas representações sociais, 2000. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp / Presidente Prudente.

que mais tarde resultou em minha monografia de final de curso. Esse trabalho, por sua vez, não tinha nenhum vínculo com o Museu de Presidente Prudente.

Ao concluir a graduação, resolvi prestar o exame de seleção para o mestrado em Rio Claro, que era algo totalmente novo e desconhecido.

Após o ingresso no mestrado no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro, no curso de Geociências e Meio Ambiente no ano de 1999, surgiu à necessidade pessoal de me aproximar daquele lugar que seria, nos próximos anos, minha cidade.

Foi então que, no mesmo ano de 1999, visitei o Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade pela primeira vez. E naquele momento passei a explorá-lo. Queria saber mais e mais e, a todo momento, como ele havia surgido, por que, e em qual contexto histórico. Quem eram as pessoas que freqüentavam aquele local? Que relação aquele lugar de extrema beleza natural, quase bucólico, tem com a cidade? E qual era a sua importância para a cidade?

Passei então a uma rotina de visita semanal, quase sempre aos domingos, logo pela manhã, e às vezes no final de tarde, quando o pôr-do-sol irradiava cores diferentes àquela paisagem tranqüilizante. Com o passar do tempo, o interesse por aquele lugar foi crescendo.

Comecei a observar a quantidade de lixo que era jogada nas ruas que davam acesso ao núcleo patrimonial. Sempre percebia quando era feita uma modificação em algumas das estruturas ali presentes, ou até mesmo quando uma árvore do caminho caía ou era cortada por um motivo ou outro. Nesse momento, comecei a perceber o Horto Florestal como um espaço de contradições, e nesse momento pude indagar, como teria sido o Horto Florestal na sua origem.

Paralelo a isso, fazia também minhas caminhadas pela cidade, que possui inúmeros bens tombados como patrimônio histórico e arquitetônico. Fui aos poucos descobrindo um pouco da história da cidade, sua ligação estreita com a ferrovia e o ciclo do café, e ainda quais as relações que ambas mantinham com a área do Horto Florestal.

Passaram-se três anos, eu já estava terminando meu mestrado e pretendia ingressar no doutorado. Mas eu queria fazer algo novo, diferente de tudo o que já havia feito. Passei a me perguntar: como isso seria possível, como mudar completamente minha área, meu foco, e ao mesmo tempo aproveitar toda minha experiência acumulada?

Foi então que decidi que gostaria de fazer algo relacionado ao Horto Florestal de Rio Claro. Contribuir de alguma forma para sua valorização. Mas como? Passei a refletir e a me questionar sobre a preservação daquele patrimônio natural e construído existente na área do Horto, como é comumente denominado. Como fazer isso cultivando sua memória? Como pensar o Horto Florestal como um lugar público, onde todos têm direito ao acesso? Foram essas as principais preocupações que me motivaram a desenvolver este trabalho.

Resolvi também que gostaria de desenvolvê-lo na Geografia. Sentia que devia me aproximar novamente da minha área de formação inicial. Eu havia passado os últimos três anos na área de Geociências e Meio Ambiente e queria também mudar de lugar, novos ares, novas experiências. Foi com esses objetivos pessoais e acadêmicos que me inscrevi e fui aprovada no processo de seleção do doutorado em Geografia, no Instituto de Geociências da Unicamp.

Ao fazer a disciplina “Meio Ambiente Urbano e Novas Práticas Socio-espaciais”, ministrada por minha orientadora Arlêude Bortolozzi, foi quando percebi melhor qual seria realmente minha contribuição e qual poderia ser a sua importância.

Partindo de um resgate pessoal e geográfico, procurei compreender a contribuição da Geografia para o entendimento do espaço público, as dinâmicas sociais envolvidas no processo de construção e desenvolvimento da área, a apropriação e o uso deste lugar e como contribuir para a preservação dos bens patrimoniais.

Hoje, depois de um longo processo de reflexão e escrita, ficarei satisfeita se esse trabalho puder despertar o interesse de outros (sejam eles pesquisadores, cidadãos, poder público, ONGs, entre outros) para a reconstrução da história e da memória do Horto Florestal e ainda, se possível, influenciar políticas públicas urbanas mais adequadas à gestão do patrimônio cultural local.

INTRODUÇÃO

“Não importa o que seja: pergunte a si mesmo se você conhece algo e você terá sérias razões para começar a duvidar. Antes de tudo cabe indagar: o que é conhecer? Depende, é claro, do nosso grau de exigência. Se você passar, por exemplo, uma tarde visitando uma cidade histórica, poderá voltar para casa e dizer que a conhece. Se você passar vários meses nessa mesma cidade, perceberá que as mudanças do clima, as alterações do seu próprio ânimo e as pequenas surpresas de cada dia têm o dom de revelar ângulos e facetas até então desconhecidos. Mas, se você passar alguns anos na tal cidade, estudando o seu passado, pesquisando a evolução de seus prédios e de seu traçado e buscando entender o significado histórico do que se passou nela, você ficará assombrado com a vastidão do que falta saber”.

EDUARDO GIANETTI

I

Este, como todos os trabalhos, tem uma história. Nesse caso específico, uma história que mescla fatos e acontecimentos históricos (políticos, sociais e econômicos) e pessoais, fundindo-se passado, presente e futuro.

O “fazer parte da história” não me coloca em uma posição privilegiada, mas traz à tona o fato de que todos nós, de certa forma, fazemos parte da história de nossos bairros, cidades e países. Cada um de nós, individualmente, faz parte de uma identidade coletiva.

Acreditamos que, ao longo de sua existência, os indivíduos têm inúmeras oportunidades de conhecer e conviver com diferentes situações. Essa convivência cria uma mútua e dinâmica relação, possibilitando a elas a construção de significados e valores muito especiais e particulares relativos as relações estabelecidas entre si e com a sociedade em que se encontram inseridas.

O despertar para a questão da memória começa no presente – mas tem uma ligação muito forte com o passado, mais precisamente com relação à Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena) ou, simplesmente, Horto Florestal de Rio Claro².

O Horto deu seus primeiros passos no início do século passado. Por volta de 1900, surge uma grande preocupação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF) por fontes alternativas de energia, ou seja, obtenção de lenha para o abastecimento e o funcionamento das locomotivas e passou a adquirir terras na região de Rio Claro por meio do reflorestamento. A empresa, no entanto, não estava preocupada com o reflorestamento ecológico, mas sim em sanar suas deficiências de carvão e dormente. Para isso a CPEF convidou Edmundo Navarro de Andrade, cientista e agrônomo para coordenar as pesquisas sobre a espécie, dando início a silvicultura ou cultura do eucalipto no Brasil. Em 1909, Edmundo Navarro de Andrade ³ iniciou suas atividades em Rio Claro, dando início à

² Apesar de a área ser oficialmente denominada Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, no decorrer do trabalho utilizaremos a denominação Horto Florestal. A denominação Feena será utilizada apenas para referência de aspectos legais e normativos relacionados à unidade.

³ Seria superficial a tentativa de neste trabalho apresentar a biografia de Edmundo Navarro de Andrade, quando outros autores já o fizeram de forma brilhante. Destacamos aqui o trabalho acadêmico de Martini (2004) “O Plantador de Eucaliptos: a questão da preservação florestal e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. Sua leitura torna-se fundamental sobre a vida e obras desta importante personalidade da história de Rio Claro.

formação do horto. Foi ainda, o pioneiro nas atividades de reflorestamento e de preservação florestal, buscando diversas formas de abastecer a CPEF, sem destruir as matas nativas do Estado. Como cientista, foi reconhecido mundialmente, publicando mais de uma dezena de livros e ocupando uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras. Foi também o responsável pela fundação do Museu do Eucalipto, que responde hoje por um dos acervos mais completos sobre a silvicultura no Brasil e no mundo.

Durante o período em que Edmundo Navarro de Andrade esteve envolvido com o Horto Florestal (seu falecimento ocorreu em 1941) e até a década de 60 o museu e o núcleo patrimonial mantiveram suas características originais. Foi a época áurea do Horto – mas que com a estatização da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e mais tarde com a sua incorporação pela FEPASA o Horto iniciaria seu declínio.

Depois de uma longa batalha o Horto Florestal foi tombado em 1978, mas seu tombamento não significou uma maior preocupação com a preservação da área ou com o resgate da memória por parte do poder público. O que se observa em toda sua totalidade é o uso indevido, pois, para muitas pessoas, a floresta é a extensão de suas casas. Há lixo, descuido e invasão. A floresta também sofre de outros males, como ponto para circulação de drogas e desmanche de carros. Há também a questão dos incêndios, que atingem a área com frequência, muitos destes considerados criminosos. A área original era maior, mas, desde a década de 1920, com o crescimento da cidade de Rio Claro, muito se perdeu para dar lugar à formação de novos bairros, construção e ampliação de indústrias, entre outros. No total, são 8 quilômetros de contato com a malha urbana. Hoje, a Feena compreende uma área de 2.230,5358 hectares – e abrange os municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes⁴.

Essas contradições colocadas acima e acentuadas ao longo do tempo e decorrentes do processo histórico de produção, apropriação e usos do território, apresentam-se ainda mais agravadas, devidos aos impactos sociais e ambientais causados pela expansão urbana em toda sua área de entorno.

Nesse sentido, tendo como fio condutor a história do Horto Florestal, esse trabalho procura ressaltar as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais aí estabelecidas. Objetiva principalmente mostrar que o resgate da memória local – individual

⁴ A área do Horto Florestal pertence aos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, contudo, nesse trabalho optamos por discutir somente aspectos ligados a área de contato com o Município de Rio Claro.

e coletiva – se faz necessário e urgente, para contribuir com a preservação do seu patrimônio cultural “bens construídos e a floresta”.

Posto isso, as grandes questões desta tese são: Porque o resgate da memória local individual e coletiva da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (antigo Horto Florestal de Rio Claro – SP) se faz necessário e urgente? A quem pertence o Horto Florestal? E ainda, como a Educação Patrimonial poderá contribuir para o resgate da memória local?

Para chegar até aqui, foi preciso organizar idéias e discutir conceitos relativos ao patrimônio, identidade, território, memória e educação patrimonial em diferentes áreas do conhecimento, o que possibilitou o entendimento da sua conformação, utilização, e das relações existentes nos dias de hoje entre o Horto Florestal e a população local.

O patrimônio, sobretudo através da sua componente cultural, é um tema recorrente nos caminhos para o desenvolvimento. Contudo, as capacidades para identificar e ativar esses valores são desiguais conforme os lugares e as sociedades. As lições do passado e o contexto histórico, projetados no campo do patrimônio cultural, configuram um recurso singular e alicerçam a matriz de especificidade dos territórios.

Essas especificidades estão expressas na forma como se organizam, em suas edificações, costumes e tradições. Esses lugares constituem bens importantes para a preservação da memória da população.

Não é oportuno pensar somente a preservação dos elementos da cidade, singularmente. Com o objetivo de preservar uma paisagem urbana é importante valorizá-la e protegê-la de forma integral, para assim manter o ambiente urbano como parte integrante da memória e da história da cidade.

Esta forma de diálogo entre o território e a população permite que as práticas de planejamento urbano sejam constituídas de um novo significado. Em um contexto como o brasileiro, no qual a globalização de mercados e a homogeneização das informações e, portanto do conhecimento tendem a uniformizar os comportamentos (inclusive aqueles relativos ao planejamento urbano), a identificação dos recursos do patrimônio que caracterizam a população adquire um significado importante e necessário.

Contudo, para concretizar essas ações é antes de tudo necessário que haja uma gestão integrada do território urbanizado, como colocado por Bortolozzi (2008):

“A complexidade que envolve o conhecimento do “ambiental urbano” hoje, no contexto da globalização mundial aponta para a necessidade de uma nova leitura do território, como forma de compreender a sua dinâmica e buscar estratégias de intervenções, mais adequadas - para as cidades contemporâneas. Essa nova leitura deve ser entendida, como um conhecimento integrado da problemática ambiental urbana, onde os processos urbanos e históricos de reconstrução das cidades possam ser revelados através das relações entre diferentes escalas espaciais e da interdependência entre os diferentes aspectos, tais como os físicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Assim sendo, essa integração sugere uma força, que pode significar um combate às constantes fragmentações do espaço urbano no que concerne às relações do seu processo de produção, tais como sociedade-natureza; rural-urbano; local-global; sujeito-objeto, teoria e prática social.”

Dessa maneira podemos dizer que as áreas patrimoniais naturais e culturais devem fazer parte do planejamento das cidades, buscando estratégias de intervenção mais adequadas para essas áreas. É importante ressaltar que a abertura do diálogo entre a população local e o poder público deve contar com a efetiva participação dos cidadãos na tomada de decisões.

Nesse sentido é necessário aproximar os cidadãos do patrimônio, em suas atividades cotidianas, suas referências da comunidade e as relações identitárias de passado, de presente e de futuro, proporcionando o entendimento do patrimônio como legado cultural intimamente ligado à história das comunidades. Desenvolver também iniciativas de serviço educativo e de fruição cultural, adaptadas a diferentes gerações, onde forem realçados os elos de conexão entre patrimônio e território envolvente a comunidade. Conscientizar os cidadãos para o fato de o patrimônio ser um recurso, não apenas em termos culturais, mas em vários níveis de dinamização das comunidades, numa perspectiva transversal que vai da

pedagogia à economia. Por fim, realçar na memória histórica e coletiva, as fórmulas de consolidação da identidade cultural das comunidades e sua integração no tecido cultural do século XXI.

II

Atualmente as relações entre a população local e a área do Horto Florestal são relações de contradição, estabelecidas ao longo dos anos, onde a memória deu lugar ao esquecimento, assim como o respeito à indiferença, e as tradições à cultura do consumo imediato.

A ligação entre os indivíduos e os bens confere uma identificação e uma valorização, e o valor que os indivíduos, individual ou coletivamente atribuem ao legado do passado, é determinante para a escolha do que é importante para ser lembrado. Nesse sentido, Lucena (1991, p.118) coloca que:

Lembrar significa trazer a tona o que está submerso. A lembrança é a sobrevivência do passado, é o ato de extrair do inconsciente, é reinteriorizar; narrar significa intercambiar experiências, e o trabalho da memória é exatamente resgatar essas experiências e transferi-las de uma geração a outra.

A memória⁵ deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um processo dinâmico, com transformações constantes, construído coletivamente.

É esta identidade, que transita pelo passado e pelo presente, que nos possibilita reconhecer-nos como coletivamente iguais, que nos identificam com os demais componentes do grupo social do qual fazemos parte e que, inversamente, funciona como elemento que nos diferencia dos demais grupos sociais.

Sendo assim, um dos elementos fundamentais do patrimônio seria sua capacidade de representar simbolicamente uma entidade social. Sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, é por meio deles que o indivíduo mantém os vínculos com o passado. Os objetos do passado, aparentemente, proporcionam e reforçam esses

⁵ A memória aqui se configura como resgate da história do desenvolvimento local.

laços de pertencimento, conferindo uma sensação de estabilidade e segurança vinculada à plenitude da concepção de verdade que o passado transmite, diante das dificuldades do presente e as incertezas do futuro.

O que vemos hoje é uma desordem social provocada, na sua aparência externa, pela ausência de valores simbólicos e de identificação social, onde a sociedade busca então uma recuperação do passado. Podemos afirmar assim que o patrimônio surge como forma de recuperação das relações de identificação no espaço e no tempo, como um elemento de referência para o aumento da importância da necessidade de afirmação dos indivíduos.

É importante, porém, lembrar que o passado não é um dado fornecido pela natureza, mas sim o resultado das representações que fazemos acerca do tempo transcorrido. Ele é o resultado de uma construção humana, e sua recuperação resulta em representações variadas, que assumem seus papéis na sociedade conforme mudam os governos, as ideologias e as concepções históricas.

Assim, para além da sua ligação com o passado histórico de um povo, o patrimônio funciona também como uma ferramenta de construção de identidades, um instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais e, atualmente, até como uma forma de captar recursos econômicos para a sociedade.

A noção de patrimônio histórico/cultural e natural surge no processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e de uma identidade própria. Falar em patrimônio nos conduz, por isso, a falar em cultura e identidade, na medida em que podemos entender patrimônio como uma síntese simbólica de valores culturais que geram uma identidade. Com efeito, esta capacidade de representação simbólica das identidades constitui um dos elementos centrais na definição atual do conceito de patrimônio.

Nesse sentido, Bolle (1984, p.13) diz que: “(...) devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente”.

A construção dos significados e a atribuição de valores são marcadas pelo processo de apropriação e transformação do território. É nesse processo que os indivíduos constituem suas identidades por meio das relações sociais. Santos (1998 p. 98) coloca que:

“o espaço se concretiza, permitindo a apreensão da ação na construção das condições materiais e imateriais da vida”.

Para todas as construções, materiais ou imateriais, existe um significado profundo, no qual se pode encontrar um pouco de muito das vidas de cada um dos indivíduos envolvidos no processo de ocupação do território, tornando-se referência para a história de cada um, bem como à história dos objetos, pessoas e lugares com os quais elas se relacionam. A esse referencial de sua existência, dá-se a denominação de bens.

Embora subjetivos e passíveis de várias interpretações, para cada indivíduo, esses bens são embutidos de valores e tornam-se fundamentais. A partir deles constroem-se relações de estima, simbólicas, míticas, biográficas, com os mais variados e diferentes objetos e situações, tais como um objeto antigo, uma rua, um sabor, uma paisagem, um prédio.

Os bens culturais, que no caso do antigo Horto Florestal de Rio Claro dizem respeito aos bens materiais, imateriais, naturais e científicos, representam a marca de um período áureo da economia local/nacional, ligada diretamente ao ciclo de expansão do café no Estado de São Paulo e ao aumento da malha ferroviária, para atender a demanda da produção. Representa, ainda, relações políticas e de poder, estabelecidas num determinado período.

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1974, p.8).

Essa especificidade, colocada pelo autor, faz do Horto Florestal um lugar único. O mesmo acrescenta que as diferenças entre lugares são resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares.

Acreditamos que a destruição e a descaracterização desses espaços levem o indivíduo a perder suas referências no espaço e no tempo. Nesse sentido, é aberta uma via de mão única para o esquecimento. No caso do Horto Florestal, esse processo vem ocorrendo ao longo de sua história, principalmente nas últimas três décadas, inclusive após seu tombamento. Para preservar o patrimônio pela via da memória, ou seja, pelo resgate histórico, é que começamos nosso trabalho.

Mas, para alcançar esse projeto social e igualitário no que tange às áreas patrimoniais, é necessário ir além: é preciso também *educar*. Educando, para preservação e valorização das memórias individuais e coletivas, podemos construir um futuro melhor, no qual o passado esteja presente através dos fragmentos, das peças arqueológicas, das casas, das histórias e das memórias. Mas como essa Educação Patrimonial deve ser exercida é que pode suscitar outras questões. Isto porque não pode haver construção de cidadania sem a memória que leve ao pertencimento do cidadão ao seu próprio lugar.

Nesse sentido, uma gestão integrada do território aliada ao conhecimento e os princípios da *Educação Patrimonial* poderão fazer parte das políticas públicas locais e da formação dos profissionais de educação.

III

As informações contidas no Capítulo 1 configuram-se como o primeiro passo dado no sentido de refletir sobre as questões teóricas, por meio de uma discussão mais ampla dos conceitos utilizados e tidos como referência para a construção e o entendimento do trabalho. Especificamos ainda neste item o processo de tombamento do Horto Florestal, como este se deu e seu reconhecimento como patrimônio cultural, científico e natural. A mudança de categoria também merece destaque, assim como a discussão entre o conceito de conservação e preservação, já que a área é legalmente de conservação – mas que possui bens que devem ser preservados. Considerando que o objeto de estudo nesta tese também compreende uma floresta urbana foi importante buscar uma integração entre sociedade e natureza por meio do entendimento dos aspectos técnicos e humanísticos.

No Capítulo 2, detalhamos as questões metodológicas e o caminho percorrido durante a pesquisa.

O Capítulo 3 trata de como se originou e evoluiu a cidade de Rio Claro e nesse contexto o Horto Florestal, qual a sua trajetória e sua identidade territorial. Para isso, foi preciso saber como se deu o processo histórico de apropriação daquele território. Em seguida, detalhamos por meio de um “inventário” os bens patrimoniais, existentes, sejam eles: naturais, científicos ou culturais. Para tal o uso do Plano de Manejo como instrumento de apoio técnico contribuiu para a análise documental. Segundo SNUC (Sistema Nacional

de Unidades de Conservação) o conceito de Plano de Manejo é o seguinte: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação se estabelece o seu zoneamento e as normas que deve presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias a gestão da unidade. De acordo com o seu capítulo 1, artigo 2º, toda unidade de conservação deve ter um plano de manejo. Assim sendo, esse documento também foi utilizado quando necessário para uma análise das contradições apresentadas no próximo capítulo.

O Capítulo 4 mostra o processo contraditório pelo qual o Horto Florestal vem passando desde a sua origem. Essas contradições estão presentes tanto na área de entorno – por meio de ocupações irregulares, queimada, acúmulo de lixo, entre outros – como na área interna da floresta, onde estão localizados os bens culturais edificados, estes sofrem com o processo de deterioração, falta de infra-estrutura para atender os visitantes, venda de produtos de forma irregular, enfim os mais diversos problemas.

Após a análise anterior apoiada em vários documentos, portanto, trabalhando também os aspectos técnicos o capítulo 5 busca fazer uma análise das informações obtidas através das vozes dos interlocutores enfatizando os aspectos sociais e humanos da pesquisa. Neste capítulo foi destacado primeiramente a análise das vozes dos visitantes do Horto Florestal procurando assim responder uma das grandes questões desta tese que é “a quem pertence o Horto Florestal de Rio Claro”

Já no Capítulo 6 está análise é aprofundada buscando mostrar as relações entre as contradições existentes na área e os conceitos trabalhados nesta pesquisa, de forma a entender o processo de apropriação daquele território e suas relação com os visitantes, vizinhos e administradores de modo a pensar numa gestão territorial integrada.

As considerações finais têm caráter projetivo, pois, a partir da análise construída em função dos dados e informações coletados, foi possível esboçar o “quadro de vida” atual e mostrar a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para o resgate da memória local e a preservação do patrimônio natural, cultural e científico do Horto Florestal de Rio Claro.

I. AS REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

“O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições, para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos”

ANTONIO CHIZZOTTI

1. Reflexões teóricas

Como base teórica para esse estudo, procurou-se enfatizar a compreensão da organização do espaço geográfico por meio de suas categorias de análise, em que a estrutura capitalista, pelo seu processo histórico, gerou formas socioespaciais que neste trabalho têm como expoentes os bens patrimoniais (naturais e culturais), os quais podem vir a exercer diferentes funções.

A opção por vários autores traduz, na nossa compreensão, a concepção de Geografia enquanto ciência social, contribuindo na realização de estudos com viés na interdisciplinaridade, necessária aos estudos geográficos. Cabe explicitar, considerando a complexidade do tema e da natureza dessa pesquisa, que as discussões não serão aqui esgotadas, mas servirão de base para futuras análises e interpretações. Para abordá-la, foi necessário discutir, inicialmente, como se constituiu a formação territorial do Horto Florestal. Quais influências os bens patrimoniais aí existentes exerceram e exercem na população local? E ainda, como realizar um trabalho que leve o indivíduo em busca de sua identidade como cidadão.

Em primeiro lugar, procurou-se entender a relação existente entre memória, território, patrimônio e identidade, por meio da compreensão histórica do Horto Florestal desde sua origem. Em segundo lugar buscou-se a compreensão do uso do território patrimonial atual e futuro. Para tanto, foi preciso refletir como e quais foram as relações sociais e políticas tecidas e quais as marcas deixadas por esse processo.

Discutidos esses conceitos, parte-se da tese de que o resgate da memória, como coloca Halbwachs, Le Goff, Lucena e Santos, fortalece a identidade do indivíduo. A nosso ver, esse fortalecimento se dá também dentre muitas outras ações por meio da Educação Patrimonial.

O entendimento da produção do espaço geográfico no Horto Florestal como parte de uma totalidade, assentada numa hierarquização socioespacial, permite ao indivíduo o resgate da sua identidade e o pleno exercício da cidadania, exemplificados na Figura 1.

Para sua realização, tornou-se imprescindível compreender o processo histórico local. Se estivermos buscando o passado e a alma de um lugar, devemos pensar como o povoado ou a cidade cresceram, quais os elementos históricos, políticos, econômicos e

culturais envolvidos nesse processo. A partir da compreensão das origens e do crescimento do lugar e de como o passado influenciou o presente é possível descobrir os aspectos que fazem aquele lugar ser único.

No sentido de poder contribuir para a compreensão do lugar e das mudanças de significados ocorridas neste território, deve-se analisar as formas com que hoje ele é apropriado, fazendo sempre um contraponto com práticas sociais anteriores.

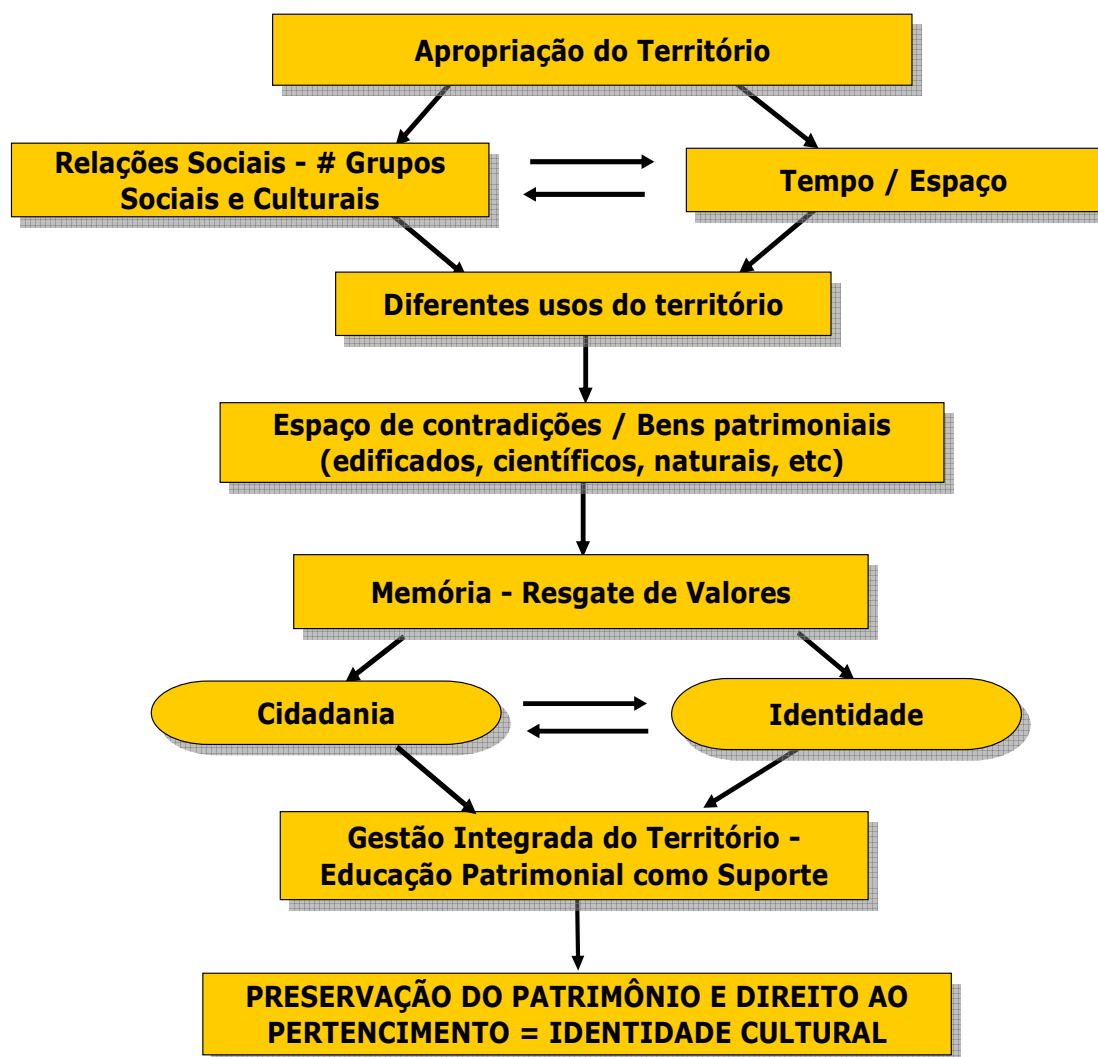


Figura 1 - Esquema do processo de produção do território e seus desdobramentos

Organizadora: Luzia A. Joinhas (2008)

Dessa forma, optamos por trabalhar o conceito de memória e patrimônio, já que estão intrinsecamente relacionados às experiências vividas e à produção de determinado território.

Haesbaert & Limonad (1997, p.11) afirmam que:

... o território é uma construção histórica e, portanto social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma natureza).

Bortolozzi (2005, p.) coloca também que:

As diferentes formas de degradação ambiental urbana são produtos do processo histórico da sua formação territorial que ocorre na relação entre sociedade e natureza, através dos processos produtivos, produção e consumo de mercadorias, materializadas ou não, dentro de uma estrutura capitalista e principalmente no contexto atual do meio técnico-científico informacional, que não apenas acaba por distribuir desigualmente os homens no espaço em áreas de ricos e pobres, como também determinar as diferentes funções e ou usos que os objetos dispostos no território devem ocupar e ou a quem servir.

Consideramos assim o conceito de conceito de território, relacionando as mudanças conceituais com as principais transformações sociais em curso e suas novas territorialidades.

1.1 - O Conceito de Território e a questão Patrimonial

Partindo do princípio de que o enfoque do território e sua dinâmica se situam no centro da problemática geográfica, é importante mencionar as transformações pela qual esse conceito vem passando, a fim de demonstrar a pertinência de sua associação com o conceito de patrimônio.

Inicialmente, o território é um conceito que se fortalece na Geografia Política, a partir de uma base político-administrativa, como um espaço material, cuja ocupação se mostra fundamental à constituição e à soberania dos Estados Nacionais. No entanto, esse conceito vem sendo relacionado ao âmbito simbólico-cultural, onde ocorrem as apropriações espaciais coletivas (NIGRO, 2001).

A evolução e a transformação da sociedade e da economia no processo de desenvolvimento alteraram, de várias maneiras, o mundo natural. Isso se articula e se expressa por meio de formas concretas de ordenamento territorial.

Haesbaert & Limonad (1997) salientam que a idéia de globalização, neste fim de século, nos remete, de imediato, a uma imagem de homogeneização sociocultural, econômica e espacial. Essa homogeneização tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto políticas e culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado.

Essa padronização, produzida pelo mercado, implanta novas concepções sobre o valor atribuído a cada objeto, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando as novas modalidades e novas regras de produção e de consumo. Nesse sentido, Santos (2000, p.46) acredita que:

... no mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos.

Podemos partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida, o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização, como coloca Haesbaert & Limonad (1997). Ou ainda na concepção de Santos (2000, p.96).

... o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Outra questão abordada por Haesbaert & Limonad (1997), diz respeito à indissociabilidade entre território e natureza, que são geralmente menosprezadas pelos geógrafos. Para ele, com todas as controvérsias que esta diferenciação implica, a natureza e cultura ou natureza e sociedade estão presentes (ou pelo menos deveriam estar) em toda definição de espaço geográfico e de território.

Fornecendo recursos diferentes e desigualmente distribuídos, bases físicas distintas para a ocupação, as definições dicotômicas do espaço não só condicionaram redes moldadas por uma divisão territorial do trabalho (especialmente nos setores extrativo e agrícola), mas também ajudaram a moldar diferentes identidades territoriais, associadas às paisagens e ao tipo de recurso natural dominante.

Haesbaert & Limonad (1997, p.13) enfatizam que hoje aparece também uma formação de territórios-reservas associados a uma rede de caráter mundial.

As reservas naturais e os patrimônios culturais da humanidade podem ser considerados tipos específicos de território, produtos característicos da modernidade contemporânea.

Nesse sentido, preservar, recuperar e valorizar é mais do que necessário no processo de redescoberta da identidade. Processo este que se dá a partir de um retorno ao passado, em busca de fontes, imagens, pessoas, objetos, lugares, representações e símbolos.

O processo de tombamento proporciona isso, no sentido de preservar algo que fez parte do passado e que se mantém no presente, ele permite o exercício da memória – seja ela individual ou coletiva.

Como coloca Reis (1982, p.167):

A memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória é quem vai registrar todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir desta identificação. Esse processo acontece em diferentes escalas. A comunicação através da pesquisa realizada vem nos mostrar o ruído existente entre o patrimônio e a sociedade.

Pensando nas novas gerações, acreditamos que a atribuição de valor a algo que o indivíduo não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha implica um processo lento de redescoberta, local e inicialmente individual, passando num segundo momento para uma redescoberta da memória coletiva.

Com isso, muda-se a noção de valor e de pertencimento, o indivíduo passa a se sentir parte daquele lugar e daquela história, passa a entender como ele se insere nesse processo de apropriação do território e qual a representação que determinados lugares têm em seu processo de formação. É por meio desse resgate que se abrem as possibilidades para a criação de uma identidade e a construção da cidadania. Santos (2000) ressalta que:

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente território. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e

serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. (p.116)

O território, pela sua organização e instrumentação, deve ser usado como forma de alcançar um projeto social igualitário. A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. (p.122).

Como vimos, a questão patrimonial está intrinsecamente relacionada ao processo de constituição dos territórios e as relações sociais neles desenvolvidas.

1.2 - O Patrimônio e a Memória Individual e Coletiva

Quando invocamos a questão do patrimônio, associamos imediatamente à memória. Não somente à memória objetiva da história, mas buscamos uma abordagem afetiva, onde o vínculo social com o lugar é um processo de construção da memória de cada um de nós.

É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque eles estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p.39).

Ainda com relação às lembranças, Halbwachs (1990, p.31) aborda que:

Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro no seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas.

Neste sentido, “preservar” significa alongar, significa a releitura dinâmica das idéias da atualidade, dando novas interpretações aos acontecimentos do passado. Buscamos resgatar experiências do passado não com a intenção de revivê-las, mas de provocar a compreensão do presente e iniciar um processo de pesquisa sobre a “história local”. (LUCENA 1991, p.118).

Dessa forma, podemos não nos basear apenas na nossa lembrança, mas também na do outro. Nesse sentido, nossa confiança na exatidão da nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas por uma pessoa, mas por muitas.

Para Halbwachs (1990), o conceito de “memória social” pressupõe a abordagem da memória como fenômeno social e deve ser analisado a partir da realidade interpessoal das instituições sociais que intervêm decisivamente nas lembranças das pessoas. Nesse sentido, Le Goff (2003, p.419) afirma que:

... há pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado.

Le Goff (2003) coloca ainda que a distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica. Mas torna-se necessário, antes de qualquer coisa, chamar a atenção para a pertinência desta posição e evocar o par passado/presente sob outras perspectivas, que ultrapassam as da memória coletiva e da história.

Halbwachs (1990) diz ainda que memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que é vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

Essa preocupação com a memória do lugar, independentemente do valor estético ou das características históricas singulares, deixa clara a questão do pertencimento, ou seja, de como o ser humano se sente parte daquele lugar, parte de sua história.

Callai, diz ainda que “o lugar mostra através da paisagem a história da população que ali vive os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utilizam tais recursos” (2000, p. 97).

Para Santos (1996, p.329), a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro.

A memória funciona como um instrumento (do ser) biológico-cultural de identidade, de preservação e de desenvolvimento. O passado que a memória incorpora à experiência individual e coletiva, com base no presente e projeção no futuro, determina a condição do sujeito histórico.

Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo⁶ e no espaço. Não seria possível reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados.

Cada um dos grupos tem uma história, nela distinguimos personagens e acontecimentos, mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que examina seu passado, o grupo nota que

⁶ Muitas vezes o tempo faz pesar sobre nós um impiedoso constrangimento, seja porque achamos longo demais um tempo curto, porque nos impacientamos, porque nos aborrecemos, porque temos pressa para terminar uma tarefa ingrata, por termos passado por alguma prova física ou moral – ou, ao contrário, um período relativamente longo nos parece curto demais, quando nos sentimos pressionados e apressados, tratando-se de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte. Ora desejaríamos que o tempo corresse mais depressa, ora que se arrastasse ou se imobilizasse. Por outro lado, se devemos nos resignar, com certeza é porque, em primeiro lugar, a sucessão do tempo, sua rapidez e seu ritmo, não são senão a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza. Mas é também, talvez principalmente, porque as divisões do tempo, a duração das partidas assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque expressam a ordem, inevitável também, segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social (HALBWACHS 1990).

continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (HALBWACHS, 1990, p.108).

O indivíduo isolado poderia ignorar que o tempo passa e seria incapaz de medir sua duração, mas a vida em sociedade implica que todos os homens entrem em acordo sobre tempo e durações e conheçam as convenções de que são objetos.

Por isso, como salienta Halbwachs (1990) “... existe uma representação coletiva do tempo, talvez ajustada aos grandes feitos da astronomia e da física terrestre”.

O tempo é dividido da mesma maneira para todos os membros da sociedade, como exemplo disso Halbwachs (1990, p.114) coloca que:

Ora pode nos parecer desagradável que todos os domingos a cidade tome um ar de ociosidade, as ruas se esvaziem, ou se encham com um público que não é o costumeiro, o espetáculo do exterior nos leve a não fazer nada ou a nos distrair, ainda que tenhamos vontade de trabalhar.

Essa disciplina, com relação à questão temporal, faz com que o homem seja obrigado a regular o seu tempo, muitas vezes individualizando sua vida, conhecimentos, sentimentos.

Mas falamos de um tempo coletivo, em oposição à duração individual, com seus significados coletivos, entre os mais diversos grupos.

Não é somente porque, como já demonstramos, a necessidade de exatidão com relação a isso varia de uma sociedade para outra - mas, antes, como a questão é aplicar essas divisões e série de eventos ou tentativas que não são as mesmas em muitos grupos, que terminam e recomeçam a intervalos que não correspondem uns aos outros de uma sociedade para outra, podemos dizer que se conta o tempo a partir de datas diferentes nesta e naquela (HALBWACHS, 1990, p. 136/137).

A questão agora é saber se esses grupos estão realmente separados. É possível dizer que esses façam inúmeros empréstimos entre si, que suas vidas se aproximem e se mesquem com frequência, que suas linhas evolutivas estejam sempre se cruzando. Talvez o que importe realmente seja a maneira como cada grupo percebe, interpreta e qual o sentido que dá a determinado lugar⁷.

Podemos dizer então que o tempo só é real na medida em que tem um conteúdo, ou seja, na medida em que oferece aos pensamentos uma matéria de acontecimentos.

Mas, por que às vezes temos a impressão de que nosso tempo é estático, não muda?

Halbwachs (1990, p.157), observa que:

... o equilíbrio mental resulta em boa parte e antes de mais nada, ao fato de que os objetos materiais com o quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade

Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto, nos recordam de uma maneira de ser comum a muitas pessoas. Quando analisamos esse conjunto e lançamos atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos.

Podemos dizer então que, quando inserido em determinado espaço, um grupo se molda a sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que nela residem.

As formas dos objetos que nos rodeiam têm um significado, eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos.

Assim, poderíamos explicar como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável.

⁷ O conceito de lugar utilizado aqui é o de Santos (2000), onde os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.

Sendo assim, podemos acreditar que como afirma Halbwachs (1990, p.114):

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas as outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça.

A identidade é o particular autoconhecimento de uma pessoa, é estipulada em condições particularmente históricas, com nomes individuais, especificações de tempo e uma compreensão de circunstâncias. Entender a identidade como aprendizagem, como fluxo criador, como memória social, significa que sua construção é histórica.

Para Lucena (1991 p.132), a perda da experiência, da possibilidade da reflexão da memória como suporte da identidade, do enraizamento cultural e da participação no coletivo – o desaparecimento de todos esses elementos como resultado da modernização - significa o advento do indivíduo desmemoriado, sem vínculos com a tradição, que vive os sobressaltos e choques da vida cotidiana sem a possibilidade de reflexão.

O resgate da memória sociocultural tem que considerar, ao mesmo tempo, as histórias das pessoas que vivenciam a cidade enquanto espaço coletivamente apropriado, na perspectiva de um projeto de construção do presente. A importância da preservação da memória e do resgate das experiências passadas está exatamente no fato de não perdermos esses referenciais, de podermos, a partir das experiências do passado, reconhecer o presente e buscar alternativas válidas para ele.

1.3 - O resgate da memória e a Educação Patrimonial como suporte

Acreditamos que uma das ações eficazes para garantir a preservação do Patrimônio Cultural também passa pelo conhecimento e pela difusão da sua existência. Ou seja: a educação de futuras gerações é condição necessária para a apropriação e conservação do patrimônio de uma comunidade ou nação.

Em tempos de globalização, a escola tem o desafio de romper currículos monoculturais e manter um diálogo com todas as culturas, trabalhar com as diferenças e semelhanças, analisar outras concepções de mundo, ensinar o respeito ao diferente, trazendo a tona valores para a formação e a afirmação da identidade do cidadão, como afirmam vários autores.

As ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e da memória, desenvolvidas pela sociedade, poderiam refletir uma disposição em compartilhar, de maneira responsável, as ações de preservação do patrimônio cultural em nosso país. A sociedade se responsabiliza cada vez mais e procura preencher as lacunas deixadas pelo poder público, representado pela figura do Estado (governos federal, estadual e municipal), que em muitas situações não tem cumprido seu papel.

Elaborar projetos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate da memória e preservação, por meio da recriação e transmissão a gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e, cientes dos seus direitos e deveres. Acreditamos que para o sucesso educativo é preciso ensinar a pensar e não apenas repetir os valores do educador, baseado nos princípios de respeito e valorização da diversidade (ORÍÁ, 2007)

Dessa forma, a educação deveria assumir seu papel no processo social como produtora de saber e não apenas consumidora e reprodutora de conhecimentos e dados; as ações educativas voltadas para a preservação devem contribuir para a formação de sujeitos ativos e livres na construção de sua própria vida e da dimensão coletiva.

A educação, mesmo com todas as demandas sociais que sobrecarregam o papel do educador, tem um papel fundamental como referência comunitária e como alavanca do entendimento sobre a mudança de conceitos historicamente consolidados, que geralmente colocam os impactos ambientais e sociais como custos inevitáveis para o progresso. O valor

social e econômico dos recursos naturais, diante de sua finitude, dos conhecimentos tradicionais, étnicos e populares como parceiros do conhecimento científico, e da participação como instrumento de um capital social que consolide os avanços desse processo, colocam a diversidade, e dentro dela a valorização local, como um elemento essencial para experiência de renovação (OLIVEIRA, 2003, p. 83).

A educação talvez seja um dos caminhos possíveis para a busca da “inteireza”, desde que não reproduza todo esse processo fragmentando o conhecimento em disciplinas, deslocando-as do mundo e desconectando-as entre si. Por isso é que precisamos falar de uma educação transformadora e integradora, que coloque o próprio ser humano, a vida e a sociedade como elos entre todos os conhecimentos, pois é o ser humano quem capta o mundo por meio dos sentidos e dá significado, conforme suas experiências, a esse mundo do qual faz parte e com o qual se relaciona (CONEGUNDES e SOUZA, 2003, p.109).

Ao observarmos o próprio entorno em que estamos atuando e a cultura local com sua rica diversidade, podemos estabelecer vínculos importantes no processo educacional do grupo ao qual estaremos em contato (e conseqüentemente em nós), pelas chaves que eles mesmos nos oferecem. Nesse sentido, a autora acrescenta que:

A realização do trabalho de Educação Patrimonial necessariamente envolve vários saberes, num processo primeiro interdisciplinar que pode extrapolar seu cerne e evoluir para uma proposta transdisciplinar. Ao repassarmos nossos ofícios, nossos saberes e especialidades estamos nos transformando em elementos geradores/receptores de novas informações e estímulos pelo estabelecimento de uma reciprocidade para com o meio que torna o saber específico, coerente e construtor, recebendo resposta imediata desse meio. A postura que tomamos diante do ambiente em que interagimos transforma-o, propiciando nossa própria transformação. E para tanto, faz-se necessária interagir pela emoção e pela percepção do que o outro possa nos revelar e nos fornecer em conhecimentos e costumes, saberes inatos que nos

servirão de material para a comunicação do nosso saber”
(QUEIROZ, 2006).

Como resposta, podemos dimensionar que uma nova postura sobre o Patrimônio estará vinculada principalmente aos valores que a comunidade lhe outorgará, e que virá refletir no seu processo de auto-estima e autoconstrução, pois é na diversidade que se é possível atingir o todo. Mas, para que esse todo faça sentido, é necessário fortalecer o sentido de sua própria identidade, por meio de suas diferenças.

Entretanto, também, por essa reflexão, nos vemos como instrumentos geradores de novas informações e estímulos que gerem a certeza de que somos todos personagens fundamentais na construção e delineamento de nosso país e que o rumo que tomarmos depende exclusivamente do comprometimento e da postura com que guiaremos nossos caminhos. Percebermos a nós mesmos, com uma ótica renovada, talvez seja o grande desafio lançado a todos nós por meio da Educação Patrimonial.

A Constituição Brasileira estabelece, no capítulo referente ao meio ambiente, que compete ao poder público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a sua preservação (art. 225, VI). No contexto do ordenamento jurídico, já dispomos de um dispositivo legal específico sobre o assunto. Trata-se da Lei nº 9.795, de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências".

Embora a lei aponte para a concepção de meio ambiente em sua totalidade, a grande maioria dos programas de educação ambiental tem sido omissa no tocante à sua dimensão socioeconômica e cultural, na qual se inclui, necessariamente, a discussão relativa à preservação do patrimônio histórico.

Nos idos da década de 1920, quando se iniciou a discussão sobre a necessidade de preservação de nosso passado, no contexto do movimento modernista, Mário de Andrade já atestava o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas.

Em termos teórico-metodológicos, a educação patrimonial deve utilizar lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.). De forma mais abrangente esta deverá ser

concebida também na sua inserção em políticas públicas educacionais, onde o processo educativo pudesse desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais.

A necessidade da educação patrimonial – ou da utilização do acervo cultural brasileiro como objeto de estudo nos currículos e programas escolares – já se constituía uma preocupação dos ideólogos do patrimônio cultural, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Para ele, só havia um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional – a educação popular. Tanto assim é que o prêmio concedido anualmente pelo IPHAN às melhores ações de preservação do país contempla, entre outras categorias, a modalidade de educação patrimonial. Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁸ – Lei nº 9.394/96 – enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e dos municípios, como colocado no trecho a seguir.

TÍTULO I - Da Educação

Art. 1º. *A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB-1996, p. 01).*

Art. 26. *Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema*

⁸ A Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional expressa a política e o planejamento educacionais do país. A finalidade da LDB é ajustar os princípios enunciados no texto constitucional para a sua aplicação a situações reais que envolvem várias questões, entre elas: o funcionamento das redes escolares, a formação de especialistas e docentes, as condições de matrícula, aproveitamento da aprendizagem e promoção de alunos, os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos para o desenvolvimento do ensino, a participação do poder público e da iniciativa particular no esforço educacional, a superior administração dos sistemas de ensino, as peculiaridades que caracterizam a ação didática nas diversas regiões do país.

de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (LDB-1996, p. 12).

Além da LDB, temos ainda como base para a discussão os Parâmetros Curriculares Nacionais⁹ (PCNs, 1997), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados "temas transversais", que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (PCNs, 1997, p.33)

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (PCNs, 1997, p. 45).

⁹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - são referências de qualidade para o Ensino Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal. O objetivo é propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor.

Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a conseqüente adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do ambiente e da pluralidade cultural em destaque no trecho abaixo.

O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal (PCNs, 1997, p. 45).

Como se vê, já há espaços normativos para que a escola vivencie experiências inovadoras capazes de suscitar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais, mas o que dizer das suas práticas? Como a escola é também um espaço público e, portanto contraditória, abrigando no seu interior forças antagônicas com diferentes interesses, é preciso que as secretarias de educação dos estados e dos municípios, em parceria com os órgãos de preservação, realizem cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com a concepção de educação patrimonial. Isso, na prática, acontece somente em pontos isolados, ou seja, não existe uma política nacional de educação patrimonial, fazendo parte das propostas de planejamento em nível local – considerando as especificidades das áreas patrimoniais.

Não é o planejamento escolar na forma como é realizado que garantirá uma educação patrimonial capaz de contribuir para o resgate da memória do Horto Florestal, mas sim a inserção da Educação Patrimonial nos programas de planejamento da cidade de Rio Claro, que priorizem ações educativas para a cidadania.

Só assim estaremos dando condições efetivas para que a escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossas crianças, adolescentes e jovens, mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado patrimônio histórico nacional.

1.4 - O Patrimônio no Brasil e o tombamento do Horto Florestal como patrimônio cultural

Entre as décadas de 1920 e 1930, emergiu no discurso do Estado brasileiro a preocupação com a memória, a identidade e o patrimônio. Este foi um momento de crise de hegemonia política e econômica, de disputa pelo poder entre as oligarquias agrárias e o setor urbano-industrial e, diante dessa instabilidade, cabia ao Estado a função vital de regulamentar e estabilizar as formas sociais para viabilizar o desenvolvimento capitalista no país. (MILET 1998, In SCIFONI, 2006).

Esse processo de regulamentação correspondeu a uma modernização das instituições e atingiu diversos setores da sociedade, desde a produção industrial até a educação, a cultura e os movimentos sociais, como o operário e o estudantil. A regulamentação no âmbito da cultura tinha também um papel fundamental, pois era preciso, no plano do imaginário social, construir uma nova identidade nacional que desse consistência a um projeto de Estado forte e centralizador (MILET 1998, In SCIFONI, 2006).

O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio, no Brasil, foi criado em 1933. Era a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), instituída pelo Decreto nº 24.735, de junho de 1934, e tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional fossem retirados do país em virtude do comércio de antigüidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades. O instituto foi precedido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado em 13 de janeiro de 1937.

É dentro desse contexto que se entende a institucionalização de uma legislação patrimonial no país, que nasce a partir da edição do Decreto-lei Federal nº 25, de 1937,

com a iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação na época e texto de Mário de Andrade, o qual constitui ainda hoje o principal diploma legal sobre o assunto no Brasil.

Depois de sucessivas mudanças em sua denominação, o SPHAN, passou a denominar-se IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mantendo-se até os dias atuais.

Nas Constituições seguintes, de 1946 e 1967, apesar de ser mantida a proteção do Estado para o patrimônio, ela é minimizada, pois se retira a equiparação da sua degradação aos crimes contra o patrimônio nacional (respectivamente, artigos 175 e 172). A novidade na constituição de 1967 é a inclusão das jazidas arqueológicas no conjunto protegido pelo Estado.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se uma nova conceituação – mais ampla que as anteriores, incluindo tanto o patrimônio natural, como também o chamado patrimônio imaterial – que passa a ter a seguinte redação:

Art.216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988).

A Constituição trouxe, sob o aspecto legal, uma idéia que já estava sendo colocada em prática em várias partes do país, ou seja, o reconhecimento de que o patrimônio deve

expressar a memória de diferentes grupos sociais. São exemplos de ações nesse sentido os tombamentos, em 1982, do Terreiro de Candomblé da Casa Branca (Salvador/Bahia) e, em 1986, da Serra da Barriga (União dos Palmares/Alagoas), lugar onde se constituiu o Quilombo dos Palmares.

No Estado de São Paulo, o processo de tombamento de bens considerados aptos, a categoria de patrimônios nacionais compete à Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat.

Uma área pode ser tombada em razão de seu valor arqueológico, científico, histórico ou turístico, passando a sofrer restrições de uso que garantam a preservação de suas características.

Para Choay (2001), a palavra patrimônio estava ligada, na origem, às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Hoje, requalificada por diversos adjetivos (genéticos, natural, histórico, intangível, entre outros) que atribuem vários significados.

A expressão “patrimônio histórico” designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p.11)

Segundo a Unesco (1972), os patrimônios tanto culturais como naturais são entendidos como bens de natureza material ou não, tomados individualmente ou em conjunto e correspondem à identidade, à ação e à memória dos diferentes formadores da sociedade. Estão incluídos, no que se definem aqui como bens culturais, as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor arqueológico e científico. Na

Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, foram considerados “patrimônios culturais”:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

- bens culturais edificados: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza assim como áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Foram considerados “patrimônios naturais”:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,

- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

O conceito de patrimônio deve ser entendido, portanto, de forma ampla, denotando um leque maior de elementos atuantes, sejam eles, sociais, ambientais, políticos, culturais, etc.

Se relacionarmos os aspectos históricos e artísticos, o patrimônio também se constitui num discurso sobre o passado cuja referência é um conjunto de valores arbitrados por determinados agentes sociais no sentido de legitimar determinado *status* vigente.

Alguns autores afirmam que os critérios de promoção de determinado elemento à condição de patrimônio se ligam à atribuição de valores socialmente defensáveis, não sendo suficiente apenas à indicação genérica da importância histórica ou artística deste, daquele artefato ou bem. Assim, ao lado do valor histórico inerente, colocam-se valores culturais técnicos, afetivos, estéticos e econômicos.

A noção de patrimônio natural se relaciona à categoria dos bens culturais em conformidade com as relações entre natureza e cultura: a cultura como natureza transformada pelo trabalho humano. Dessa forma, o entendimento de patrimônio ambiental deve necessariamente considerar, não apenas, os recursos naturais, a natureza não apropriada pelo trabalho, mas também os elementos submetidos ao processo de construção cultural, ou seja, a materialização das relações sócias.

Nesse sentido, Santos (1997, p.59) coloca que “... sua utilidade atual, passada ou futura vem exatamente do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores”.

Essa definição seria então capaz de incorporar diferentes aspectos ao patrimônio, passando de um conjunto de elementos funcionando isoladamente, para um sistema de objetos que converge – interage – com relação ao espaço geográfico, não se dissociando do sistema.

Como assinala o Plano de Manejo (São Paulo, 2005), o tombamento pode ser instituído em terras públicas ou privadas, não sendo, entretanto, uma forma de expropriação, mas sim, uma ação que visa compatibilizar a proteção do bem com a presença do proprietário, mediante regulamentação de uso. O poder regravatório do Estado não se limita apenas aos bens de seus domínios patrimoniais, mas também sobre as coisas e os locais de interesse público. Segundo o Condephaat o tombamento, quando em superposição a uma unidade de conservação, não tem o intuito de prejudicar as iniciativas

do Estado em demarcar e implantá-la, uma vez que considera os programas constantes em seu plano de manejo.

Pelo Decreto n.º 2.502, de 18 de fevereiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 1998, foi autorizada a incorporação da Fepasa pela Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, visando sua privatização. O vencedor do leilão de privatização, realizado no dia 10 de novembro de 1998, foi o grupo *Ferrovias*. A concessão, publicada no dia 31 de dezembro de 1998, previa a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e de passageiro na Malha Paulista, por um prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado. Patrimônios como o Horto Florestal "Edmundo Navarro de Andrade" não fizeram parte do leilão, ficando sob responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Em 11 de junho de 2002, por meio do Decreto n.º 46.819, o Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” foi transformado em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”. Reza o decreto:

Considerando que, de acordo com o artigo 191 da Constituição Estadual, cabe ao Estado e aos municípios providenciarem, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico; Considerando que o ‘Horto Florestal ‘Edmundo Navarro de Andrade’’ abriga a história da eucaliptocultura no Brasil, com mais de 150 espécies introduzidas e provenientes de várias regiões do mundo; Considerando a existência de vários ecossistemas florestais significativos para a região de Rio Claro, com fauna e flora exuberante, onde foram constatadas espécies em extinção, cuja proteção é dever do Estado; Considerando que a área tombada através da Resolução da Secretaria da Cultura s/n.º de 9 de Dezembro de 1977, decreta:

Artigo 1º: O ‘Horto Florestal ‘Edmundo Navarro de Andrade’, localizado nos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, com área de 2.230,53 hectares, fica transformado na ‘Floresta Estadual ‘Edmundo Navarro de Andrade’’, com a finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal, ambiental e cultural ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d’água, o Museu do Eucalipto e demais elementos dos componentes do acervo da área (SÃO PAULO, 2005)

1.4.1. - Usos da Floresta: preservação ou conservação?

Embora cientes da distinção entre os termos preservação e conservação, para refletir sobre o patrimônio cultural e ambiental, em que o primeiro refere-se à preservação total e o segundo prevê o uso racional e controlado do mesmo, nesta pesquisa adotamos o termo preservação, por ser este o termo mais recorrente nos trabalhos relacionados à proteção de patrimônios arquitetônicos, mesmo considerando seus diferentes usos.

O Horto Florestal se constitui legalmente hoje como “Floresta Estadual” e segue normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

O Snuc foi instituído em 18 de julho de 2000, Lei nº 9.985, e tem como principal objetivo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

De acordo com a Lei Federal 9.985/ 2000, define-se unidade de conservação como o “*espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção...*”

Segundo o Art. 7º, as unidades de conservação integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade pertence ao grupo das Unidades de Uso Sustentável, característica assim definida no Art. 2º da mesma lei:

uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável, portanto, é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Em relação às atividades passíveis de ser realizadas na Floresta Estadual o Snuc detalha, em seu Artigo 17 - parágrafo 3º: “A visitação pública é permitida, condicionada as normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.”,

E no parágrafo 4º: “A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se a prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, as condições e restrições por este estabelecidas e aquelas previstas em regulamento”.

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade foi criada por meio do Decreto n.º. 46.819, de 11 de junho de 2002, mediante transformação do então Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade.

O artigo 1º do Decreto de criação da Feena, transcrito parcialmente a seguir, indica como objetivos específicos desta Unidade de Conservação:

O Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade,...., fica transformado na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, com a finalidade de proteger, conservar e manejar de forma sustentável todo o complexo florestal, ambiental e cultural ali existente, desde espécies vegetais, animais, cursos d'água, o Museu do Eucalipto e demais elementos dos componentes do acervo da área.

Nesse sentido, a utilização do termo conservação é aplicável no que diz respeito à unidade como um todo.

Já a utilização, neste trabalho, do termo *preservação* se faz necessária devido à importância que o conjunto de bens patrimoniais ali existentes possui. Esse conjunto abrange bens materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis, e diz respeito à memória e à identidade local.

Para a questão patrimonial, o termo preservação é utilizado no sentido de manutenção dos bens patrimoniais, não só naturais e científicos, mas também materiais e imateriais, que dizem respeito às edificações e a memória local, como é o caso específico do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade.

A preservação, portanto significa a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada – como colocado pela Carta de Burra/ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios –, Austrália, 1908. Acrescenta que, nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação de outra forma (Carta de Burra/ICOMOS, 1980)

Essa preservação deve se pautar na proteção legal, por meio de legislações existentes nas esferas federal, estadual e municipal e em instituições como o Iphan e ainda a Unesco.

O “Horto Florestal de Rio Claro”, ao qual foi proposta a categoria Floresta, passando a denominar-se Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, com seus 2.230,53 ha, é composto por povoamentos de diversas espécies de *Eucalyptus*, objetos de pesquisa e corte, sendo, portanto uma categoria de manejo de uso sustentável dos recursos e ao que consta continuará no mesmo “*status quo*” vigente.

A categoria *Floresta* não restringe as atividades de uso público, nem mesmo o legado histórico-científico-cultural intrínseco à unidade rio-clarense.

As *florestas*, originalmente instituídas pelo Art. 5º, alínea b, da Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), foram consagradas e objeto de conceituação pelo Artigo 17, da Lei federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que assim as conceitua:

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1o A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 4o A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 6o A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal. O Decreto Federal n.º 1.298, de outubro de 1994 (Brasil, 1994), que aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, as define conforme segue:

Art. 1.º - As Florestas Nacionais – Flonas, são áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com os seguintes objetivos:

I - promover o manejo dos recursos naturais com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais;

II - garantir o manejo dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos;

III - fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo.

§ 1.º - Para efeito deste decreto consideram-se Flonas as áreas assim delimitadas pelo Governo Federal, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade, em parte ou no todo,

constituindo-se bens da União, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

§ 2.º - No cumprimento dos objetivos referidos no caput deste artigo, as Flonas serão administradas visando:

- a) Demonstrar a viabilidade do uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e desenvolver 25 técnicas de produção correspondente;*
- b) Recuperar áreas degradadas e combater a erosão e sedimentação;*
- c) Preservar recursos genéticos in situ e a diversidade biológica;*
- d) Assegurar o controle ambiental nas áreas contíguas.*

1.4.2. - Situação fundiária e os aspectos formais nos domínios dos imóveis

A área ocupada pela Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade começou a se delinear em 1909, mediante a aquisição pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, da Fazenda Santa Gertrudes, com área de 1.260 hectares. Em 1916 a Cia. Paulista adquiriu outras duas glebas de terras, oriundas do desmembramento das Fazendas Cachoeirinha e Santo Antônio, perfazendo então uma área de 3.012, 90 hectares (MARTINI, 2004).

Entretanto, a expansão urbana do município de Rio Claro, contíguo à Unidade de Conservação, foi paulatinamente ocupando o então Horto Florestal, por meio de desapropriações ou invasões de áreas.

Na década de 1930, foram criados os Bairros Cidade Nova, Vila Paulista e a Indústria Matarazzo. Na década seguinte, a Vila Alemã, a Vila Indaiá e as instalações do D.A.A.E. passaram a ocupar áreas do Horto Florestal. Na década de 1950, o Bairro Bela Vista e, na década de 1960, a Vila São Miguel (CERDOURA, 2002).

No início dos anos 1970, implantou-se a Unesp também em área que pertencia ao Horto Florestal de Rio Claro. A última e mais recente desapropriação ocorreu em 1996 em

uma pequena área ocupada pelo bairro residencial “Oreste Armando Giovani” (CERDOURA, 2002).

O Decreto Estadual n.º 46.819/ 2002, que cria a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, já contempla tais alterações, desconsiderando assim as áreas urbanizadas ou invadidas do antigo Horto da Fepasa , definindo em seu artigo 2º:

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade abrange uma área de 2.230,53 ha., conforme matrícula n.º. 21.672, de 2 de fevereiro de 1988, Livro n.º 2, Transcrição n.º 6.152, de 5 de maio de 1915, Livro 3-I e Transcrição n.º 7.123, de 10 de dezembro de 1907, Livro 3-J, todas do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Rio Claro ...

Com a transferência do Horto Florestal “Navarro de Andrade” de Rio Claro para a Secretaria do Estado de Meio Ambiente, por meio da “*Permissão temporária de uso, que faz a Fepasa – Ferrovias Paulista S/A e a Secretaria do Meio Ambiente*”, em 9 de abril de 1998, definiu-se que “... *fica o Instituto Florestal autorizado a praticar todos os atos de gestão necessários à plena administração e guarda dos imóveis ...*” conforme preconiza o art. 2º da Resolução SMA – 87 de 14/12/98 .

Pela referida “Permissão Temporária de Uso”, a Fepasa transferiu a administração de um imóvel de 2.373,91 ha, denominado Fazenda Santa Gertrudes, no município de Rio Claro, enquanto estivessem em andamento as tratativas para a cessão definitiva do mesmo entre os órgãos envolvidos.

O imóvel em questão, dentre outros, consta de uma relação anexa e integrante do Decreto n.º 45.083, de 31/7/2000, em que o governador do Estado autoriza a Fazenda Pública a receber, em doação em pagamento, vários imóveis de propriedade da Fepasa, para quitação de débitos desta para com o Estado. Ao que consta, ainda não foi lavrada a Escritura Pública para formalizar o disposto pelo ato governamental.

Segundo o Plano de Manejo, do acervo documental disponível na Unidade de Conservação, bem como no Instituto Florestal, a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade abrange uma área de 2.230, 53 hectares, de acordo com a Matrícula n.º 21.672, de

2 de fevereiro de 1988, sendo a referida matrícula derivada da Transcrição n.º 6.152, de 5 de maio de 1915, e da Transcrição n.º 7.123, de 10 de dezembro de 1907, todas assentadas no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro. Em certidão expedida pelo citado Cartório de Registro de Imóveis, em 1 de setembro de 1999, constata-se na Matrícula n.º 21.672 a ausência de ônus e alienações. Em Certidão da Transcrição n.º 6.152, expedida em abril de 2004, entretanto, constam várias averbações de loteamentos na área; conforme citado anteriormente, sendo certificado pelo Oficial do Cartório a necessidade de uma retificação judicial para apurar o remanescente do imóvel. A descrição cartográfica do imóvel constante na Certidão é vaga, utilizando como indicadores, marcos antigos, inexistentes atualmente. O Decreto Estadual n.º 46.819/ 2002 que cria a Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” fornece, entretanto, dados de caminhamento, confrontações e um memorial descritivo detalhado, baseado em levantamento topográfico que define rumos, deflexões e distâncias bastante precisos.

Assim sendo, consta no “Termo de Uso Temporário” a competência da Fepasa para adotar as providências necessárias à transferência definitiva do domínio deste imóvel para a Fazenda do Estado. Entretanto, com a disponibilidade destes elementos, é possível que o equacionamento formal do aspecto dominial da área da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade se dê por meio do estabelecimento de Procedimento Judicial Retificatório. Tal procedimento deverá ser proposto e conduzido pela Procuradoria Geral do Estado – Regional de Campinas, com o acompanhamento da Assessoria de Estudos Patrimoniais da Instituição e a colaboração da Equipe Técnica da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Quanto ao uso e ocupação dos imóveis consta da Resolução SMA n.º 87 que no interior da área recebida pela Fepasa existam 180 imóveis. Desse total, 16 imóveis são ocupados por ex-funcionários da Fepasa que requerem ainda a adoção de medidas judiciais para regularização da ocupação, nos termos propostos na Permissão. Para tanto, foi encaminhada solicitação à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para abertura de processos de Reintegração de Posse, que tramitam junto à PGE – Regional de Campinas. Alguns dos imóveis têm grande valor histórico, tais como o Solar Navarro de Andrade, antiga sede da Fazenda Santo Antônio, o Sobrado Amarelo e a Sede Administrativa da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, antiga sede da Fazenda Santa Gertrudes, construídos no final do século XIX. Outros são antigos, tendo a construção ocorrida entre

1942 e 1944. Dentre estes, existem, por exemplo, os imóveis das Colônias Fazendinha, Bambuzinho, Colônia Sede e Colônia Nova. Ressalta-se que o estado de conservação da quase totalidade dos prédios é bastante precário, requerendo adequações, tendo em vista que o Programa de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade indica a destinação de parte destes imóveis, notadamente com finalidades institucionais.

Após essas reflexões teóricas passaremos a descrever no próximo capítulo o caminho percorrido durante a pesquisa.

II. O CAMINHO PERCORRIDO

“... o território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel”.

MILTON SANTOS

Na tentativa de trilharmos o melhor caminho para um adequado desenvolvimento do trabalho, se fez necessário seguir uma trajetória metodológica de pesquisa qualitativa que nos levou à compreensão e conhecimento do tema abordado e da área pesquisada. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização dessa pesquisa levaram em consideração a importância da análise de conteúdo para as informações obtidas em entrevistas, visitas a área e aplicação de questionários. Para tal, utilizamos como categoria de análise Horto Florestal desde sua origem, sua evolução e o uso do território patrimonial atual desde a sua origem até os dias atuais, visando à apontar sugestões de melhores usos futuros

Por meio da revisão literária e do trabalho de campo, foi possível compreender a evolução dos conceitos, bem como verificar os fundamentos das hipóteses sobre o tema aqui trabalhado, o que facilitou a compreensão, do necessário, resgate histórico e cultural do Horto Florestal. As etapas para o desenvolvimento da pesquisa são descritas detalhadamente a seguir.

2.1. - Levantamento bibliográfico da pesquisa

Inicialmente, para se chegar à compreensão do processo de “evolução” da área de estudo, realizou-se uma periodização, isto é, interpretamos o presente como resultado de um processo passado. Nessa fase de estudos, o apoio de fontes documentais foi imprescindível. Parte desse levantamento foi realizada com o Processo 000428/74 de tombamento do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade, que se encontra na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, onde está localizado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat).

Para a caracterização geral da área, foram fundamentais as análises de documentos científicos, dados do meio-físico e socioeconômicos. Essas informações foram obtidas na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a utilização do “Plano de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade” e da Prefeitura Municipal de Rio Claro. Realizou-se também um levantamento de informações e conceitos sobre o tema e a área de pesquisa por meio de artigos científicos, livros, teses e dissertações em

bibliotecas e acervos pessoais, tais como a Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro, Biblioteca do Instituto de Economia, Instituto de Geociências, Faculdade de Educação e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e ainda a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Assim sendo, foi possível desenvolver a discussão teórica sobre o qual se debruçou este trabalho.

2.2. - Trabalho de Campo

O trabalho de campo, segundo Chizzotti (2005), tem como objetivo reunir e organizar um conjunto comprobatório de informações sobre determinado objeto. As informações coletadas são documentadas, abrangendo qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada que se preste para fundamentar o relatório que será objeto de análise crítica.

A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados, sendo mais que isso, pois envolve várias etapas, nas quais novas indagações podem surgir. Conta ainda com: a pesquisa bibliográfica, o registro fotográfico, a coleta de informações por meio de aplicação de questionários e entrevistas, entre outros. Esses procedimentos devem ser estabelecidos de acordo com o tipo de pesquisa e objetivos a serem alcançados.

Partindo desse princípio, foram realizadas visitas periódicas na área e também na região circunvizinha (área de entorno), no período de janeiro de 2004 a maio de 2008, com o intuito de entender sua dinâmica local.

Neste trabalho de campo foram ressaltados os seguintes aspectos:

✓ Caracterização dos patrimônios naturais e culturais

Para a caracterização dos bens, realizou-se inicialmente uma descrição dos bens edificados componentes do conjunto arquitetônico, além do registro fotográfico feito durante todo o período. Por meio de documentos, trabalhos e registro de informações descreveu-se a área total da Floresta Estadual, com informações relativas à fauna, à flora e à infra-estrutura existente no local.

✓ *Registro Fotográfico*

O registro fotográfico é um elemento de relevância no processo de caracterização histórica e atual. O registro atual foi realizado com a utilização das câmeras fotográficas digitais Canon G2 e Nikon D40.

O levantamento de imagens e registros históricos foi realizado com o intuito de se fazer uma retrospectiva visual da área, por meio da análise de trabalhos, documentos, arquivos e acervos pessoais de bibliotecas ou indivíduos ligados à história do Horto Florestal.

✓ *Entrevistas e aplicação de questionários como instrumentos da coleta de dados*

Na pesquisa qualitativa, todos os indivíduos que participam da pesquisa são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam (CHIZZOTTI, 2005).

Nesse contexto, tomamos como base para a coleta de dados e informações a aplicação de questionários e a realização de entrevistas.

Como coloca Chizzotti (2005, p.84),

...algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais extensa entre fenômenos particulares.

Os dados são colhidos, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos. Ou seja, a coleta de dados não é um processo acumulativo e linear. Aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são investigados para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas (CHIZZOTTI, 2005).

Para Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, sendo assim um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Optamos pela entrevista semi-estruturada, onde o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. As informações são colhidas por meio do discurso livre do entrevistado.

Marconi e Lakatos (2003, p.46) corroboram com isso colocando que:

... a atitude disponível à comunicação, a confiança manifesta nas formas e escolhas de um diálogo descontraído devem deixar o informante inteiramente livre para exprimir-se, sem receios, falar sem constrangimentos sobre seus atos e atitudes, interpretando-os no contexto em que ocorreram.

O pesquisador deve estabelecer uma conversação amistosa, explicar o objetivo da pesquisa, seu objeto e relevância, ressaltando a necessidade de sua colaboração e assegurando o caráter confidencial de suas informações. Criando assim, um ambiente que estimule o diálogo espontâneo e natural, mantida a atmosfera de cordialidade e amizade.

As entrevistas foram realizadas com indivíduos que mantêm algum tipo de vínculo, seja profissional ou pessoal com a área.

Dentre as entrevistas realizadas com os pesquisados procurou-se destacar a do Sr. Osmar Campos Ribeiro, não só por ser presidente da ONG Associação Amigos do Horto, mas principalmente por sua longa trajetória de contato com o Horto Florestal, onde foi funcionário da FEPASA e trabalhou na área durante muitos anos. Suas informações foram importantes para trazer à tona um pouco da história do lugar, sendo que na época da entrevista ele estava finalizando um livro de memórias.

Foram abordados nas entrevistas os seguintes tópicos: História do horto: quem freqüentava a área? Quais eram os seus atrativos? Quais foram os principais atores no processo de tombamento da área? Quais os objetivos da Associação Amigos do Horto e quais as principais preocupações e medidas tomadas com relação à área? As restaurações

feitas na área respeitaram a estética dos bens patrimoniais? Como era o trabalho das administrações anteriores junto ao horto? Já existia a preocupação com a preservação do local? Houve períodos de abandono? Quem eram os responsáveis durante esses períodos, a Fepasa ou a Prefeitura? Qual o posicionamento da Associação com relação à atual administração do horto? Algo deveria mudar? E quanto à infra-estrutura local, quais as melhorias necessárias?

Já com relação à aplicação dos questionários, estes como apontado por Gil (1991) são constituídos por uma série ordenada de perguntas, que são respondidas por escrito pelo pesquisado. A elaboração consiste, basicamente, em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem-redigidos. Não existem regras rígidas para a elaboração do questionário, todavia é possível estabelecer regras práticas a esse respeito. Essas regras normalmente são estabelecidas pelo pesquisador, de acordo com o tipo de resultado que se deseja obter.

Nesse caso, os questionários aplicados foram semi-estruturados, com a elaboração de questões fechadas na primeira etapa, em que as mesmas seguiram uma estrutura progressiva, sendo que a primeira parte foi composta por 13 itens, objetivando traçar o perfil sócio econômico do indivíduo – e ainda se este exerce algum tipo de atividade de lazer e onde ocorre.

Na segunda etapa, onde foram trabalhados elementos relacionados ao Horto Florestal, as questões foram fechadas, de múltipla escolha e abertas. O objetivo foi de se conseguir o maior número de informações possíveis abrangendo as várias facetas do mesmo assunto.

As questões relacionadas ao Horto, 13 no total, tiveram como objetivo obter maiores informações sobre a frequência ao horto, qual a importância que a área tem para cada indivíduo e ainda quais melhorias são necessárias na área.

Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a técnica de múltipla escolha é facilmente tabulável e proporciona uma exploração em profundidade quase tão boa quanto à de perguntas abertas. A autora coloca ainda que a combinação de respostas de múltipla escolha com as respostas abertas possibilita mais informações sobre o assunto, sem prejudicar a tabulação dos dados.

A aplicação dos questionários transcorreu de forma tranqüila. Sua realização ocorreu na área do Horto Florestal, onde foram questionados um total 145 indivíduos presentes, aplicados cerca de 20 em cada dia de aplicação, que se deu em finais de semana e feriados, no período de agosto de 2006 a outubro de 2006.

Não foi possível fazer um cálculo para obter uma porcentagem de acordo com o número de visitantes que freqüentam a área, pois a administração da Feena não possui o controle dos visitantes da área total da Floresta – apenas do Museu do Eucalipto.

A análise e interpretação dos dados coletados foram trabalhados no Capítulo 5 por meio das vozes dos interlocutores. Nesta tese, a análise de conteúdo se mostrará como um importante instrumento para a compreensão crítica do sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente e as significações explícitas ou ocultas.

Após haver trabalhado nesta tese os aspectos teórico-metodológicos apresentamos no próximo capítulo a localização da área de estudo, a cidade de Rio Claro desde a sua origem até os dias atuais por meio da apropriação do território, e incluindo assim, o antigo Horto Florestal e sua identidade territorial.

**III. A CIDADE DE RIO CLARO: O HORTO FLORESTAL E SUA IDENTIDADE
TERRITORIAL**

*“A Cidade Azul
Beijo-te o chão
e penso nos que te pisaram
no princípio
quando tudo era verde
e azul.
Já te encontrei
erguida de cal e cimento,
argamassada
em sonho e suor,
chão vestido de pedras,
praças e jardins vertendo verde,
a vida cirdulando,
céu, chovendo azul”
Versus de Da. Maria Aparecida Bilac
Jorge, 19 de junho de 1977.*

3.1. - A apropriação do território e a evolução histórica da cidade de Rio Claro

Na primeira metade do século XVIII, os paulistas foram responsáveis por quase todas as descobertas de ouro e metais preciosos no interior de Minas Gerais. Este processo envolvia a abertura de novas estradas e rotas, derrubada de matas e a navegação pioneira de muitos rios.

A agricultura paulista deixou de ser de subsistência para atender à expansão mineradora nas regiões que compreendem hoje os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A grande concentração de pessoas nessas regiões fez surgir a oportunidade de se constituir uma rota comercial vinda de São Paulo, com o objetivo de levar alimentos e outros suprimentos para tais regiões.

No início do século XVIII, a terra, um meio de produção fundamental abundava na Capitania de São Paulo. Ocupava grande extensão da mesma, “demarcando-as com os olhos”, conforme se dizia dada a sua abundância (Garcia 2002).

Neste momento iniciava-se também uma grande mobilidade da população e com isso a terra, até então devoluta passava a ganhar valor comercial, em função dos incentivos dados pela implantação da lavoura canavieira pelo interior da Capitania de São Paulo.

Esse momento marca o início do processo de ocupação e apropriação das terras dos “Sertões do Morro Azul”. A fronteira de terras inexploradas estava aberta a ocupação, tendo índios e pequenos posseiros como seus primeiros habitantes. A área por suas condições físicas torna-se passagem ou caminho em direção a novas áreas de povoamento, ou seja, o planalto oeste e as terras mato-grossenses.

Nesse contexto, um pequeno aglomerado de pessoas formou-se as margens do Córrego da Servidão - era a semente do que viria a ser no século XIX, São João do Rio Claro.

Inúmeras são as interpretações sobre as causas que determinaram o processo de ocupação da área, alguns pesquisadores atribuem a ocupação aos fatores físicos da região, outros pesquisadores colocam que esse processo atendeu a determinações geográficas favoráveis ao processo de ocupação.

Seus primeiros moradores chegaram à região, trazidos pelas tropas de viajantes em busca do ouro do oeste e de escravos indígenas, e ainda pelas caravanas que levavam

mantimentos para a mesma região. Logo, estabeleceram-se em pequenas e pobres instalações erguidas às margens do Córrego da Servidão, local onde mais tarde seria construído o Largo do Riachuelo, hoje o Espaço Livre, localizado na Avenida Visconde do Rio Claro entre as Avenidas 12 e 10, na região central. O local naquela época tornou-se descanso de mulas e tropeiros que paravam antes de seguir viagem rumo ao sertão, sem nenhuma expressão econômica ou mesmo populacional para a província paulista.

O fato é que o processo de ocupação da área só vai receber impulso maior após a descoberta de ouro na região de Mato Grosso por volta de 1718, transformando a região em passagem obrigatória para os que se embrenhavam pelo sertão adentro tendo como objetivo atingir áreas de mineração. Dessa forma a região cumpria seu papel mercantil e integrava-se aos objetivos econômicos da coroa portuguesa. O resultado foi a conseqüente valorização das terras da região.

Nesse sentido, Garcia (2002) coloca que o interesse econômico foi o elemento propulsor da expansão geográfica e da ocupação, sendo que os encantos naturais da região agiriam provavelmente como um elemento facilitador do mesmo.

O local torna-se então parada obrigatória para os condutores de mulas, que precisavam também de suprimentos e isso estimulou o desenvolvimento de um incipiente comércio de gêneros de primeira necessidade.

Apesar de ser um importante ponto de descanso para tropeiros, o pequeno povoado não progrediu por quase um século, sendo considerado como “boca do sertão”. A região reproduzia, portanto, o quadro geral da colônia, evidenciando o caráter exploratório da ocupação. Após o declínio da exploração do ouro, o processo de ocupação estagnou, sendo retomado somente no século XIX. São João Batista da Beira do Ribeirão Claro permanece servindo apenas como ponto de parada ou pouso rústico para tropeiros paulistas por quase um século (Garcia, 2002).

Esse cenário passa a sofrer transformações a partir da chegada dos sesmeiros e o efetivo processo de ocupação das terras, desenvolve-se nesse momento a grande propriedade, ocupada pela cultura da cana-de-açúcar; e junto a eles a manifestação espiritual – simbolizada pela construção de capelas.

Em 1826, o comandante Francisco da Costa Alves ganhou, do governador da Província, terras concebidas por meio da concessão de sesmarias que nada mais eram do

que terras de propriedade da coroa, doadas a quem se dispusesse a cultivá-las e povoá-las. Porém, “ocupar” uma sesmaria era tarefa para poucos na capitania de São Paulo. Era um empreendimento custoso e difícil, ficando restrito às pessoas abastadas” (GARCIA, 2002 apud SÃO PAULO, 2005). Essas terras correspondiam exatamente à região onde se localizava o povoado do Morro Azul. O padre Delfino da Silva Barbosa, a convite do comandante Alves, celebrou uma missa e abençoou a nova terra, que pouco tempo depois se transformaria em mais uma fazenda do comandante Alves.

Ao adentrar a década de 1830, já elevada à categoria de Freguesia – São João Batista do Ribeirão Claro contava com uma população total de 2000 habitantes, possuindo uma série de estabelecimentos comerciais além de casas (Santos 2000). O autor coloca ainda que até a década de 1840, a cana-de-açúcar era o principal produto cultivado nos solos do Oeste – mas gradativamente o café sobrepunha-se a cana.

Garcia (2002) coloca que as condições a implantação da cultura canavieira foram favoráveis em vários sentidos, como mostra o trecho abaixo.

“A cultura cafeeira aproveitou-se da organização produtiva já existente, implantada pela cultura canavieira. Assim como das condições ambientais da região que favoreceram a sua implantação. Situado na Depressão Periférica, o Município contava com um relevo suavemente ondulado, com baixa incidência de erosão, as temperaturas com médias anuais de 20 graus eram ideais ao plantio do café. Além de possuir solos férteis de terra roxa.”

Em 10 de junho de 1827, o povoado do Morro Azul é elevado à categoria de Capela Curada de São João Batista do Ribeirão Claro, ganhando assim sua primeira igreja e respectiva casa paroquial, no local onde hoje existe a Igreja Matriz São João Batista. No mesmo ano, já contando com 2 mil habitantes, a Freguesia de São João do Rio Claro, como passou a ser chamada, se desmembra da povoação de Constituição, atual Piracicaba (SANTOS, 2000).

No dia 7 de maio de 1845, a Freguesia é elevada à categoria de Vila, passando a ser chamada de Vila São João do Rio Claro. A instalação da primeira Câmara Municipal, em 9

de novembro de 1845, trouxe mais autonomia para a Vila São João do Rio Claro. As primeiras e principais providências da Câmara Municipal estavam voltadas totalmente para a organização do espaço urbano, do espaço público, sua constituição política e administrativa (GARCIA, 1996). Lei Provincial n.º 44 de 30 de abril de 1857, assinada pelo governador da Província, elevou a Vila São João do Rio Claro à categoria de cidade. Pela Lei Municipal n.º 575, de 20 de dezembro de 1905, sua nomenclatura foi alterada para Comarca de Rio Claro.

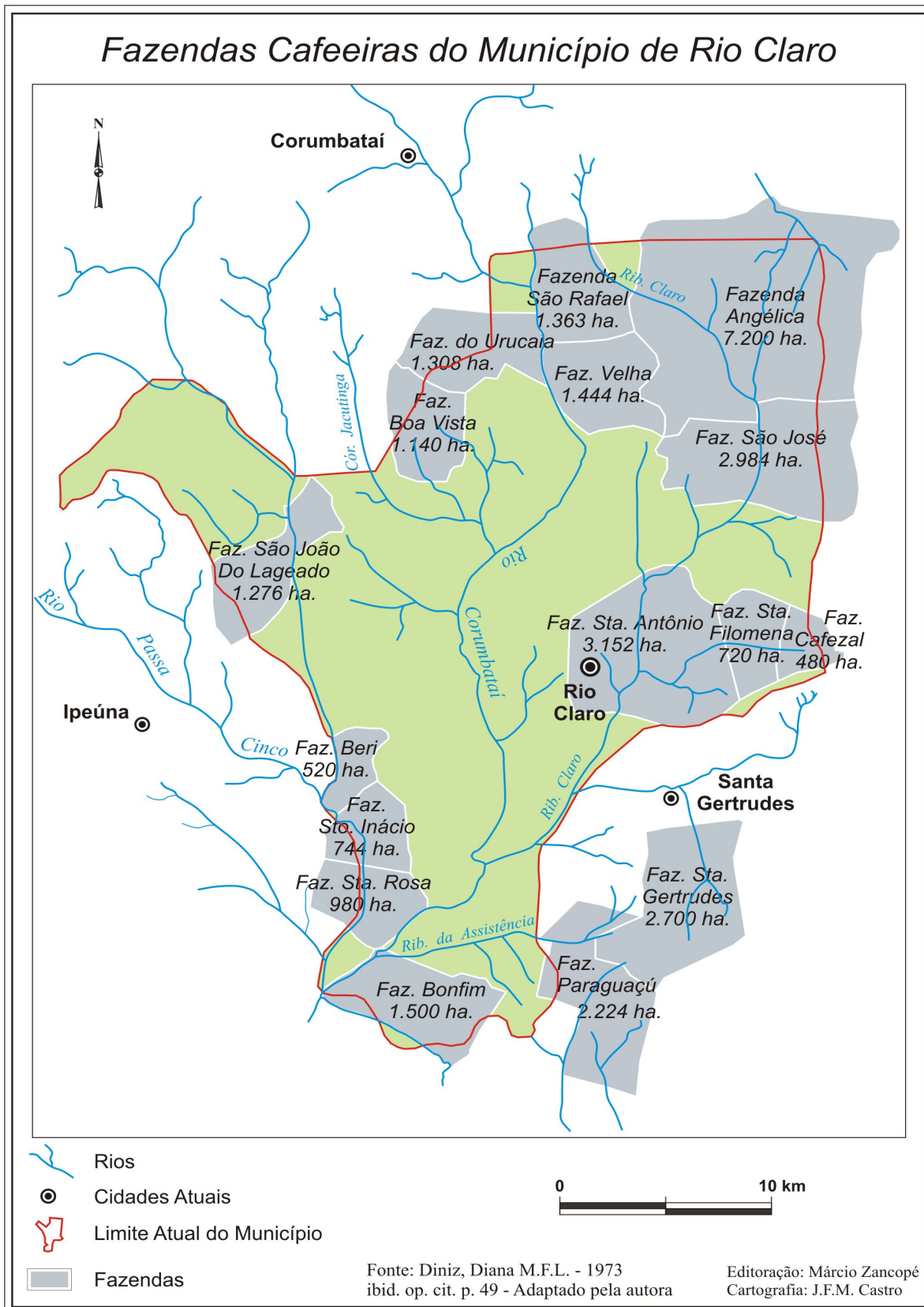
Desde o início do povoado, com a implantação das fazendas por toda a região de Rio Claro, a cana-de-açúcar foi largamente cultivada, sendo, sem dúvida, o elemento responsável pelo desenvolvimento do povoado no seu primeiro momento. O declínio da cana-de-açúcar ocorreu principalmente na segunda metade da década de 1850, dando lugar, em larga escala, ao cultivo do café. Foi com o café que Rio Claro se desenvolveu e atraiu investimentos.

A partir da década de 1850, o Município de São João do Rio Claro possuía cerca de 20 fazendas (Figura 2) com cultivo de café e 10 especializadas no cultivo de cana-de-açúcar e 5 com café e cana. Em 1859 o número de fazendas cultivando o café era de 28.

Com isso, houve uma valorização muito grande da terra, fortalecendo os grandes proprietários, já pequenos e médios tiveram que se adaptarem as novas condições impostas pelo capital. O reflexo dessa valorização mostra-se bem claro no Município de São João do Rio Claro que passava a ser um ativo centro comercial, fornecendo produtos aos rincões do sertão de Araraquara. Santos (2000) coloca ainda que “...de tal modo, o comércio prosperava, a população aumentava e todos aspiravam a independência municipal.

Nesse contexto, em 1857 a Vila São João do Rio Claro foi elevada a categoria de cidade. Foi com o café que Rio Claro se desenvolveu efetivamente passando a atrair investimentos, chegando, no ano de 1866, a ser o terceiro maior produtor de café da província.

Figura 2 – Distribuição das Fazendas de Café no Município de Rio Claro



A produção cafeeira gerou uma dinâmica econômica na região à medida que atraiu homens e capitais o suficiente para investimentos nas lavouras quanto para compra de escravos, mão-de-obra predominante na época, mas que, a partir de 1850 sofre uma elevação do seu preço e dá início ao fim do tráfico de escravos.

Com a eminência de uma possível “falta de braços” nas lavouras cafeeiras, os fazendeiros-negociantes empregaram como uma segunda alternativa a imigração, como forma de garantir o capital já empregado. Santos (2000), destaca que essa experiência iria conferir a São João Batista do Rio Claro um perfil extremamente significativo e diferenciado no conjunto das cidades da região.

Os imigrantes ou trabalhadores livres¹⁰ vieram inicialmente da Alemanha e Suíça, sendo que os primeiros em número maior (Santos 2000). O sistema empregado era a parceria, no qual cabia ao imigrante o tratamento de um determinado número de cafeeiros devendo também colher seus frutos e, ainda, podiam cultivar gêneros que necessitassem a sua subsistência alimentar em local estabelecido pelo fazendeiro sendo que, os contratados teriam metade do cultivo da produção cafeeira e metade da cultura de subsistência.

Mas as deficiências do sistema de parceria começaram a aparecer mostrando-se constrangedoras para ambos, em meio à levantes e à grande frustração dos imigrantes com suas condições de vida e de trabalho, o colapso do sistema foi inevitável.

O fim do sistema de parceria provocou o deslocamento de grande parcela desses trabalhadores rumo às vilas e cidades. Esse fenômeno foi de suma relevância para a cidade de São João Batista do Rio Claro (Garcia 2002). Entrava em cena na cidade, portanto, um dos agentes que denotaria outra face à transformação da sociedade rio-clarense, nos níveis sócio-econômico e cultural, as contribuições deixadas pelos mais variados agentes ligados ao desenvolvimento da cafeicultura vai marcar São João Batista do Rio Claro de forma significativa.

A produção cafeeira e, sua relação com a urbanização das cidades liga-se diretamente com a riqueza gerada por ela que aos poucos foram sendo invertidas para outros setores e, nesse processo, as cidades foram sendo beneficiadas com os mais diversos

¹⁰ Para um maior aprofundamento na questão das primeiras experiências com trabalhadores livres ver as seguintes obras: COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala a Colônia*. 3. ed., São Paulo: Edunesp, 1998; STOLCHE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital, 1850-1980*. São Paulo: Brasiliense, 1986; BASSANEZI, M. S. C. B. *Fazenda Santa Gertrudes: uma abordagem quantitativa das relações de trabalho em uma propriedade paulista*, 1895-1920. Rio Claro: Tese de Doutorado, FFLC, 1973.

empreendimentos, criando paisagens peculiares, promovendo o povoamento e a urbanização, alterando sua fisionomia física, humana, social, cultural e econômica.

No entanto, essa por sua vez, vai expressar de forma contundente as contradições inerentes no que parte da historiografia convencionou chamar de transição capitalista, nos mais variados níveis de realidade.

Essa transição entre dois mundos, um rústico e um civilizado vai ser marcada por profundas transformações na busca por melhores condições de vida e pelos chamados “hábitos de civilidade”. Nesse sentido, Santos A. F. (2000) coloca que:

“De um lado, as cidades em crescimento, ampliando suas necessidades em decorrência do adensamento populacional, da riqueza e da criação de novos hábitos de consumo, em direta relação com os acontecimentos na Europa, mais especificamente na França, Grã-Bretanha e Alemanha, com a importação de modelos de tecnologia e hábitos de “civilidade” que caminhavam pari passu com o capitalismo em expansão, isto é valores burgueses, que denotavam o quanto uma população era “civilizada” e voltada ao “progresso”; de outro lado, a dinâmica do processo de acumulação de capital, ainda atrelado à vida rural e à estrutura escravista”.

As elites buscavam transpor para a cidade instituições capazes de representar aquilo que se considerava como civilizado. Nesse sentido, as cidades inseridas no contexto da riqueza da cafeicultura tornaram-se o epicentro de transformação de um meio até então majoritariamente dominado pela religião católica, pelo sistema escravista e fundamentado economicamente pela esfera rural. Elas faziam ampliar os espaços de convívio social e cultural, antes basicamente circunscritos às igrejas; inauguravam-se monumentos laicos, surgiam jornais e novos grupos sociais. Alteravam-se assim os fundamentos da sociabilidade, em correspondência direta com as concepções liberais das Luzes. (Martins, 1990).

Um exemplo disso, explica BAPTISTA (1994), foi a preocupação com a construção de teatros, esses, representavam a idéia de “modernidade” num meio rural e rústico, que

necessitava cada vez mais de instituições que definissem o caráter inovador de seus frequentadores e idealizadores.

“A criação do teatro São João é umas das expressões mais concretas dessa identificação das elites urbanas com um determinado “projeto civilizador”. Comentando as razões que impulsionaram a criação do teatro, a autora indica que “essa elite, a quem o dinheiro havia chegado antes da instrução, precisava demonstrar que, assim como tivera capacidade de gerir seus negócios, poderia administrar uma cidade em desenvolvimento. Para isso, ela precisava demonstrar ter uma visão modernizadora da sociedade, ser uma incentivadora de cultura, livrando a população do atraso.” pg.50

O teatro que foi inaugurado em 1864 e tinha capacidade para cerca de 400 pessoas e exerceu grande influência na vida da cidade, tornando-se uma das principais casas da Província, para a qual vinham companhias líricas nacionais e estrangeiras e as principais peças da Província. Santos (2000) coloca ainda, que a presença do Teatro incentivou a formação de grupos artísticos locais, como a Orquestra de Rio Claro (1871); a Música Santa Cruz (1871), justificando a existência de muitos professores de música na cidade já em 1872, além de muitas outras manifestações artísticas ou não como foi relatado.

“O teatro tornou-se uma espécie de símbolo das mutações que a cidade iria viver daí por diante, não se destinando apenas as manifestações artísticas. Lá ocorreram as manifestações de apoio e de “vivas” à Republica e, anos depois, as assembléias realizadas pelos trabalhadores da Cia Paulista de Estradas de Ferro por ocasião da greve de 1906.”(Santos, 2000), pg.47.

O Gabinete de Leitura foi outra instituição criada no mesmo período e também representava o “impulso civilizatório”. Sua criação se deu concomitante a chegada da Cia Paulista. Idealizado por personagens de grande importância social e política o Gabinete de

Leitura tinha como objetivo “dotar a cidade do hábito da leitura e colaborar com as necessidades da “cultura das letras, indústrias, artes e ofícios” como coloca Santos.

Nesse período, a principal dificuldade dos produtores paulistas de café era de escoar a produção. O limite da produção cafeeira na Província de São Paulo se encontrava na região de Rio Claro, uma vez que a partir deste ponto, em direção ao sertão, o cultivo se tornava muito oneroso e a distância até o Porto de Santos era enorme, “tendo as viagens, em média, duração de 15 dias” (GARCIA, 2002 apud SÃO PAULO, 2005).

O Governo da Província tomou conhecimento, na medida em que o café avançava para o interior, da necessidade de melhorar as condições de transporte. A estrada de ferro solucionou os problemas de transporte do café, permitindo que a produção cafeeira fosse escoada rapidamente, diminuindo as perdas e, principalmente, os custos das safras.

A implantação da ferrovia mudou muito o quadro empresarial cafeeiro da época. Surgiu, então, a “possibilidade de um empreendimento altamente lucrativo e seguro para os fazendeiros, que se tornaram acionistas das empresas ferroviárias” (GARCIA, 2002 apud SÃO PAULO, 2005). Em 1868, foi fundada a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*, com a iniciativa de prolongar a linha férrea além de Jundiaí, rumo ao interior da província. Essa iniciativa foi realizada com o investimento dos empresários cafeeiros e, pela primeira vez, com capital nacional.

A linha férrea chegou à cidade de Rio Claro no dia 11 de Agosto de 1876, trazida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A partir deste momento, segundo Penteadó (1984), Rio Claro passou a ser conhecida como a cidade “fim da linha”, pois era a última parada dos trens no interior paulista. A implantação da ferrovia trouxe para Rio Claro muitos benefícios. Somando-se ao crescimento da cidade, destacou-se a industrialização, a expansão da área urbana, a crescente concentração de imigrantes, acentuando o processo de utilização de trabalhadores livres e assalariados, deixando de lado, gradativamente, a mão-de-obra escrava.

A expansão ferroviária transformou a paisagem urbana, trazendo desenvolvimento para a cidade de Rio Claro. Toda a esfera cotidiana e urbana foi alterada, adaptando-se para receber o enorme número de pessoas que imigraram para a região, ou até mesmo para receber aqueles que estavam apenas de passagem pela cidade.

Nesse sentido, fica claro o quanto a cultura cafeeira e a chegada dos trilhos a São João Batista do Rio Claro deixou marcar e influenciou diretamente a vida cultural e o desenvolvimento urbano da cidade.

Sendo a chegada dos trilhos merecedora de destaque, pois sua construção de seu somente a força política e econômica exercida por fazendeiros e políticos locais que juntos formaram a Companhia d'Oeste – o que evidencia também a disponibilidade de capital com relação aos interesses imediatos dos mesmos.

No contexto urbano as contribuições foram muitas, dentre as quais podemos destacar a chegada da energia elétrica em 1885, com isso São João do Rio Claro, torna-se a primeira cidade da Província de São Paulo e segunda do Império a possuir luz elétrica nas ruas. Outras melhorias significativas dizem respeito ao arruamento, ao abastecimento de água, rede de esgoto e o transporte urbano.

Ainda no final do século XIX, Rio Claro se destacou em muitos fatores, sendo comparada a capital da província em diversos momentos. Todo esse desenvolvimento foi muito importante e esteve estritamente ligado à Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Um fato memorável que acompanhou o desenvolvimento da ferrovia deu-se em 1909, quando o Horto Florestal de Rio Claro, foi criado pela Cia. Paulista.

3.2. - A origem do Horto Florestal

Assim como o café utilizou em um primeiro momento, a terra antes destinada à produção de cana-de-açúcar e, posteriormente, uma parte das terras pertencentes às reservas nativas, a ferrovia começou a utilizar no mesmo momento, uma significativa porção das reservas nativas ainda existentes. A madeira extraída dessas reservas servia como matéria-prima para muitos utensílios industriais e residenciais, tais como a confecção de componentes dos próprios trens, construção de vagões, construções das oficinas, estação e casa para seus empregados, etc.

Logo no início do século XX, a Cia. Paulista encontrava-se em uma situação delicada, pois a cada ano o desmatamento das reservas nativas para a utilização da madeira nos trabalhos da ferrovia, aumentava. Seguindo o pensamento do período, pôr em risco toda a madeira, significava pôr em risco a própria fonte financeira da Cia. Paulista, pois

contrariava “os interesses ferroviários e econômicos que procuravam expandir, diversificar e assegurar suas atividades e negócios” (MARTINI, 2004). Também havia o fato de que todo o carvão usado nas caldeiras das locomotivas era de origem inglesa, tornando o processo muito dispendioso. Mas fazer das reservas nativas fontes geradoras de carvão, seria caminhar a passos mais rápidos em direção ao extermínio da matéria-prima nativa, abundante e de fácil extração. Esses fatores levaram os empresários da Cia. Paulista a buscarem novas formas de sustentarem a utilização da madeira, de modo que não provocasse a definitiva escassez das fontes de madeira nativas no Estado de São Paulo, ou mesmo fora dele.

Foi exatamente nesse momento, em dezembro de 1903, que o engenheiro agrônomo Edmundo Navarro de Andrade foi contratado pela Cia. Paulista para ser diretor do Horto Florestal de Jundiaí, recém-inaugurado. Deu-se então o início dos estudos sobre silvicultura no estado. Após seis longos anos de estudos comparativos, testando espécies nativas e exóticas, “tais como a peroba, o jacarandá, o jequitibá, o cedro, a cabreúva, a canela, o pinheiro do Paraná, o cedro do Bussaco, o carvalho português, a casuarina, a tristânia, a grevílea, o eucalipto, etc., somando-se ao todo 95 espécies” (SAMPAIO, 1959), tendo como objetivo alcançar os rendimentos esperados pela Cia. Paulista que visava: “crescimento rápido e de boa qualidade para a utilização como carvão”.

Navarro de Andrade chegou à conclusão de que as espécies do gênero *Eucalyptus*, oriundas da Austrália, eram as que melhor alcançavam os rendimentos esperados pela Cia. Paulista.

Em 1909, a Cia. Paulista comprou a Fazenda Santa Gertrudes com cerca de 1.260 hectares, no município de Rio Claro, dando-se início ao cultivo de eucalipto em larga escala. Foi neste momento que se originou o Horto Florestal de Rio Claro, conhecido internacionalmente e considerado o “‘Berço do Eucalipto’ no Brasil, constituindo-se num importante banco de germoplasma destinado à comunidade científica para estudos e melhoramentos genéticos (...)” (ALBUQUERQUE, 2002).

No período de 1911 e 1916, Navarro de Andrade exerceu a função de diretor-geral do Serviço Florestal do Estado de São Paulo, órgão que veio a se transformar no Instituto Florestal de São Paulo, atual gestor dessa Unidade de Conservação. No ano de 1916, a Cia. Paulista adquiriu mais duas glebas de terras, propriedades até então pertencentes à

Baronesa de Piracicaba, que faziam parte das Fazendas Cachoeirinha e Santo Antônio (MARTINI, 2004).

Neste mesmo ano, Navarro de Andrade passou a morar na antiga sede da Fazenda Santo Antônio, onde hoje se encontra o Solar “Navarro de Andrade”. Na antiga fazenda Santo Antônio também existia um lago, que ainda pode ser visto por todas as pessoas que vão à Floresta Estadual. Em Rio Claro, também se instalou a sede do Serviço Florestal da Cia. Paulista e ali foi construído o Museu do Eucalipto, com acervo único em toda a América Latina e o primeiro museu temático do Brasil (MARTINI, 2004).

Navarro de Andrade empreendeu inúmeros estudos genéticos do eucalipto, buscando sempre o melhoramento dos aspectos da madeira, o aumento de sua durabilidade, resistência, entre outros. Outro campo bastante pesquisado por Navarro de Andrade foi o das pragas que ameaçavam e atingiam as florestas de eucaliptos. Desenvolveu também pesquisas para a fabricação de polpa para papel com a madeira de eucalipto. Durante o período de 1910 a 1922, realizou três grandes viagens internacionais com finalidade científica.

O Horto Florestal permaneceu sob a supervisão de Navarro de Andrade até o seu falecimento, que ocorreu em 1941. Durante esse período, foram desenvolvidas pesquisas relacionadas ao eucalipto e espécies florestais exóticas, atribuindo à área características únicas e de grande valor científico e cultural.

França (1993) relaciona fatos e eventos significativos ocorridos no Horto Florestal, ao longo de quatro décadas, relacionados a seguir. Em 1942, deu-se início no programa de Genética e Melhoramento de Eucaliptos, sob direção do geneticista Dr. Carlos Arnaldo Krug. Dez anos mais tarde, teve início a publicação dos boletins informativos sobre os trabalhos realizados no Serviço Florestal da Cia. Paulista. Em 1956, a Cia. Paulista vendeu 110.000 m² de terra para a instalação da Prema, Tintas Preservação de Madeira Ltda., empresa que até hoje opera no local.

Na década de 1960, mais precisamente no ano de 1960, foi construído o restaurante em frente do Lago do Horto, 32 anos mais tarde, em 1992, o imóvel foi demolido.

Um fato notável no meio silvicultural ocorreu no ano de 1961, quando o município de Rio Claro recebeu a “II Conferência Internacional do Eucalipto”, realizada nas dependências do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade.

Em 1961, foi construída a Capela de Santo Antônio dos Eucaliptos. Em 1984, o Clube dos Cavaleiros “Professor Victorino Machado” assinou um contrato de locação de área sob a administração do Horto Florestal. Tal clube de serviço ainda funciona no mesmo local.

Grandes mudanças no contexto nacional, no que tange os valores sociais e culturais, vão exercer influência direta na manutenção e no reconhecimento desse legado deixado por Edmundo Navarro de Andrade. Em 1971, quando se dá o processo de unificação entre as ferrovias paulistas: Companhia Paulista, Estrada de Ferro Sorocabana S/A, Estrada de Ferro Araraquara S/A, e da Estrada de Ferro São Paulo Minas S/A – criou-se a Fepasa – Ferrovia Paulista S/A. A partir de então, o Horto inicia seu processo de descaracterização e, hoje, muito do que foi criado, já não existe mais. Casas, viveiros, aquários e barracões foram destruídos – o trem turístico que circulava foi desativado, linhas de ônibus que atendiam ao local deixaram de funcionar.

O Horto Florestal sofreu, ao longo dos anos, constantes desapropriações motivadas pelo aumento populacional da cidade de Rio Claro, desapropriações destinadas, portanto, à construção de novos bairros (FRANÇA, 1993), com significativa redução de sua área (Quadro 1). No ano de 1971, a Companhia Paulista transformou-se em Ferrovias Paulistas S.A/Fepasa. Neste momento, toda a malha ferroviária do Estado de São Paulo foi estatizada e unida em uma só empresa, aos cuidados do Governo do Estado de São Paulo.

Quadro 1 – Variação da dimensão do Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade”

CÓDIGO HISTÓRICO	M2	Hectares	Alq.	ANO
1 Pro.Major Mariano Guimarães	12 584 000.00	1 258.40	520.00	1909
1 Primeira Bar. de Piracicaba	17 575 000.00	1 754.50	725.00	1916
2 Formação Bairro Cidade Nova	20 000.00	2.00	0.83	1917
2 Bairro Cidade Nova	690 055.00	69.00	28.51	1930
3 Indústrias Matarazzo	72 000.00	7.20	3.00	1933
2 Bairro Vila Paulista	920 000.00	92.00	38.02	1933
2 Bairro Vila Cristina	254 745.00	25.47	10.52	1938
2 Bairro Vila Alemã	1 229 400.00	122.94	50.80	1940
2 Instalação do DAAE	8 813.67	0.88	0.36	1946
2 Bairro Vila Indaiá	818 712.00	81.87	33.83	1946
2 Bairro Vila Nova	588 394.00	58.84	24.31	1950
2 Bairro Bela Vista	511 800.00	51.18	21.15	1953
2 Bairro Vila Florestal	98 000.00	9.80	4.05	1956
3 PREMA	110 000.00	11.00	4.55	1956
2 Bairro Jardim Ipê	185 214.00	18.53	7.65	1957
2 Bairro Vila São Miguel	384 350.00	38.44	15.88	1965
2 UNESP	1 257 824.00	127.58	52.72	1971
2 Bairro N.Sra. Saúde	97 490.00	9.75	4.03	1972
2 Stand T. Guerra	209 300.00	20.93	8.64	1974
2 Bairro Jardim Bandeirantes	163 990.00	16.41	6.78	1975
2 Campo de Futebol	1 710.00	0.17	0.07	1976
2 C. Social Urbano João Rehder	51 555.00	5.16	2.13	1977
2 Bairro Vila Bela	129 960.00	12.99	5.37	1984
2 Vila São José	79 650.00	7.96	3.29	1992
4 UNESP	726 000.00	72.60	31.40	1986
*Área total restante	22.228.000,00	2.222,80	918,51	1993

Modificado de França Junior (1993)

Códigos: 1 - Aquisição / 2 - Desapropriação / 3 - Venda / 4 - Proposta de devolução

Como já mencionado anteriormente, é preciso reforçar aqui que a falta de uma administração adequada na área do horto causou indignação na sociedade rio-clarense, que por sua vez deu início ao processo de tombamento da área em meados de 1975, junto ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat)). O processo foi marcado por inúmeros conflitos entre a detentora da área (no caso a Fepasa, que pretendia transformar algumas áreas em loteamento) e os interessados no tombamento, uma comissão formada pelo governo municipal, representantes da sociedade e representantes da Unesp (Universidade Estadual

Paulista). Durante a espera da finalização do processo de tombamento, várias denúncias de abandono, invasão e destruição ocorreram. Em 10 de dezembro de 1977, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura, publica em nota oficial o tombamento do Horto Florestal¹¹.

Em 1976, foi encaminhado ao CONDEPHAAT o pedido de tombamento do Horto Florestal “Navarro de Andrade”, por se tratar de um importante bem histórico, cultural e científico do Estado de São Paulo e, por representar a “história viva do eucalipto no Brasil”. No dia 9 de dezembro de 1977, o secretário estadual de Cultura, Dr. Max Feffer, assinou a resolução do tombamento (PROCESSO, 000428/74), parte do processo encontra-se neste trabalho no Anexo 1.

Mesmo com o tombamento, o Horto Florestal continuou em estado de abandono, pois a Fepasa, que era a responsável por sua administração, não realizava obras de manutenção e ou de preservação em toda a sua área, além de perder parte do seu entorno devido a pressões mercadológicas, principalmente por parte do mercado imobiliário.

Em 1982, o Horto Florestal foi declarado área de utilidade pública e foi criada a Associação Amigos do Horto Florestal. Em 1996, com a privatização da Fepasa, a área do horto foi excluída do pacote de negociações, e o horto passou a ser de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente. Em meados de 2002, o Horto Florestal foi transformado em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” (Feena), pelo Decreto 46.819, de 11 de junho.

No ano de 1987, o Horto Florestal deixou de ser um departamento e passou a ocupar a categoria de Superintendência Geral de Produção Florestal, alterando um pouco a rotina do trabalho dentro da organização da FEPASA.

Em 1992, a Seção do Patrimônio Histórico e Ambiental da Fepasa, iniciou obras de restauro e reforma das edificações significativas do Horto Florestal, dando maior atenção para o Museu do Eucalipto, o Solar “Navarro de Andrade”, as casas da colônia principal e a Igreja.

Em 11 de Junho de 2002, por meio do Decreto n.º 46.819, o Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” foi transformado em Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”, Unidade de Conservação, pertencente ao grupo das Unidades de Uso

¹¹ Os documentos referentes ao processo (00428/74) de tombamento do Horto Florestal encontram-se no Anexo 1.

Sustentável, prevista na Lei Federal n.º 9.985/ 2000, sob a administração do Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SÃO PAULO, 2005).

3.3. - O Horto Atualmente

O Horto Florestal ou Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (Feena) possui atualmente uma área de 2.230,53 hectares, abrangendo os Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, localizados no interior do Estado de São Paulo (Figura 3).

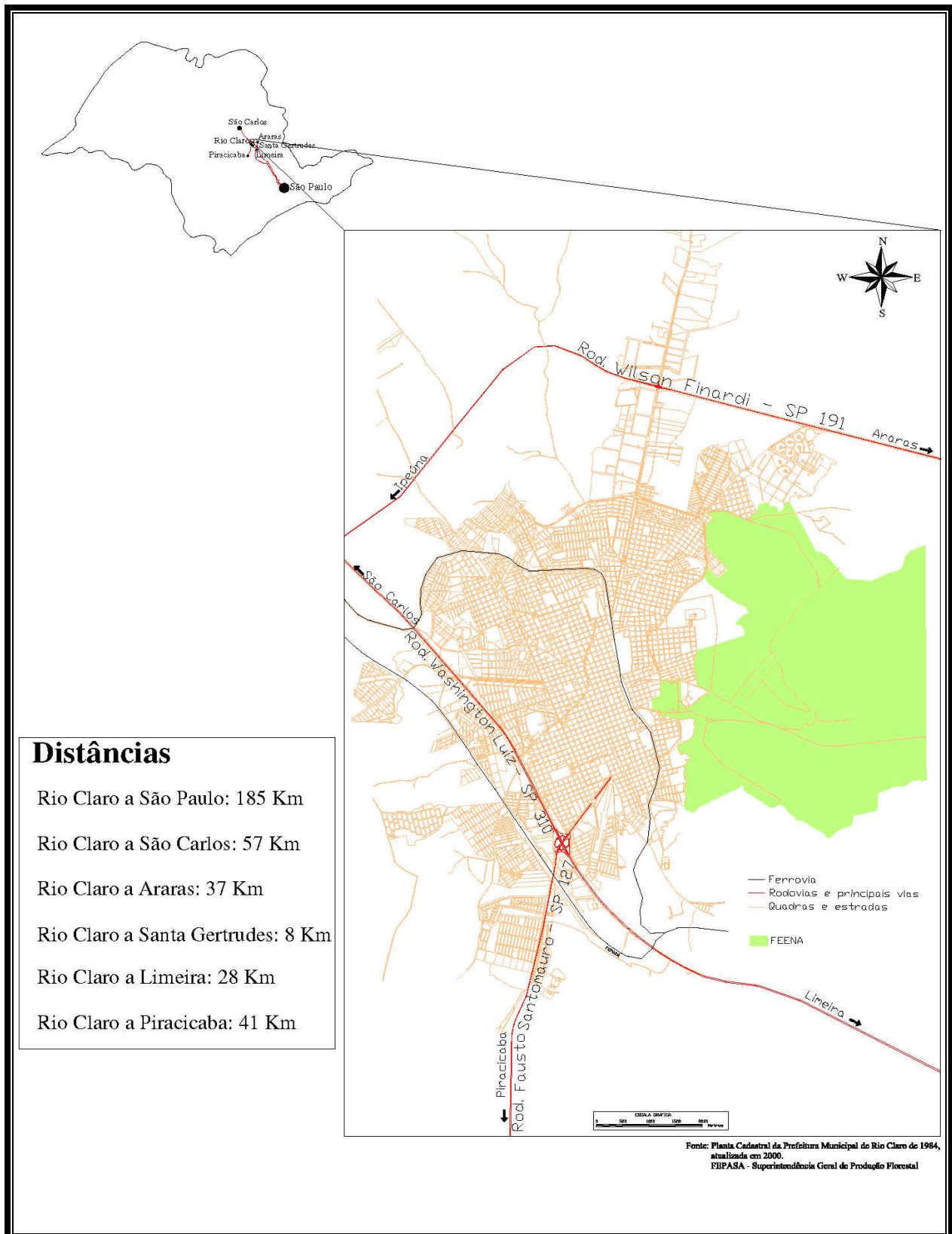
A história do Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade confunde-se com a expansão ferroviária no Estado de São Paulo, bem como com a história de Rio Claro, tendo, a partir de 1900, participado efetivamente de seu crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Apresenta notáveis características paisagísticas, dotadas de edificações históricas, lago artificial e plantios de diversas espécies arbóreas nativas e exóticas, dentre as últimas e, sobretudo, o eucalipto. No grande maciço florestal, com plantios homogêneos de diferentes espécies de eucaliptos e *pinus*, estabeleceu-se um significativo povoamento de espécies arbóreas nativas no sub-bosque, importante refúgio para a fauna silvestre, principalmente as aves.

A arquitetura presente nas edificações da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade possibilita uma leitura de hierarquias sociais do período da cafeicultura no Brasil, da influência européia nos edifícios e da utilização do eucalipto como material construtivo.

Segundo o Plano de Manejo¹², sob o aspecto científico, a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade constitui-se num banco genético *ex situ* com mais de 60 espécies de *Eucalyptus*, de relevância biológica reconhecida em todo o meio silvicultural, além das nativas cultivadas experimentalmente.

¹² Esse capítulo foi reelaborado tendo como referência base o “Plano de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade” Rio Claro: Instituto Florestal, 1 CD ROM 2005.

Figura 3 - Mapa de localização da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade no Estado de São Paulo



3.4. - Inventário do patrimônio local: Bens Edificados

O patrimônio construído não menos importante na história local, exibe a influência européia, característica da era do café. No contexto cultural, destaca-se também o Museu do Eucalipto, único na América Latina, que utiliza essa essência florestal no desenho de sua arquitetura e demonstra os diversos usos desse material.

Segue abaixo uma descrição geral dos bens existentes na área da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Essa descrição tem como base São Paulo (2005) e visitas realizadas na área para total levantamento, reconhecimento e registro fotográfico dos bens existentes, assim como sua atual utilização. São esses bens descritos a seguir:

✓ **Museu do Eucalipto** – Criado em 1918, o Museu do Eucalipto (Foto 1) foi primordial para a silvicultura mundial, onde Edmundo Navarro de Andrade reuniu a experiência de 39 anos de estudos dedicados à introdução e aclimatização do eucalipto, tornando tal cultura de positiva finalidade econômica, tanto em São Paulo como no Brasil e na América Latina. O museu conta com 16 salas onde estão expostos diversos usos da madeira de Eucalipto (Foto 2), bem como outros produtos frutos de pesquisas de Edmundo Navarro de Andrade (Foto 3).

✓ **Solar Navarro de Andrade** – Significativo exemplar da arquitetura rural paulista do ciclo do café do século XIX (Foto 4). Este foi sede da Fazenda Santo Antônio, onde residiram os barões de Piracicaba. Entre 1916 e 1941, foi moradia oficial de Edmundo Navarro de Andrade. Com a encampação de Fepasa passou a ter funções de cada temporada dos presidentes da empresa e na década de 1980, foi o centro de treinamento de funcionários tendo esta função até 1992. Possui 28 cômodos, com área total de 608,33m². Hoje guarda parte do acervo histórico da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, entre eles, móveis, livros, quadros.

Foto 1 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Entrada Museu do Eucalipto (Foto: Joinhas, 2006).



Foto 2 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Representantes das diversas espécies de eucaliptos encontrados na área (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 3 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Coleção de aves que fazem parte do acervo de pesquisas realizadas por Edmundo Navarro de Andrade (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 4 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Solar Navarro de Andrade (Foto: Joinhas, 2006).



✓ *Solar Amarelo* – Fazia parte da Fazenda Santo Antônio e possuía apenas um pavimento servindo às famílias de trabalhadores. Depois da aquisição da fazenda pela Companhia de Paulista de Estradas de Ferro, o edifício foi assobradado. O sobrado, cuja arquitetura é típica dos colonos italianos, foi construído em alvenaria e possui acabamentos bastante rústicos (Foto 5). No térreo, grandes cômodos funcionaram como garagem e depósitos de materiais e maquinários utilizados no campo. Escadas exteriores conduzem ao segundo pavimento, que abrigava apartamentos, onde moravam as famílias dos colonos (Foto 6).

Foto 5 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada frontal onde portas e janelas demonstram a rusticidade dos materiais usados na sua construção (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 6 - Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada lateral e vista da escada que dava acesso ao andar superior (Foto: Joinhas, 2006).



✓ *Capela “Santo Antonio dos Eucaliptos”*-- A capela foi construída em sistema de mutirão por funcionários da Companhia Paulista, em 1962, e, em 1992, foi construída a passarela em madeira e introduzida luminárias que conduzem à entrada da capela. Sua arquitetura segue o estilo neogótico, com a utilização da arcada em ogivas e uma torre central com pináculo (Foto 7). A Capela Santo Antônio é símbolo da tradição religiosa e sociocultural da sociedade tradicional das cidades do interior paulista. O imóvel passou por restaurações no seu interior em 2002 (Foto 8) e, em 2006, foi restaurada a passarela que dá acesso à mesma (Foto 9). Desde 2006, missas são realizadas quinzenalmente na capela.

Foto7- Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – Fachada da Capela com detalhe do estilo neogótico (Foto: Joinhas, 2006).



Foto 8: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista da passarela e Igreja antes da restauração (Foto: Joinhas, 2005).



✓ **Casa de Madeira** - Sua construção em 1962 foi coordenada por engenheiros florestais e agrônomos da Companhia Paulista, com o intuito de verificar quanto tempo durava o eucalipto *in natura*, exposto a todo tipo de intempérie. Sua construção foi toda elaborada em madeira de eucalipto, sendo suas telhas feitas artesanalmente contendo canaletas para escoamento da água, enquanto o madeiramento do telhado é todo em ripas e caibros aparelhados. Suas paredes foram feitas com armação interna de madeira aparelhada e coberta na face externa e interna com madeiras roliças de “meia cana” (corte do tronco pela metade), compondo superfícies inteiras ou partes com aberturas. O piso foi todo elaborado com parquetes e está sobre uma base de pedra e tijolos, tendo a construção uma varanda na fachada principal. Acredita-se que desde sua construção, foram armazenadas em toras de eucalipto de diferentes espécies em seu interior, ficando expostas ao público. A casa de madeira passou ao longo dos anos por um intenso processo de deterioração, sendo destruída

por cupins quase por completo (Foto 10) e atualmente passa por um processo de recuperação mantendo as características originais (Foto 11).

Foto 9: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Detalhe da passarela restaurada (Joinhas , 2006).



✓ *Jardim das Palmeiras* – Foi criado na década de 1930, perto de algumas palmeiras imperiais que remontam a época dos barões (Foto 12), antigos moradores do Solar Navarro de Andrade. Localizado entre o Solar e o Lago, este possui uma área aproximada de 10.90 m², composta de palmeiras perfiladas, formando um vistoso gramado. Esse espaço é utilizado para a contemplação da área, além de um convite ao descanso e à preguiça, onde se pode observar os freqüentadores muitas vezes sentados à sombra das palmeiras lendo, tirando um cochilo ou apenas apreciando a paisagem.

Foto 10: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Casa de Madeira antes do início da restauração (Foto: Joinhas, 2005)



Foto 11: Atualmente, já no término da restauração (Foto: Joinhas, 2007)



Foto 12: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Jardim das Palmeiras, ao fundo o Solar Navarro de Andrade (Foto: Joinhas, 2007)



✓ *Sede Administrativa* – O imóvel foi originalmente sede da Fazenda Santa Gertrudes, da qual o major Mariano Augusto Guimarães foi proprietário até 1909, quando foi adquirida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Com a aquisição de outras fazendas, passou a sediar o escritório do Serviço Florestal da Companhia Paulista. Quando houve a encampação das ferrovias para o Governo do Estado, originando a Fepasa, as salas do imóvel passaram a ser ocupadas pela Superintendência Florestal. Com a privatização da Fepasa e a transferência do Horto Florestal de Rio Claro para a Secretaria do Estado de Meio Ambiente, em 7 de abril de 1998, o imóvel passou a ser utilizado como sede administrativa da unidade (Foto13).

Foto 13: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista parcial da sede administrativa (Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Casas dos antigos moradores ou vila* – O núcleo onde se localizam as casas dos antigos moradores está situado bem próximo ao Solar Navarro de Andrade e a Casa Amarela, onde residiam os antigos trabalhadores da estrada de ferro. Hoje as casas se encontram em um estado de deterioração avançado, onde muitas foram atacadas por cupins e apresentam rachaduras. Ainda, quase todos os imóveis encontram-se desocupados (Foto 14).

Foto 14: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista parcial da Vila
(Foto: Joinhas, 2006)



✓ *Centro de Apoio ao Visitante* – O centro de apoio ao visitante foi criado no final do ano de 2006. Localiza-se em uma das antigas casas de moradores e abriga uma coleção de animais empalhados e algumas informações gerais sobre a área e a atuação do Instituto Florestal (Foto 15). O local serve ainda de ponto de trabalho dos estagiários da área de uso público.

✓ *Centro de Convivência* – O centro de convivência era área de uso exclusivo dos moradores locais. Há relatos de que ocorriam grandes “bailes” e que estes só terminavam ao amanhecer. O prédio passou por um processo de restauração (Foto 16) no ano de 2006. Hoje, depois de restaurado, a edificação funciona como local de cursos e oficinas (Foto 17).

Foto 15: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Fachada da casa onde atualmente funciona o Centro de Visitantes (Foto: Joinhas, 2007)



Foto 16: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista do Centro de Convivência antes da restauração (Foto: Joinhas, 2005)



Foto 17: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Centro de Convivência num segundo plano já restaurado (Foto: Joinhas, 2006).



3.5 - Patrimônio Natural e Científico

✓ ***Arboreto*** – Localizado nas proximidades do lago, foi criado em 1957, tendo como função proporcionar subsídios para estudos comparativos entre espécies plantadas sejam elas nativas ou exóticas. Com o passar dos anos, assumiu outras funções que proporcionaram aos visitantes informações científicas, didáticas, estéticas e lúdicas, além de espaços propícios ao lazer. Este é composto por um canteiro central e outros dez canteiros dispostos ao seu redor. Além de um talhão com essências exóticas e outro com essências nativas. Nos 11 canteiros foram plantados originalmente 496 plantas, de 204 espécies, distribuídas entre 164 gêneros e 57 famílias. Atualmente, algumas de suas espécies estão ameaçadas de extinção.

✓ ***Coleção Histórica de Eucaliptos*** – A coleção em talhões foi criada no ano de 1919, destinada a abrigar diferentes espécies de eucaliptos. Ao todo, são 68 talhões, de 36x40

metros, que ocupam 23,5 hectares e possuem aproximadamente 60 das 144 espécies trazidas da Austrália e da Oceania. Esta coleção proporcionou ao Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro informações do comportamento da espécie em relação ao espaçamento de plantio e de desbaste seletivo. Desperta, hoje, o interesse de toda comunidade científica nacional e internacional por agregar alto potencial produtivo, ecológico, ambiental, educacional e turístico. Atualmente, vários talhões possuem uma baixa densidade de indivíduos e em alguns nem mais existem indivíduos vivos, devido, principalmente, a idade dos plantios. Embora a cobertura vegetal da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade denote uma abundância e predominância de *Eucalyptus* spp, a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade apresenta talhões de eucalipto com composição de sub-bosque formado por diversas espécies nativas estabelecidas na área por processos de sucessão ecológica e regeneração natural. Com tal biodiversidade, a Unidade de Conservação constitui-se num ambiente de importante composição florestal e características bastante peculiares na paisagem (Fotos 18 e 19).

Foto 18: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Placa que faz referência ao ano de plantio da área (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 19: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Vista de talhão pertencente ao patrimônio natural da Floresta (Foto: Joinhas, 2007)



Somente na década 1950-1960, com as atividades da Seção de Genética do Serviço Florestal sediado no Horto de Rio Claro é que surgiu e se estabeleceu, até a época da criação da Fepasa, a coleção sistemática de espécimes botânicos através do processo de herborização. Assim, foi criado o herbário daquela Seção, que passou também a atender à necessidade de abrigar testemunhos de uma parte da biodiversidade existente na Floresta e outras Unidades da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, bem como dos limites urbanos de Rio Claro. O histórico desta coleção e seu valor biológico podem ser encontrados em Martini (2004).

Ainda de acordo com o Plano de Manejo no ano de 2002, o Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da Unesp, campus de Rio Claro, resgatou a coleção herborizada da Floresta, realizou o seu expurgo com a seleção dos espécimes ainda em bom estado de conservação, processou os dados de forma atualizada e incorporou a mesma como parte do acervo do Herbário Rioclarense (HRCB), pertencente ao Instituto de Biociências e registrado internacionalmente. Desta forma, sob os números de registros do HRCB de 36.734 a 36.875, encontram-se as coleções australianas de exsicatas¹³ do gênero *Eucalyptus* doadas a Edmundo N. de Andrade por J. Maiden, do Jardim Botânico de Sydney, Austrália. Exsicatas de espécimes de táxons de *Eucalyptus* cultivados no Horto, desde os brasões originais até os híbridos ou variações genéticas espontâneas encontram-se sob os registros de HRCB 37.304 a HRCB 38.876. Tratadas como integrantes de uma coleção geral, encontram-se as exsicatas com os registros de HRCB 37.305 a HRCB 38.048 relativas às espécies introduzidas, cultivadas como ornamentais nos jardins da Floresta Estadual (solar da família Navarro de Andrade, jardins de residências das colônias de funcionários etc.) e da cidade de Rio Claro e aquelas recebidas de outras localidades. Desta coleção geral, não há registros nas fichas ou quaisquer menções relativas a coletas realizadas em áreas da Floresta Estadual de Rio Claro, reconhecidas como sendo de vegetação *indígena* (ou nativa) mantidas com o intuito de preservação ou provenientes de processos de regeneração ou recuperação da vegetação. Desta forma, áreas com vegetação nativa espontânea somente existem na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade como resultantes de processos de manejo florestal restrito ou inexistente (como nas coleções históricas e talhões de interesse para melhoramento genético), ou de ausência de ocupação de áreas antes florestadas (talhões abandonados, sem plantio depois de retiradas parcial ou total de madeira). Nestes casos, seja por formação de um sub-bosque nos talhões mais antigos, ou por regeneração, infestação ou chuva de sementes de áreas florestadas vizinhas, é que pode ser encontrada uma vegetação nativa.

O conhecimento deste patrimônio florístico indica que os talhões que possuem populações implantadas ou fragmentos remanescentes com espécies nativas (“indígenas”),

¹³ Exsicata é uma amostra de planta seca e prensada numa estufa (herborizada), fixada em uma cartolina de tamanho padrão acompanhadas de uma etiqueta ou rótulo contendo informações sobre o vegetal e o local de coleta, para fins de estudo botânico.

bem como os remanescentes nativos, devem ser mantidos como patrimônios histórico e biológico, recuperados, manejados para atender questões de fitossanidade¹⁴, e estudados nos aspectos de aproveitamento como fontes de propágulos (sementes) para uso nos programas de obtenção de mudas em viveiros.

Com relação a sua fauna, o estudo de Chagas (1997), desenvolvido na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, indica que a área oferece à fauna local, vários microhabitats para nidificação e abrigo. Esta variação é resultante dos seguintes fatores: estágios sucessionais diferenciados para cada talhão, sistema de drenagem local que forma lagoas, alagados, brejos e proximidade com as áreas de plantio de cana-de-açúcar. Com relação à mastofauna¹⁵, há ocorrência de 20 diferentes espécies, pertencentes a 15 famílias e seis (6) ordens, sendo as mais representativas a *rodentia*, *carnívora* e *marsupialia*. Com relação às aves, foram encontradas 255 espécies no seu interior e proximidades, em estudo realizado no período de 1982 a 2001. Foram registradas ainda 21 espécies de anfíbios, pertencentes a quatro (4) diferentes famílias. Com relação aos répteis, segundo pesquisas realizadas pelo Departamento de Zoologia da Unesp foram catalogadas 32 espécies. Também foram levantadas 72 espécies de formigas, e 17 diferentes espécies de cupins. A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, mais precisamente na sub-bacia do Ribeirão Claro. O Ribeirão Claro corta a Unidade de Conservação em sentido norte-sul, desaguando no Rio Corumbataí. Trata-se de um importante manancial, representando aproximadamente 20% do abastecimento de água da cidade de Rio Claro. Mas, apesar de sua importância, ocorrem diversos emissários de esgoto *in natura* diretamente no curso fluvial.

Há, na Unidade de Conservação, duas sub-bacias, representadas pelos Córregos Ibitinga e Santo Antônio. As nascentes desses córregos ocorrem em áreas onde predomina a cultura de cana-de-açúcar e tem-se a presença de algumas pequenas propriedades rurais. A

¹⁴ Aplicação prática de medidas de combate às pragas e controle das doenças. Engloba conhecimentos de técnicas de várias ciências, entre as quais, destacam-se a fitopatologia e a entomologia.

¹⁵ A mastofauna é representada pelo grupo dos mamíferos que compreende os animais com temperatura corporal constante (homeotérmicos), que apresentam pêlos em algum momento de sua vida e a glândulas sudoríparas, sebáceas e mamárias. Destas, as glândulas mamárias são as de maior relevância, pois permitem que as fêmeas alimentem seus filhotes nos primeiros estágios do seu desenvolvimento.

ausência de mata ciliar nas suas margens é quase total. Há solos expostos, o que causa a perda de solos. Isso pode ser verificado pelo processo de assoreamento do lago existente na Unidade. Há, ainda, os produtos químicos como, herbicidas e pesticidas que são utilizados no cultivo da cana-de-açúcar e que são carregados para o Lago causando o processo de eutrofização¹⁶ do mesmo.

Após essa densa e minuciosa explanação sobre o Horto Florestal por meio da sua história buscaremos no próximo capítulo ressaltar as contradições existentes dentro e fora da chamada Floresta Estadual.

¹⁶ A eutrofização é um fenômeno que afeta inúmeros lagos e rios e mesmo zonas marinhas costeiras de todo o mundo, alterando o equilíbrio do ecossistema e deteriorando a qualidade da água, o que limita a sua utilização.

IV. A FLORESTA ESTADUAL EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE (ANTIGO HORTO FLORESTAL) NA CIDADE DE RIO CLARO E SUAS CONTRADIÇÕES

“Atente-se, por exemplo, para o fenômeno da autofagia que marca nosso desenvolvimento urbano e que, fundado na lógica impecável da especulação imobiliária, provoca a instabilidade da relação entre o lote urbano e a estrutura edificada e entre esta e seu programa, sua função. Esta substituição do uso pelo consumo do espaço alimenta a ideologia do novo e privilegia incessantes substituições. Atenua-se no tempo: a mobilidade inevitável e a amnésia conduzem à alienação”. ANTONIO A. ARANTES

A idéia de contradição é inseparável do método dialético da análise da pesquisa sobre a problemática ambiental urbana. No movimento dialético desta pesquisa o conceito de contradição precisa ser compreendido porque o seu desempenho não se trata de uma postura entre o sim e o não, mas de uma relação com o lugar que se apresenta sob termos que se negam dinamicamente ao mesmo tempo em que se interpenetram e criam algo novo, como no caso da “memória e esquecimento”.

Para Elias (2008) Milton Santos destaca que como a dialética está presente em tudo e a contradição a rege, o mundo da globalização é contrariado no lugar. Para ele quanto mais os lugares se globalizam mais se tornam singulares – no sentido de que o arranjo que os elementos componentes do território têm em um determinado lugar não será encontrado em nenhum outro, assim a própria globalização acaba por produzir a fragmentação.

Nesse sentido Carlos (2001), coloca que:

“...por meio do estudo de uma porção particular do espaço procura-se desvendar processos que tendem a se generalizar enquanto necessários para a plena inserção dos lugares no contexto global, revelando as contradições e os conflitos resultantes desse desenvolvimento que procura impingir uma racionalidade homogeneizante do espaço e da vida.

A morfologia da cidade revela a existência de seus diversos tempos, marcados nas formas espaciais e a realização da vida na cidade. Podemos perceber as aparências dos fenômenos, mas chegar à sua essência exige o desvendamento, o aprofundamento das questões, a revelação dos processos que se escondem por detrás da, no caso, do processo de produção do território da cidade de Rio Claro.

Para tanto, partimos da reconstrução da história do lugar, procurando, a partir daí, aperceber-se do papel desempenhado por moradores e suas instâncias de representação coletiva de um lado e, de outro, pelo poder público - sujeitos, espaços, relações sociais, instituições, normas e transgressões são objetos de uma reflexão conexa e complexa.

Carlos (2001) coloca ainda que “alguns momentos lógicos da reflexão dialética compreendem contrapontos e articulações tais como: aparência e essência, parte e todo, presente e passado, singular e universal”. O seu princípio explicativo fundamental é o da

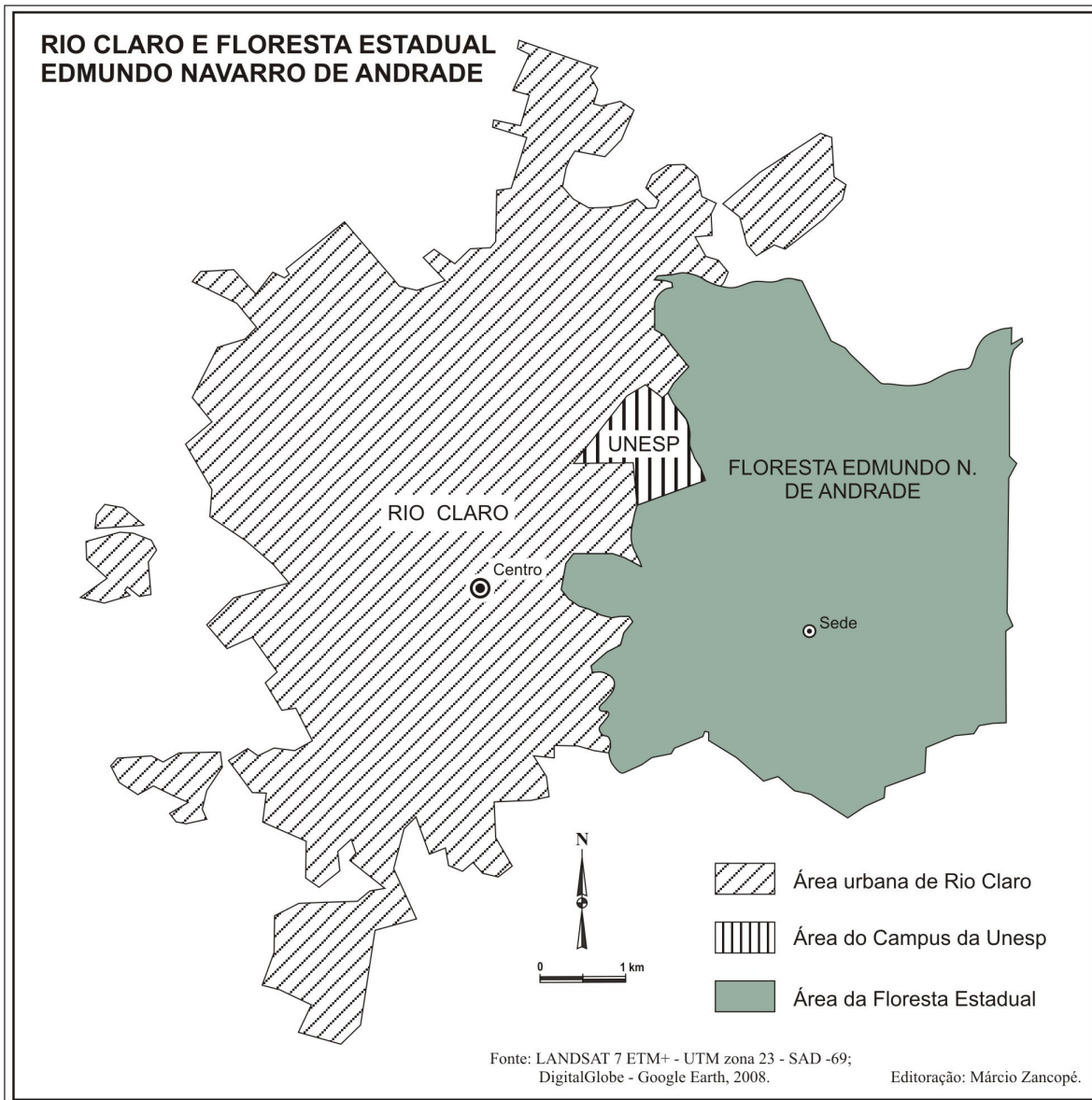
“contradição”. A autora defende ainda que o processo de reprodução do espaço se realiza criando novas contradições. O processo de reprodução do espaço é ao mesmo tempo contínuo e descontínuo apresentando profundas rupturas provocadas pela intervenção do estado em função das contradições decorrentes do próprio processo (Carlos, 2001).

É inegável a necessidade de compreender e explicar o processo de produção e apropriação territorial do espaço. É por meio dele que se poderá entender a maneira como a sociedade se organiza em torno das atividades básicas da produção e reprodução da vida material e mesmo de aspectos não-materiais como a linguagem, as crenças, a estrutura das relações sociais, as instituições e também as representações que orientam as relações com o mundo.

O Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” apresenta uma série de problemas, principalmente em virtude da sua localização, interfaceando o perímetro urbano do município de Rio Claro e sua área de expansão urbana e área rural. Fica, assim, suscetível a uma série de ações das mais diversas naturezas.

O Horto Florestal possui um perímetro de 27,2 km, dos quais cerca de 8 km em íntimo contato com a malha urbana; o restante se encontra em divisa com áreas de características rurais, ocupadas em quase a sua totalidade pela cultura de cana-de-açúcar (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de localização da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e limites da área urbana do Município de Rio Claro



4.1 - Atividades Ilegais

A identificação dos usos e/ou atividades que geram problemas e conflitos, baseou-se nas informações e nos dados da administração da unidade de conservação, representativos do período de 1999 a 2004, e dos preceitos legais que regem uma unidade de conservação de uso sustentável, em observações realizadas pela autora, no período de 2004 a 2008 e ainda na análise dos dados e informações extraídos dos questionários que foram aplicados na área da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.

A ocupação da área de entorno, caracterizada pela presença de aglomerados urbanos e cultura de cana-de-açúcar, tem-se constituído no principal foco de pressão sobre os recursos da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, sobretudo em decorrência dos danos ocasionados pela ação do fogo. Estes fogos, no que pese as restrições legais, são causados pela adoção de queimadas como prática corriqueira no processo de ocupação e limpeza de áreas para eliminar restos de culturas, pragas e o manejo de pastagens; por pescadores, caçadores, moradores e visitantes que utilizam a área para atividades não compatíveis com os objetivos da Unidade e ainda a prática tradicional e daninha de confeccionar e soltar balões (SÃO PAULO, 2005).

Atualmente, algumas das atividades desenvolvidas, tanto dentro da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade quanto em sua área de entorno, geram problemas ambientais, produzidos *a priori* por uso indevido de herbicidas, pesticidas, metais pesados, fertilizantes, derivados de petróleo, esgoto *in natura*, resíduos sólidos e outros. As principais atividades com características conflitantes e ilegais são descritas a seguir:

✓ Queimadas

Os incêndios florestais têm destruído anualmente extensas áreas de florestas nativas e plantadas no Brasil. No Estado de São Paulo, o período compreendido entre os meses de junho a outubro se caracteriza pela baixa umidade do ar, aumentando assim os riscos de ocorrência de incêndios.

O mês de julho apresenta características típicas da climatologia do mês, principalmente no que se refere ao padrão de chuvas, com uma distribuição dentro da média climatológica (inferiores a 50 milímetros) e temperaturas próximas ou ligeiramente

acima da média da Região Sudeste. O mês de agosto é normalmente seco com temperaturas ligeiramente acima da média climatológica, favorecendo o déficit hídrico e, conseqüentemente, a ocorrência de incêndios.

De uma forma geral, pode-se afirmar que o inverno se caracteriza por ser uma estação tipicamente seca, sendo que o trimestre de setembro, outubro e novembro representam o fim da estação seca e o início da estação chuvosa. Neste período, padrões climatológicos demonstram que há um aumento do índice de chuvas, os quais aumentam gradativamente até a chegada do verão.

Se não bastassem os fatores climáticos, associa-se também o hábito dos moradores das áreas urbanas e rurais em utilizar o fogo como instrumento de eliminação de resíduos das mais diferentes naturezas, somada à ação de vândalos que insistem em atear fogo em áreas naturais e/ou plantadas por puro divertimento ou sentimento de vingança (Foto 20).

Esta condição, assim como a deficiência na adoção de algumas práticas de prevenção e proteção, tem facilitando a ocorrência de incêndios florestais, sobretudo aqueles originados a partir do perímetro urbano.

O período compreendido entre os anos de 2000 e 2001 se destacou pela grande ocorrência de incêndios florestais na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e seu entorno, expondo de forma clara e evidente toda a fragilidade em prevenir os sinistros ocorridos, assim como dos serviços públicos em apoiar as atividades de combate.

Os registros de incêndios florestais demonstram que a quase totalidade destes sinistros ocorreu em áreas próximas ao perímetro urbano, sobretudo nos bairros Bela Vista, Jardim Bandeirante, Vila São Miguel e Conjunto Habitacional Orestes Giovani, popularmente conhecido como “Pé no Chão” (CERDOURA, 2002).

O incêndio mais recente do qual temos informação ocorreu em setembro de 2006 na área de entorno da Floresta Estadual. Autoridades e população ficaram preocupadas com a proporção do mesmo devido à grande nuvem de fumaça que cobriu partes próximas da área.

Foto 20: Rio Claro: Área residencial próxima ao Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade onde é prática comum queimar o lixo (Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Presença de gado bovino*

A falta de manutenção e a ausência de cercas definindo os limites da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade acabam facilitando a entrada do gado, cujos proprietários localizam-se em sua área de entorno, principalmente nos trechos limítrofes com o Jardim Conduta, Vila São Miguel, Conjunto Residencial Orestes Giovani. Esses animais adentram em busca de áreas com gramíneas para utilização como pastagem (Foto 21).

No Jardim Conduta, o acesso é facilitado pela presença do Ribeirão Claro e suas várzeas. Uma retificação desse curso de água, realizada pelo Departamento de Águas e Esgotos da Prefeitura Municipal há anos, alterou visivelmente essa área, levantando dúvidas quanto aos limites de propriedades, gerando problemas com o vizinho confrontante, proprietário do gado, com a administração da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, indicando a necessidade de uma definição clara dos limites por meio de marcos que possam orientar a construção de cercas.

Outros pontos de acesso do gado bovino são as áreas próximas ao córrego dos Bandeirantes, afluente da margem direita do Ribeirão Claro e na antiga estrada municipal

Rio Claro-Araras. Entretanto, a simples construção de cercas sem a efetiva fiscalização ao longo do seu perímetro, principalmente próximo aos bairros de baixa renda, não irá solucionar o problema, pois, segundo informações de antigos funcionários da Fepasa, cercas foram construídas e arrancadas.

A presença do gado dentro dos limites da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade ocasiona os mais variados danos aos componentes do meio abiótico (solos e águas) e biótico (animais e vegetação), além de colocar em risco a integridade física de seus usuários, principalmente daqueles que se dirigem à Área de Uso Público através de veículos automotores. São eles:

- ❖ ocorrência de incêndios florestais para a renovação das áreas com pastagens;
- ❖ deslocamento constante do gado, favorecendo a formação de trilhas rasas e profundas, provocando um endurecimento na camada superficial do solo, dificultando a absorção das águas superficiais arrastando o material desagregado e dando início ao processo de erosão;
- ❖ acúmulo de esterco e seu carreamento pela chuva para os tributários que formam a microbacia do Ribeirão Claro, contribuindo ainda mais com o comprometimento da qualidade de suas águas, aumentando os teores de nitrogênio e fósforo e de coliformes fecais;
- ❖ disseminação de *Brachiaria decumbens* e outras gramíneas através do esterco bovino após passar pelo trato digestivo destes ruminantes adaptados à digestão de celulose, colaborando com o processo de contaminação biológica de algumas áreas da Zona Histórico-Cultural, entre outras;
- ❖ dano à regeneração natural pela ação do pisoteio e herbivoria tanto em área em condições físicas de preservação permanente quanto fora delas, incluindo áreas verdes e ajardinadas;
- ❖ disseminação de ectoparasitos, principalmente carrapatos e ácaros em várias áreas, aumentando o potencial de ocorrência de doenças (febre maculosa, asma, rinites e algumas manifestações cutâneas de hipersensibilidade) para os funcionários e usuários em geral;
- ❖ utilização das trilhas abertas pelo gado por caçadores, o que dificulta a ação dos vigilantes;

Foto 21: Rio Claro - Flagrante de gado bovino adentrando a área da Floresta Estadual
(Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Atividades de caça e pesca*

A interação da floresta plantada com a regeneração natural, integrados aos tributários da microbacia do Ribeirão Claro e sua proximidade com alguns fragmentos florestais, acabam tornando a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade em um importante refúgio para a fauna regional, abrigando uma quantidade considerável de aves e mamíferos.

Entretanto, a proximidade da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade com os núcleos urbanos acaba gerando impacto também sobre a fauna local, em virtude da ação de caçadores e passarinheiros oriundos dos bairros de sua área de entorno. Normalmente, essas ações ocorrem no período da noite, durante os dias da semana.

Segundo informações obtidas no Comando de Policiamento Ambiental, no período compreendido entre os dias 20/8/1999 e 12/7/2003, foram registradas nove ocorrências dentro das dependências da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, sendo que duas delas estavam relacionadas à pesca ilegal e sete, à caça indiscriminada. Os infratores

foram autuados e liberados após pagamento de fiança. Entretanto, acredita-se que estes números não refletem a realidade do problema, já que a fauna local vem sendo alvo da ação de caçadores devido à falta de uma ação mais efetiva de todos os órgãos fiscalizadores.

✓ *Uso da área como exploração apícola*

O uso de pasto apícola por terceiros, sem nenhuma autorização oficial, constitui em um problema, pois a administração não tem o efetivo controle sobre a distribuição das colméias, muitas delas localizadas em pontos próximos à Área de Visitação Pública. Principalmente nos talhões ao longo das trilhas existentes, expõe os visitantes a possíveis acidentes durante suas atividades de caminhada ou manejo das espécies pelo apicultor invasor.

A atividade de apicultura na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade pode ser caracterizada como uma atividade migratória com mudança dos apiários de um local para outro, acompanhando as floradas dos eucaliptos (mel monofloral), com objetivo de aumentar a produção e prestar serviços de polinização. Este tipo de procedimento está intimamente associado à destruição da vegetação natural na região onde a unidade está inserida, principalmente para a expansão das grandes culturas. A apicultura migratória também pode prestar serviços de polinização para pomares e produção.

✓ *Eutrofização do lago e contaminação da microbacia do Ribeirão Claro*

O conjunto das águas superficiais da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade é constituído pelo Ribeirão Claro – sendo este um dos mananciais de abastecimento público do município – e por seus afluentes, constituídos por pequenos cursos d'água, como os córregos Santo Antônio e Ibitinga.

Do ponto de vista de contaminação, o problema é facilmente observado em trecho do Ribeirão Claro, dentro dos limites da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade em decorrência do lançamento de esgotos “*in natura*” precisamente à jusante da Estação de Tratamento de Água – ETA 1, em área desta unidade de conservação, causando um descontentamento muito grande do público visitante, além do mal-estar provocado pela emissão de odores fétidos que afligem principalmente seus moradores que têm que

conviver com esta situação uma boa parte do ano, normalmente no período mais seco (abril a setembro). Este problema seria resolvido com a construção do Sistema de Tratamento e deposição de esgoto sanitário do Jardim Conduto ou procedimento equivalente.

Já os córregos Santo Antônio e Ibitinga, no que pese a falta de monitoramento, apresentam problemas de contaminação por defensivos agrícolas utilizados na cultura que domina na área de entorno da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, a cana-de-açúcar, que chegam a esses tributários de forma direta ou indireta, comprometendo a qualidade de suas águas (Foto 22).

Foto 22: Rio Claro: Nascente do Córrego Santo Antonio cercada pela cultura da cana e sujeita a contaminação de suas águas por fertilizantes e herbicidas (Foto: Joinhas, 2007).



Este fato pode ser visualizado na represa existente na Área de Uso Público (lago) formada pela barragem do Ibitinga e que apresenta sérios problemas de assoreamento, promovendo o enriquecimento por nutrientes do meio aquático, que resulta em sua eutrofização. O problema ocorre devido à grande quantidade de nitrogênio e fósforo, utilizados no preparo do solo na área de cultivo da cana-de-açúcar, situado à montante do

lago, que acaba sendo carregado para cursos de água via escoamento superficial. O lançamento do esgoto *in natura* também gera a eutrofização, criando condições para o aparecimento e o desenvolvimento de algas e, conseqüentemente, outros organismos atraídos por elas. Em grande quantidade, formam massas de matéria vegetal que apodrecem quando não consumidas, poluindo e provocando a mortandade de populações de peixes do local. O mesmo ocorre com o Córrego Santo Antônio, cujas nascentes estão localizadas em áreas com este mesmo tipo de atividade.

Ações de recuperação na área desta microbacia são de suma importância, pelo simples fato de seu uso como manancial de abastecimento de água para a população do município de Rio Claro.

✓ *Resíduos sólidos*

A questão do “lixo” é sem dúvida um dos grandes fatores de degradação ambiental e queda da qualidade de vida na maioria dos municípios brasileiros.

Resíduos sólidos são todos e quaisquer tipos de materiais que apresentam risco potencial à saúde humana, à fauna e ao ambiente, devido à presença de agentes químicos e biológicos, com capacidade de contaminação.

Os resíduos encontrados na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade são classificados por sua heterogeneidade e periculosidade, sendo, na sua maioria, resíduos domésticos; mas também já foram encontrados resíduos comerciais e industriais.

Os tipos de resíduos depositados de forma inadequada na unidade de Conservação são: resíduos domésticos, resíduos comerciais e também grandes volumes de restos de construções, demolições e móveis advindos de toda a cidade, que são jogados em áreas de aceiros e estradas não-vigiadas ou isoladas (Fotos 23 e 24).

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade possui um sistema interno de coleta do lixo produzido pelos moradores e visitantes, em decorrência da coleta pública não atender seus núcleos habitacionais internos e sua Área de Uso Público. Trata-se de um sistema precário que promove, duas vezes por semana, sua coleta, colocando-o em um ponto estratégico para que a empresa responsável pela coleta no município dê a destinação final.

Outros pontos críticos se situam em alguns trechos específicos, principalmente na Estrada Municipal Rio Claro – Araras, próximo ao Bairro Bela Vista, a montante da ETA 1 e no Conjunto Residencial Orestes Giovani, que gera, além do problema de ordem estética, a poluição do solo, dos tributários da microbacia do Ribeirão Claro, além de representar séria ameaça à saúde pública.

Foto 23: Rio Claro: Área de entorno da Floresta Estadual onde todo tipo de lixo é jogado sem qualquer tipo de controle (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 24: Mais lixo e gado na área de entorno (Foto: Joinhas, 2007).



✓ Invasão dos trechos de entorno – extensão das moradias

Este processo de apossamento irregular de áreas públicas ocorre em virtude da falta de uma delimitação clara dos limites da área da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, principalmente de forma mais visível no Bairro Bela Vista (Foto 25), aonde alguns proprietários vem expandindo seus imóveis além daqueles limites definidos em documentos oficiais. O problema foi levantado na Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Sedeplama) em 2003, com a remessa de cópia do levantamento planialtimétrico que define os limites da Unidade. Neste sentido, providências administrativas devem ser tomadas com a Procuradoria Geral do Estado para reintegração dessas áreas. No entanto, uma ação com o Conselho de Desenvolvimento Urbano, no qual inclusive a Diretoria de Planejamento da Sedeplama participa, pode facilitar a solução deste problema. Esse problema também ocorre em outros bairros, onde os moradores usam as áreas como extensões de seus quintais (Foto 26).

Foto 25: Rio Claro: Bairro Bela Vista - onde ocorre a expansão dos imóveis ultrapassando os limites estabelecidos (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 26: Rio Claro: Área do entorno usada como extensão dos quintais – ao fundo, varal de roupas. (Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Ocupantes de imóveis da Feena sem vínculo com o Instituto Florestal*

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade possui algumas ocupações que se caracterizam como irregulares. O grupo de pessoas físicas é representado por antigos funcionários da Fepasa e invasores sem vínculo com a ex-proprietária da área, mas por apenas possuírem grau de parentesco com alguns dos atuais moradores.

Em relação aos funcionários da Fepasa, constata-se que no processo de privatização eles foram devidamente indenizados. No entanto, alguns deles continuam a ocupar as residências, sendo que uma parte encontra-se inadimplente com o pagamento das taxas de água e energia. Em alguns casos, tais ocupantes provocam problemas de outras naturezas, como a criação de animais domésticos, construindo infra-estruturas como: galinheiros e pocilgas; venda irregular de bebidas e produtos oriundos do mel produzidos com a utilização irregular da área para pasto apícola; geração de lixo doméstico, cuja coleta fica sob a responsabilidade da administração da Unidade (Foto 27). Alguns ocupantes de imóveis, entretanto, contribuem com a manutenção da Unidade de Conservação.

Foto 27: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Venda irregular de produtos em casa de morador. (Foto: Joinhas, 2007).



✓Estrada municipal Rio Claro – Araras

Esta estrada ocupa uma faixa de leito carroçável de aproximadamente 5,3 km de extensão dentro dos limites da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, sendo utilizada com frequência por proprietários rurais, cujos sítios e fazendas se encontram localizados na face leste da unidade. Entretanto, esta estrada acaba gerando sérios problemas para a administração em virtude da impossibilidade de um controle efetivo, pois na atual condição, o acesso é totalmente livre. Apesar dos esforços efetuados pela vigilância, vários são os casos de ações ilícitas, tanto contra o patrimônio público quanto particular (deposição de lixo, roubo, assalto, desmanche de motos e veículos, entre outros). Esta estrada também é utilizada como rota de fuga por marginais, para outras cidades da região, o que acaba colocando em risco a integridade física de funcionários, moradores e frequentadores (SÃO PAULO, 2005).

✓Abandono de animais domésticos

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade é utilizada frequentemente pela população local e de outros municípios para abandono de animais domésticos, principalmente cachorros e gatos. Estas ações ocorrem às escondidas da vigilância e com o decorrer do tempo há um aumento populacional destes animais que geram problemas, tanto para o público visitante quanto para a fauna que a unidade abriga.

✓Roubo de madeira

Este problema é mais comum nas áreas próximas aos bairros com ocupação por populações de baixa renda. Normalmente, a madeira é retirada em pequenas quantidades e para fins domésticos, principalmente em menores diâmetros para uso como lenha, mourões e escoras para construção. Uma maior eficiência no sistema de ronda e fiscalização e o reforço no número de vigilantes nos bairros mais periféricos podem minimizar o problema. Não há ocorrências de grandes retiradas ilegais (SÃO PAULO, 2005).

✓ *Retirada de bens minerais*

Este tipo de ação muito comum era caracterizado pela movimentação e retirada de terra e desmonte de materiais *in natura* no período de transição de horto para floresta, principalmente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços do Município de Rio Claro. Coibida pela administração da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, ficou, no entanto, o passivo ambiental, ou seja, as áreas degradadas para recuperação, principalmente em trecho próximo à antiga olaria, onde ocorreram as maiores retiradas de terra (SÃO PAULO, 2005).

Esta questão encontra o seu disciplinamento no Código de Mineração, tendo, inclusive, um procedimento específico para atendimento às prefeituras, conforme informações obtidas no Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – Equipe Técnica de Rio Claro.

4.1.- Atividades geradoras de impactos diretos na Feena

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade é hoje um fragmento florestal que se encontra rodeado por pressões antrópicas, dando origem a uma série de problemas ambientais desencadeados por inúmeras práticas inadequadas a uma unidade de conservação e a áreas de seu entorno.

Na sua face norte há um loteamento com pequenas propriedades rurais e diversas culturas temporárias; há a presença de uma espécie exótica já preocupante, o bambu, invadindo cada vez mais os limites norte da unidade. Em suas faces leste e sul, a monocultura da cana-de-açúcar está em contato direto com a unidade separada apenas por um aceiro delimitando suas áreas. Por fim, na face oeste está a mancha urbana em aproximadamente 8 km de contato direto com o fragmento.

Alguns destes aspectos e atividades merecem uma análise mais detalhada, dado o grau de impacto gerado dentro da Floresta Estadual, conforme a seguir:

✓ *Prema Tecnologia e Comércio S.A.*

Trata-se de uma empresa particular que atua no ramo de tratamento de madeira, que adquiriu, em 30 de dezembro de 1955, uma área de 109.921m² da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Suas divisas fazem limite com a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, chegando inclusive a ser confundida como extensão da própria unidade, gerando alguns problemas para a administração, principalmente por utilizar a estrada principal de acesso para entrada e saída de caminhões com madeira. Trata-se de um caso de servidão de uso com mais de 40 anos entre a empresa e a Fepasa. O tráfego constante de caminhões pesados causa sérios danos à estrada e à ponte sobre o Córrego dos Lavapés, principalmente na época das chuvas (SÃO PAULO, 2005).

Entretanto, o aspecto ambiental é o fato mais grave, uma vez que a empresa trabalha com tratamento preservativo de madeira utilizando produtos químicos geradores de grande impactos ambientais (metais pesados, etc.), havendo a necessidade de constante monitoramento quanto a problemas de vazamento da usina de tratamento de forma a não atingir área da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, como já aconteceu. As autoclaves, onde estão armazenados os preservativos de madeira em forma líquida, localizam-se em área próxima ao leito do Ribeirão Claro e também nas proximidades de residências, características estas que potencializam os graves riscos de danos ambientais e à saúde pública da comunidade (Fotos 28 e 29).

Outro problema, relacionado com a Unidade de Conservação, é quanto ao horário de trabalho que se estende noite adentro, com movimentação de produtos (dormentes e postes entre outros) por máquinas pesadas em trecho próximo a uma das colônias de moradores. Acredita-se que esta atividade seja uma das causas das rachaduras dos imóveis localizados no seu entorno.

Foto 28: Rio Claro: Área do entorno da Floresta Estadual onde tanques utilizados no processo de preservação da madeira, se encontram em estado de abandono.
(Foto: Joinhas, 2007).



Foto 29: Rio Claro: Produção de dormentes da Prema (Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Monocultura da cana-de-açúcar*

Atividade limítrofe com a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade que gera uma alteração na dinâmica natural de toda a área. As técnicas utilizadas no preparo do solo carecem de um manejo adequado às condições particulares do entorno da Unidade de Conservação, a qual detém uma determinada zona de amortecimento onde é proibida toda e qualquer atividade que possa ser prejudicial ao fragmento florestal.

O uso inadequado do solo, a cada safra, desconsolidada ainda mais a terra já vulnerável às precipitações e aos escoamentos superficiais, expondo-os aos agentes erosivos. Um relatório elaborado nas dependências da monocultura da cana-de-açúcar, bem na divisa com a unidade (Fotos 30 e 31), demonstra que a dinâmica erosiva é bem expressiva como já pesquisado e interpretado por Cunha (1997 *apud* São Paulo 2005), com estimativas de perdas de solo acima da dinâmica natural da região. Tal ocorrência registrada acaba por entulhar cabeceiras e a calha dos cursos fluviais, assoreando-os. Os materiais deslocados são sedimentos dissolvidos, oriundos da fragmentação da rocha por processos físico-químicos e orgânicos. Esse material é transportado por diferentes processos que dependem da sua forma, tamanho, peso, forças exercidas pela ação do escoamento superficial e fluxo do rio.

Por toda essa dinâmica erosiva e de perdas de solo, transporte de sedimentos e processo de assoreamento, o solo deposita-se no lago da unidade, tido como nível de base artificial de toda a bacia hidrográfica. Isso se dá somente quando há a diminuição da capacidade de escoamento e particularidades do meio físico da área.

Algumas nascentes estão sendo desviadas dos cursos naturais, alterando a dinâmica de toda a rede de drenagem e, em alguns casos, dando início a arraste de materiais dissolvidos e a formação de voçorocas, expondo o lençol freático.

Outro aspecto a ser avaliado nestas áreas de ocorrência de cana-de-açúcar é o uso constante de fertilizantes, herbicidas e corretivos de solo, pois resulta no aumento da proteção e da produtividade. Mas, por outro lado, altera toda a cadeia biológica de interação do solo e acaba por contaminar as áreas de preservação permanente, que “filtram” esses compostos químicos antes que eles atinjam o curso de água.

Foto 30: Rio Claro: Pequeno limite entre a Floresta Estadual e a cultura de cana-de-açúcar (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 31: Rio Claro: Extensão da cultura de cana-de-açúcar na área do entorno da Floresta (Foto: Joinhas, 2007).



✓ *Escoamento de efluentes urbanos*

Em relação aos recursos hídricos, há que se destacar a ocorrência de escoamento urbano como um fator de degradação ambiental na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade. Os cursos d'água que adentram a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, advindos da mancha urbana, são grandes receptores de fluxos de resíduos líquidos e sólidos que acabam por inviabilizar o uso das suas águas e toda fauna local, afetando a dinâmica dos recursos hídricos e suas margens (Foto 32).

O planejamento inadequado da ocupação do entorno da unidade (Foto 33) fez com que o despejo e a eliminação clandestina de efluentes *in natura* fossem lançados diretamente no Ribeirão Claro, sem qualquer tipo de tratamento – recebendo substâncias orgânicas e inorgânicas de toda a cidade de Rio Claro, inclusive do Distrito Industrial, que acabam por gerar o aumento de microrganismos e, como consequência, o aumento do consumo de oxigênio que concorre com a comunidade da fauna aquática.

Foto 32 – Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Ribeirão Claro que atravessa parte da área: assoreado e poluído (Foto: Joinhas, 2007).



Foto 33: Rio Claro: Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – Visão de dentro da Floresta que mostra a ocupação desordenada na área de entorno (Foto: Joinhas, 2007).



Deixamos agora a análise documental com as normas de legislação ambiental que regem esta Unidade de Conservação, para no próximo capítulo apresentar as informações coletadas na pesquisa de campo a fim de detectar os conflitos existentes entre os desejos da população e o poder público local.

V. HORTO FLORESTAL NA VOZ DOS INTERLOCUTORES

“Os relatos estão repletos de histórias há muito tempo esquecidas, mas, guardados na memória e, uma vez transmitidas, oferece oportunidade ao ouvinte de fazer o elo na corrente de transmissão dessas experiências vividas, e estabelecer a ligação entre presente, passado e futuro”. CÉLIA REGINA LUCENA

Para entender outras facetas do processo de apropriação e uso atual do território patrimonial do Horto Florestal, foi preciso estabelecer um diálogo entre o pesquisador e outros atores sociais locais, dentre os quais, os visitantes da área. Essa interlocução foi estabelecida primeiro com os visitantes, porque como mencionada anteriormente estes foram muito importantes para respondermos a questão a quem pertence o Horto Florestal de Rio Claro. Foram aplicados questionários e entrevistas, cujas informações obtidas possibilitaram o entendimento de questões relacionadas ao perfil do visitante e as relações estabelecidas a partir dos bens patrimoniais existentes na área. Além disso, foram importantes as informações obtidas por meio do levantamento em instituições de pesquisas, acervos pessoais e registro fotográfico.

Todos esses elementos reunidos e analisados em conjunto fizeram parte das múltiplas características que a Floresta Estadual possui, assim como dos atores sociais que fizeram e fazem parte do processo de ocupação do espaço local.

O primeiro aspecto a ser discutido com os visitantes está relacionado com respeito à residência, acessibilidade e assiduidade. Foi possível verificar que 84% dos entrevistados que freqüentam a área têm como residência o município de Rio Claro. Em seguida, tem-se o público das cidades que fazem limite com o município de Rio Claro somando 9% do total do número de visitantes. E, por fim, temos o público que vem de outras cidades, 7% do total. Nesse item, foram agrupadas as cidades que não fazem limite com as divisas do município, tal como São Paulo e Campinas, e cidades localizadas em outros estados, por exemplo: Porto Alegre, ainda segundo a análise, estes são indivíduos que estavam freqüentando a área pela primeira vez (Gráfico 1).

Os residentes no município de Rio Claro compõem a maioria dos indivíduos que visitam o Horto Florestal, seguidos em menor número por moradores de cidades vizinhas como Santa Gertrudes – sendo que parte do horto está nos seus limites, Piracicaba, Cordeirópolis, entre outras¹⁷.

Os visitantes são também representados, mas em menor proporção, por indivíduos que residem em outras cidades do Estado de São Paulo e até mesmo em outros estados, muitas vezes esses indivíduos são amigos e parentes de moradores locais, que são levados

¹⁷ Consta em artigo do Jornal Diário de Rio Claro publicado em 18/01/1976 que o Horto Florestal recebia visitantes de várias localidades – vindos de todas as partes do Estado. Em outro artigo (s/d) fala-se que o Horto Florestal recebia cerca de 50 mil visitantes anualmente – estes documentos encontram-se no Anexo 1.

pelos mesmos para conhecer a área do horto. Nesse sentido, acreditamos que o horto configura-se num pólo de atração local, mas que tem potencial para receber pessoas dos mais diversos lugares.

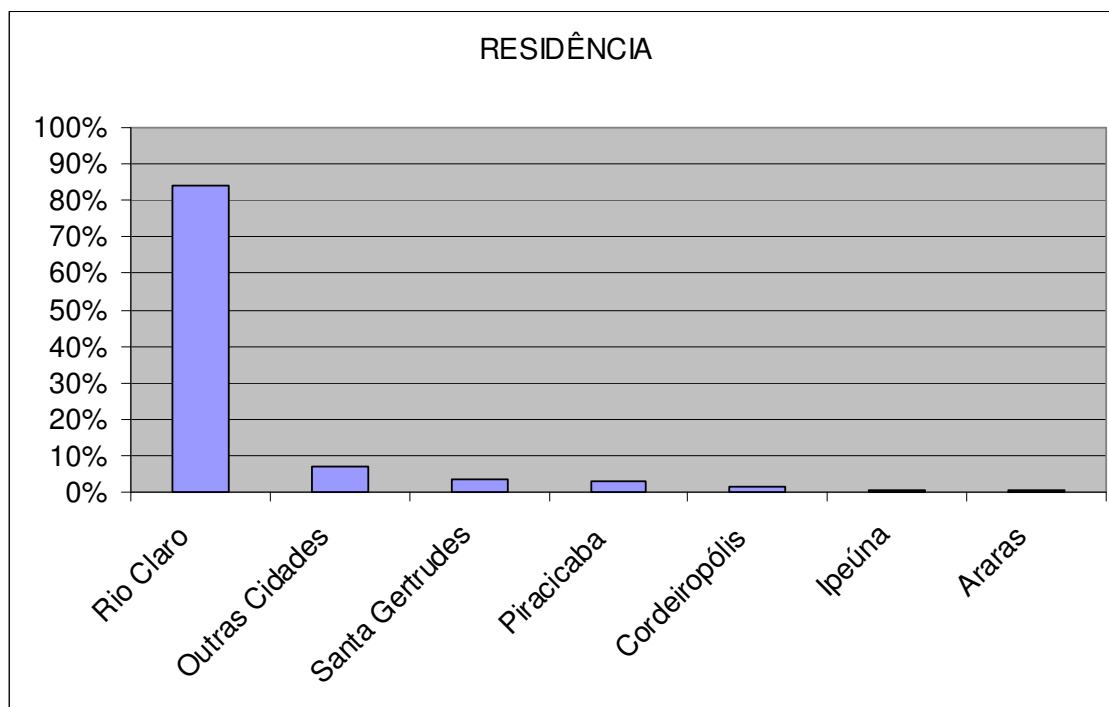


Gráfico 1 – Representação da Cidade de Origem dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

Percebemos, porém, que apesar de o visitante ser local, ele não vem de toda a cidade, e sim de áreas mais próximas, ou seja, o visitante é, geralmente, vizinho do horto. Esses visitantes que são na verdade os moradores do antigo horto residem em bairros localizados próximos do Horto Florestal, como é o caso dos bairros: Bela Vista, Cidade Nova, Vila Alemã, Vila Indaiá e Vila Paulista que concentram um total de 15% dos visitantes, e da área caracterizada como centro da cidade, que, apesar de não fazer parte do limites da Floresta Estadual possui proximidade e fácil acesso concentrando 7% do total de visitantes, como é possível verificar no Quadro 2.

Quadro 2 – Representação da Distribuição dos Bairros de Origem dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

BAIRRO	Nº.	%	BAIRRO	Nº.	%
Centro	10	7%	Cidade Claret	2	1%
Bela Vista	7	5%	Floridiana	2	1%
Vila Nova	7	5%	Vila Olinda	2	1%
Vila Alemã	7	5%	Vila Estádio	2	1%
Santana	7	5%	Jardim Paulista I	1	1%
Vila Paulista	6	4%	BNN – Cesp	1	1%
Santa Cruz	6	4%	Jardim Claret	1	1%
Boa Morte	5	3%	Jardim Consolação	1	1%
Jardim das Palmeiras	5	3%	Perdizes	1	1%
Jardim das Flores	4	3%	Vila Resende	1	1%
Cidade Nova	4	3%	Vila Martins	1	1%
Cervezão	4	3%	Vila Cristina	1	1%
Jardim América	3	2%	Vila Aparecidinha	1	1%
Jardim São Paulo	3	2%	Vila Aparecida	1	1%
Mãe Preta	3	2%	Santa Elisa	1	1%
Vila Operária	3	2%	Jardim Ipê	1	1%
Vila Indaiá	3	25	Jardim Universitário	1	1%
Saúde	3	2%	Jardim P. Residencial	1	1%
Wenzel	3	2%	Jardim Kennedy	1	1%
Jardim Guanabara II	2	1%	São Judas Tadeu	1	1%
Jardim Hipódromo	2	1%	Cidades Vizinhas	15	10%
Jardim Itapuã	2	1%	Não respondeu	5	3%
Jardim Brasília	2	1%	Total	145	100%

Já os bairros com mais afastados com relação à Floresta Estadual e menos privilegiados pelo transporte coletivo também são citados nos questionários, mas em números menores.

No entanto, alguns bairros que também são vizinhos, ou estão próximos do limite da área, porém de menor poder aquisitivo, não tiveram nenhuma representação no número de visitantes, sendo eles, por exemplo, a Vila São José, Jardim Conduta e Residencial Oreste Armando Giovannii, isso se deve provavelmente ao fato de esses bairros estarem localizados em área totalmente desprivilegiada e transporte e acesso as portarias.

Para esse tipo de situação, podemos atribuir algumas situações como: o tipo de transporte que o indivíduo utiliza para chegar até a área, a distância dos bairros e também a localização das portarias de entrada que dão acesso ao Horto Florestal.

O que impede muitas vezes o morador que não possui automóvel de visitar a área, já que para utilizar o transporte coletivo urbano ele teria que pagar por duas conduções e, ainda, caminhar por aproximadamente 2,5 quilômetros até o núcleo patrimonial da área, onde estão localizados os principais bens edificados como o Museu do Eucalipto, o Solar Navarro de Andrade, a Capela, o Jardim das Palmeiras, o Lago, e ainda a infra-estrutura básica como bancos, banheiros, bebedouros, etc.

Tais indícios são corroborados pelo baixíssimo índice de utilização de transporte coletivo, 3% do total (Gráfico 2), sugerindo que o horto, embora seja um local público e gratuito, seja pouco freqüentado por classes sociais de baixo poder aquisitivo, que dependem em maior grau de um transporte coletivo eficiente para o acesso ao lazer e à cultura.

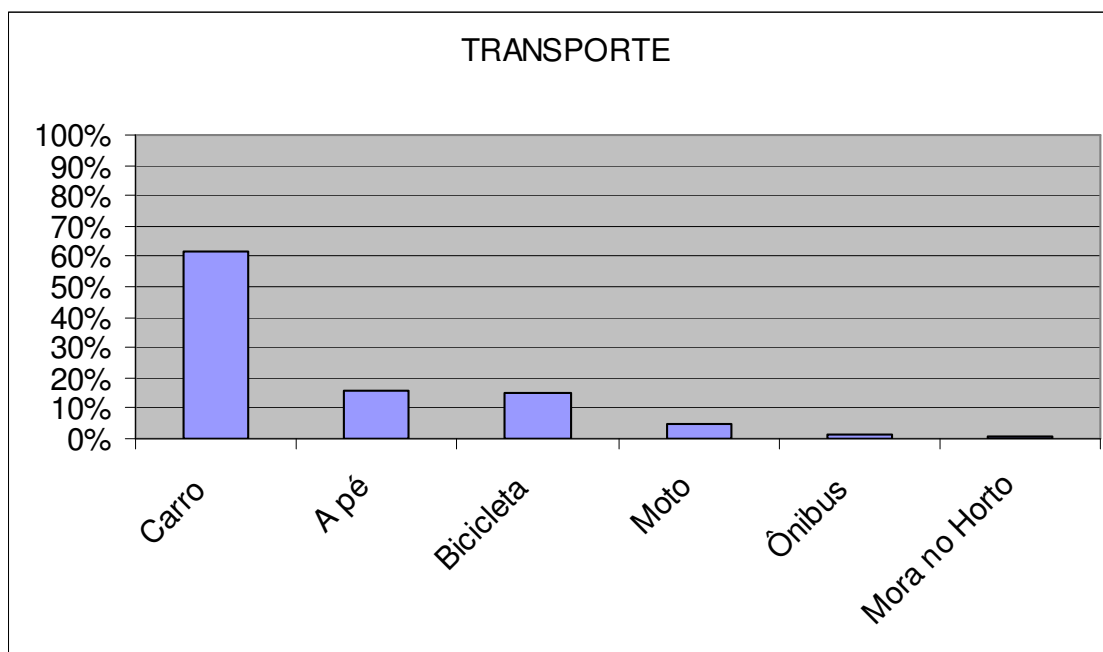


Gráfico 2¹⁸ – Representação da Distribuição do Tipo de Transporte Utilizado para o acesso à Floresta Estadual, dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

¹⁸ Como essa questão permitia mais de uma resposta, a porcentagem foi calculada sobre o total de citações feitas (163) e não sobre o total de questionários (145).

Nesse sentido, imaginamos que uma possível solução para esse impasse pode ser a inclusão de uma linha de ônibus integrada (bairro/horto/bairro) entre os bairros mais afastados e a portaria do Horto Florestal, ou ainda, uma linha interna de ônibus, ou outro tipo de transporte, com horários especiais nos períodos de maior fluxo de visitantes. Em seu depoimento, “*Seu Osmar*” conta que no passado existia uma linha de ônibus com esse propósito, mas que, no final dos anos 1970 a mesma foi desativada¹⁹.

A partir de 1970, a Fepasa passou a decidir os destinos do horto, começou então um lento e progressivo processo de deterioração do horto florestal. Não sei, mas de 70 pra cá, ela começou a criar obstáculo pra visitaçãõ. Aqui, havia barcos que saíam pra passear, tinha charrete, tinha ônibus, tinha restaurante que funcionava. Então toda uma geração aproveitou isso.

A questão do transporte é relevante e também pode estar relacionada a outro item dessa análise. Sendo que mais da metade dos visitantes (62%), utilizam veículo próprio como meio de transporte para se deslocar até o Horto Florestal, esses indivíduos em muitos casos estão em grupos formados por famílias compostas por crianças e idosos (Gráfico 3) representando 20% do total de visitantes; que nem sempre têm condições de caminhar grandes distâncias, o que poderia ser facilitado caso houvesse um sistema de transporte coletivo combinado.

Essa alternativa poderia ainda resultar num aumento do número de visitantes e também com relação à assiduidade dos visitantes (Gráfico 4), já que 26% dos entrevistados visitam o Horto Florestal com uma regularidade mensal, seguidos de 15% que freqüentam o local duas ou três vezes por mês e ainda os que vão todos os finais de semana. Temos também um público mais esporádico, 20% do total, que só vai até a Floresta Estadual em dias de evento.

¹⁹ Segundo informações obtidas nos documentos do processo (00428/74), anexo 1 - referente ao processo de tombamento do Horto Florestal, no passado existia uma linha de trem turístico que ligava a cidade de São Paulo a cidade de Rio Claro, quando os passageiros chegavam à estação eram levados ao Horto por ônibus especiais da empresa local. Manchete do Jornal Diário de Rio Claro de 18/01/1976.

O item grau de escolaridade dos visitantes confirma ainda mais o quadro relativo ao acesso, como já colocado anteriormente, já que um total de 46% dos indivíduos que visitam a área têm pelo menos ensino superior incompleto, e mais de 80% têm pelo menos nível médio completo, número que mostram um grande acesso a educação que se dá em área de maior poder aquisitivo. (Gráfico 5).

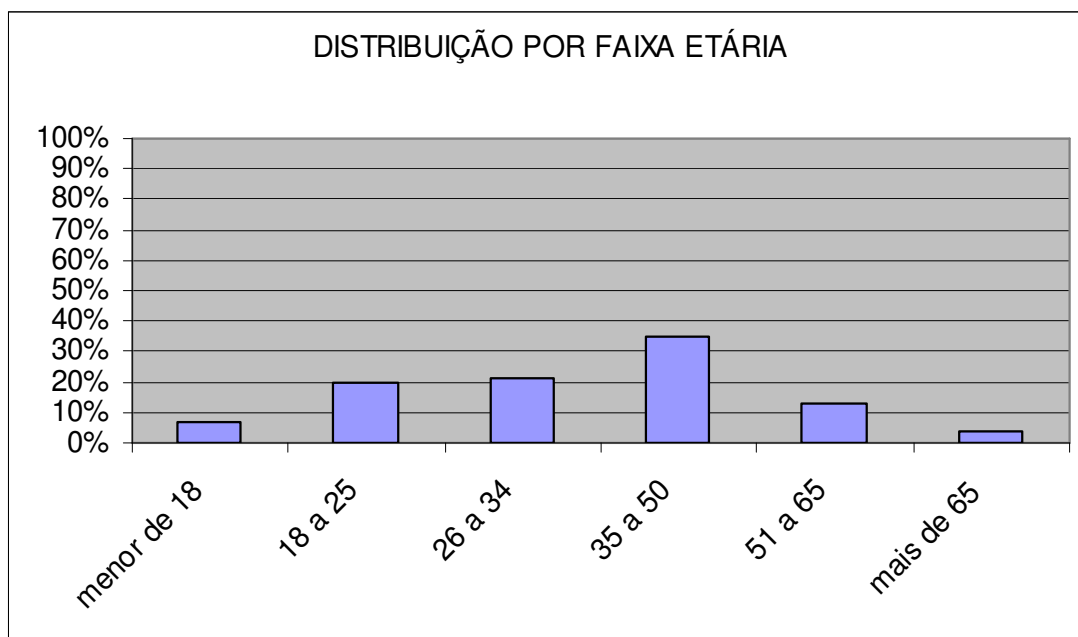


Gráfico 3 - Representação da Distribuição de Faixa Etária dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

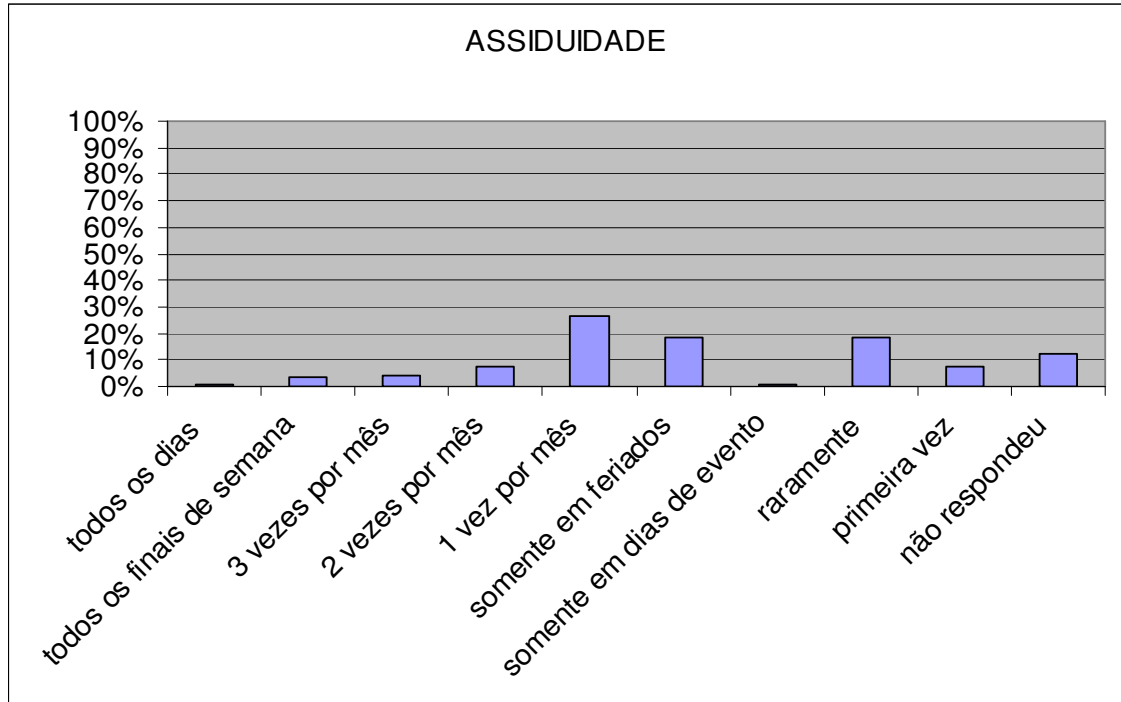


Gráfico 4 – Representação da Distribuição da Assiduidade dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

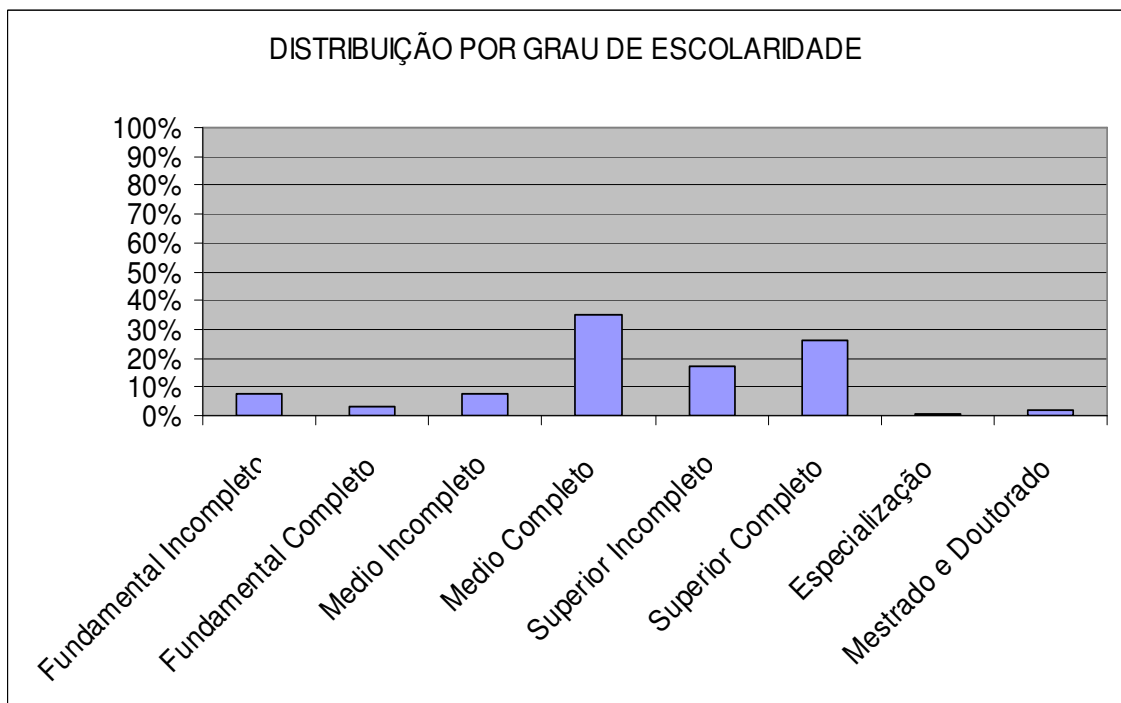


Gráfico 5 – Representação da Distribuição do Grau de Escolaridade dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

A segunda preocupação relaciona-se com a origem e o significado do Horto Florestal para os pesquisados, procurando detectar sua relação de pertencimento e memória individual e coletiva.

Para tal foram questionados sobre a origem e história do Horto Florestal. Observamos que 41% dos indivíduos, diz desconhecer a figura de Edmundo Navarro de Andrade (Gráfico 6) e, sobretudo, não estabelece nenhum tipo de relação ou vínculo com a área do Horto Florestal. Quando questionados sobre quem foi Navarro de Andrade, muitos dos entrevistados se sentiram inseguros em responder sobre tal assunto e, devido a isso, tivemos um número menor de respostas, sendo 45 no total.

Dos quais 56% responderam que a origem do horto está relacionada à Fepasa. Um total de 33% respondeu que a origem do horto está relacionada à figura de Edmundo Navarro de Andrade. E 11% colocam que a origem do horto está relacionada a uma antiga fazenda de café existente naquela área (Gráfico 7).

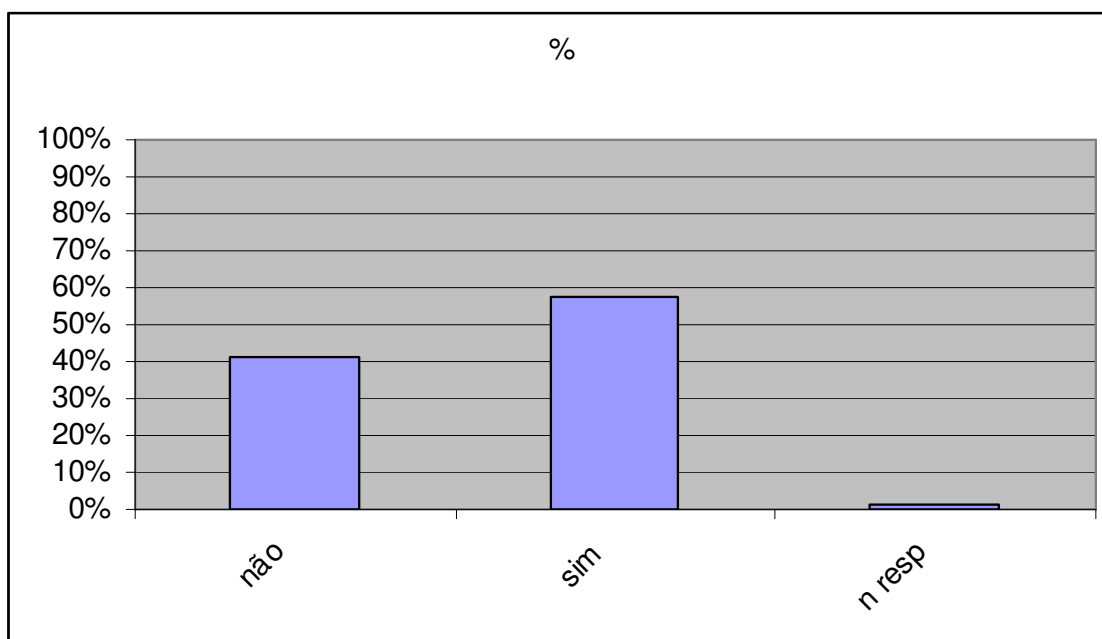


Gráfico 6 – Representação da Distribuição sobre quem foi Navarro de Andrade dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

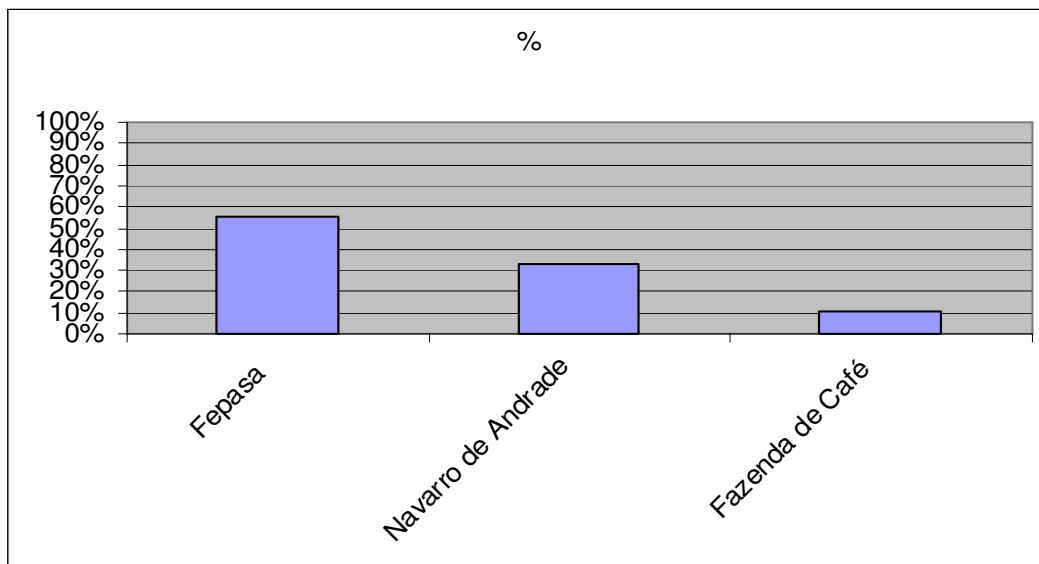


Gráfico 7 – Representação da Distribuição sobre qual a origem do Horto segundo os Entrevistados (Joinhas, 2007).

O esquecimento faz parte hoje da memória de Rio Claro, como bem colocado por “*Seu Osmar*” no trecho abaixo:

...você não pode falar da cidade de Rio Claro sem falar do Horto, mas por quê? Porque esse Solar aqui, muita gente pensa que, quem construiu foi o Navarro de Andrade – não foi o Navarro de Andrade, quem construiu esse Solar foi Antonio Paes de Barros, o primeiro Barão de Piracicaba – foi um dos fundadores da cidade de Rio Claro – como não pode receber uma atenção especial?E depois, tem uma ligação muito grande também – ali foi sede da Fazenda Santo Antonio – constituindo aqui a primeira fazenda de café do estado.

E prossegue ainda – quando o primeiro barão saiu daqui – ele era uma pessoa que viajava muito – veio morar aqui o filho dele Segundo Barão de Piracicaba – Rafael Tobias Paes de Barros - ele foi um dos iniciadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e seu diretor de 1800 a 1803.

Nesse momento é oportuno ressaltar os aspectos relacionados com as funções, tais como de lazer, educacional e cultural, exercidas por esse território. Sobre o *Museu do Eucalipto* foi revelado que apesar de 97% dos visitantes (Gráfico 8) terem conhecimento de que na unidade existe um museu, cerca de 30% nunca visitou o museu. Um dos motivos alegados pelos entrevistados para a não-realização da visita foi o de que o museu sempre está fechado (Gráfico 9).

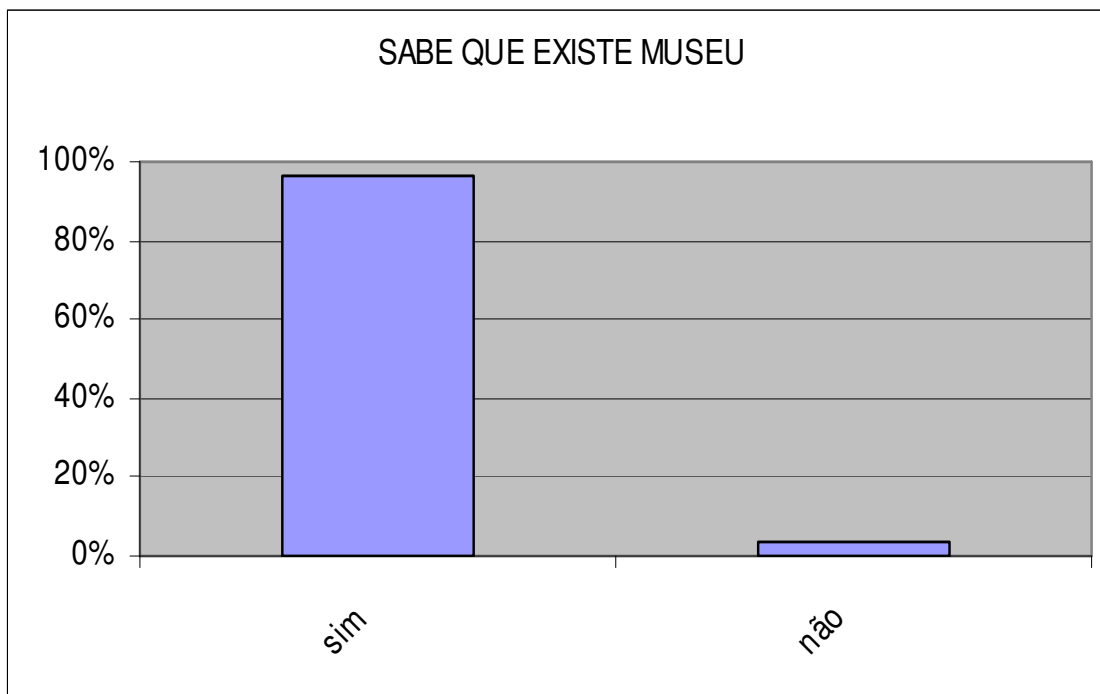


Gráfico 8 – Representação da Distribuição dos Indivíduos que sabem da Existência do Museu dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

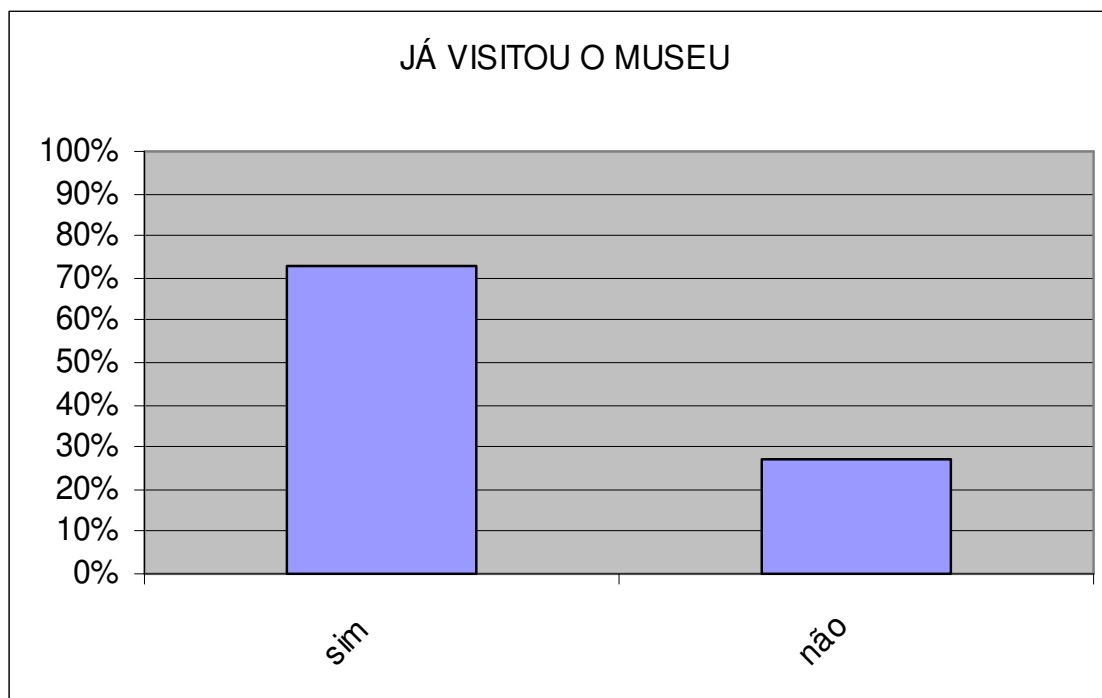


Gráfico 9 – Representação da Distribuição de Indivíduos que já Visitaram o Museu dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

Apesar da multiplicidade de significados (Quadro 3) atribuídos a área, 50%²⁰ dos indivíduos vêm o Horto Florestal como uma opção de lazer (Gráfico 10). Constatamos ainda que 50% dos entrevistados não participam de nenhuma atividade de lazer, e para os que participam de atividades de lazer não há nenhuma citação de outras áreas públicas como praças e parques – por exemplo, o Lago Azul (espaço público localizado na área urbana de Rio Claro) foi citado apenas uma vez como local de prática de lazer.

²⁰ Aqui incluímos também os itens: práticas esportivas, saúde, lugar de descanso, socialização das pessoas e turismo, pois acreditamos que os mesmos estão relacionados ao lazer.

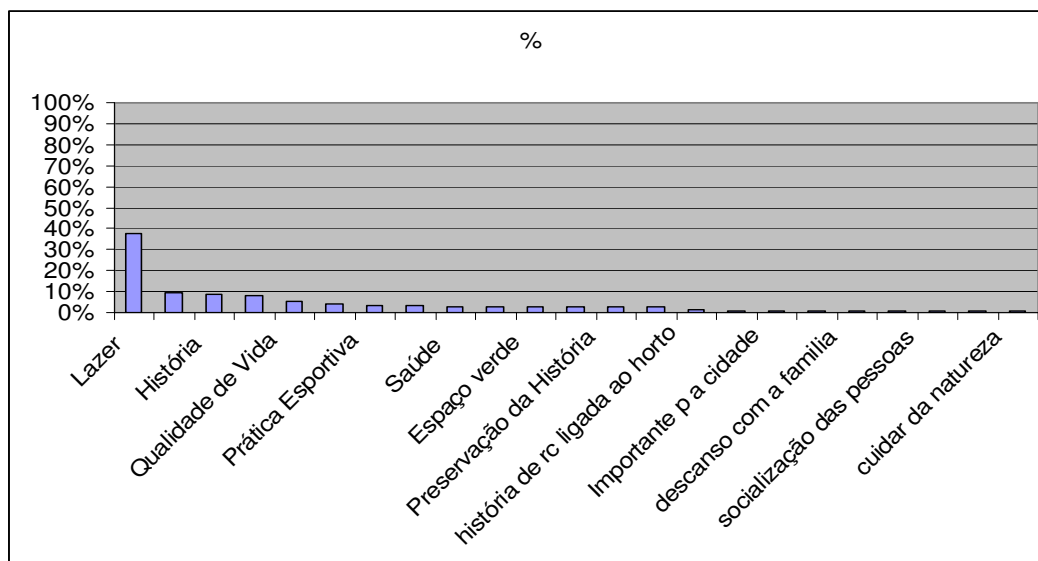


Gráfico10²¹ – Representação da Distribuição do Significado do Horto para os Entrevistados (Joinhas, 2007).

Quadro 3 – Representação da Distribuição do Significado do Horto para os Entrevistados (Joinhas, 2007).

ITEM	TOTAL	%
Lazer	61	37%
Cultura	15	9%
História	14	9%
Preservação da natureza	13	8%
Qualidade de vida	9	6%
Identidade	7	4%
Prática esportiva	5	3%
Pulmão da cidade	5	3%
Saúde	4	2%
Paz	4	2%
Espaço verde	4	2%
Identidade cultural	4	2%
Preservação da história	4	2%
Educação	4	2%
História de Rio Claro	4	2%
Resgate histórico	2	1%
Importante para a cidade	1	1%
Banco genético	1	1%
Descanso com a família	1	1%
Ponto turístico	1	1%

²¹ Como essa questão permitia mais de uma resposta, a porcentagem foi calculada sobre o total de citações feitas (163) e não sobre o total de questionários (145).

Essa opção pelo Horto Florestal como local de lazer já faz parte da vida e da história dos cidadãos rio-clarenses, como no trecho relatado a seguir, pelo “*Seu Osmar*”.

...naquele tempo eu era casado de novo – os filhos eram pequenos e eu trazia pra cá, como outras centenas de famílias ...o restaurante ficava lotado nos fins de semana. Isso aqui ficava lotado não só de pessoas que de Rio Claro – como de outras cidades que vinham pra cá. Inclusive a minha família – meus filhos também vinham pra cá nas férias.

Além de lazer, os indivíduos consideram também que o Horto Florestal tem importância para o entendimento do significado histórico e cultural²² da cidade de Rio Claro. Em vários trechos de sua entrevista, “*Seu Osmar*” relata sua preocupação com a importância da memória local e com seu resgate, seja por meio da história dos personagens que por ali passaram ou simplesmente pela história de suas edificações. Neste trecho, ele relata sua preocupação com a casa de Madeira, recentemente restaurada.

...nós estamos com a idéia ... de demolir e fazer novamente – porque é muito importante - eu tenho fotos, por exemplo, de Monteiro Lobato dentro dessa casa de madeira e hoje quem chega aqui não imagina como isso aí faz parte da história, da importância que tem ... então eles colocam lá uma placa com informações dessas pessoas que passaram por aqui e que não condiz com a realidade...

Para “*Seu Osmar*”, cada elemento que compõe a paisagem do horto tem sua própria história e esta deve ser respeitada no momento da restauração ou adaptações para adequação da estrutura preexistente. Ele cita como exemplo a restauração do Centro de Convivência, que teve seu nome original alterado.

²² Consideramos aqui todos os itens citados pelos entrevistados relacionados à história, a memória e a cultura local. A relação dos itens pode ser consultada no Apêndice ao final do texto.

Só que o nome não era esse – a idéia de fazer isso aqui foi do sobrinho do Navarro, o Armando Navarro Sampaio – em homenagem aos funcionários do Serviço Florestal ele criou isso aqui. O nome era Clube Educativo Social Navarro Sampaio, mas daí – por conta das mudanças que ocorreram, desses personagens que vieram de fora e ignoraram a história – batizaram então como Centro de Convivência e depois dessa reforma ficou esse nome mesmo.

A preocupação com a preservação da história local do Horto Florestal faz parte da própria história de vida da área e da cidade de Rio Claro. Essa afirmação pode ser corroborada com base nas informações obtidas por meio de documentos que fazem parte do processo 00428/74 – de tombamento do Horto Florestal, que se encontram disponíveis no Anexo 1 deste trabalho.

Essa forte associação da área com a prática de lazer e cultura, está relacionada a prática de atividades culturais de forma geral pelos visitantes. Um total de 56% que diz não participar de nenhuma atividade de lazer no município (Gráfico 11). E um número total de 36% de indivíduos diz participar de atividades culturais no município e em cidades vizinhas (Gráfico 12).

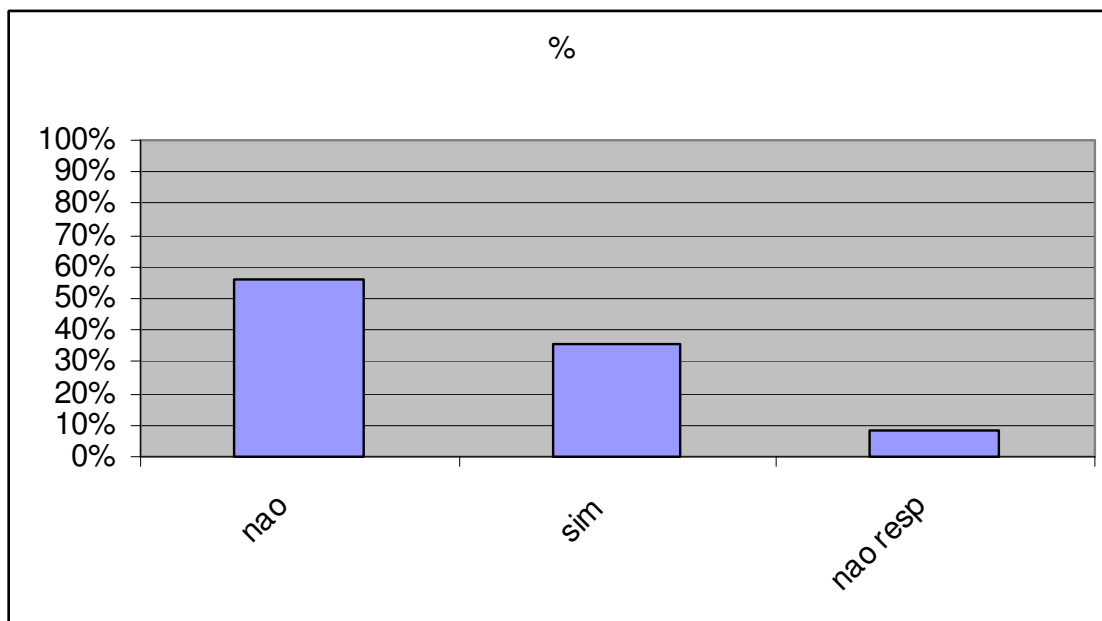


Gráfico 11 – Representação da Distribuição dos indivíduos que participam ou não de atividades culturais dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

Os locais para a prática das atividades de lazer são bens variados, predominando teatro com 32%, shows com 28% e cinema com 12% do total (Gráfico14).

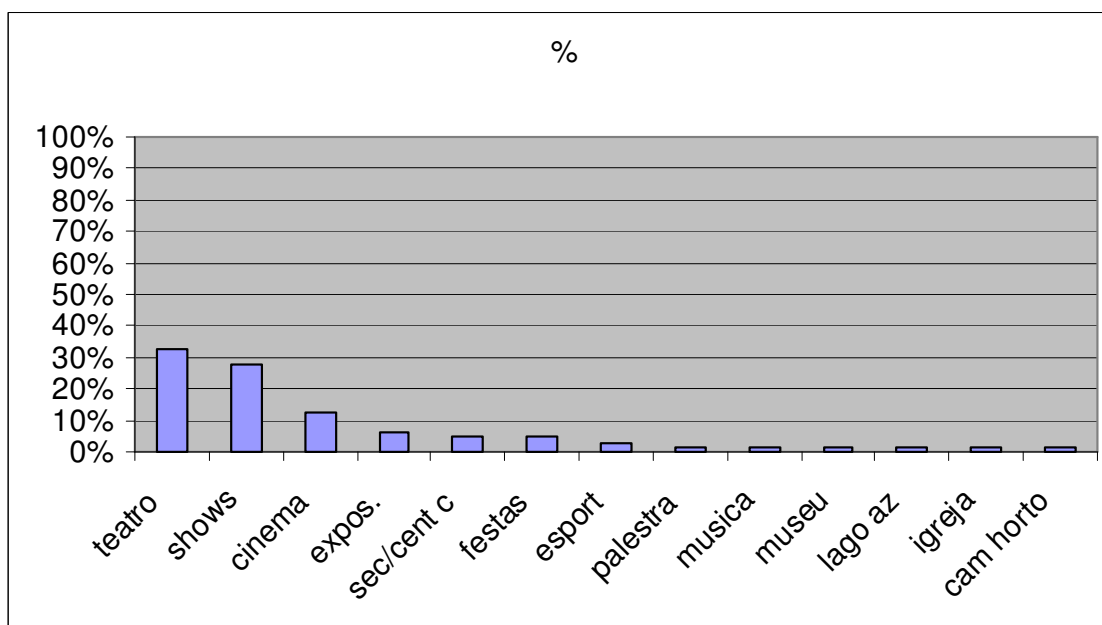


Gráfico 12 – Representação da Distribuição do Tipo de Atividade Cultural dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

Com relação à compreensão da problemática ambiental e os conflitos existentes, foram destacados os seguintes itens: a instalação do canil da Polícia Militar dentro da área patrimonial, a segurança que é considerada deficiente, disputas políticas entre o município e a atual gestão do Horto e vários problemas ambientais presentes dentro e fora da Floresta.

Um dos aspectos colocados pelos interlocutores diz respeito à pavimentação da estrada principal que dá acesso à área de lazer. A polêmica em torno da pavimentação é que houve uma descaracterização do local em virtude do impacto visual causado pelo asfalto.

Segundo representantes do Instituto Florestal, responsável pela administração da Floresta Estadual, o material usado na pavimentação apresenta características ecológicas, não prejudicando assim a beleza cênica do local ou trazendo outros tipos de impacto.

Apesar de representar a preservação do ambiente e a qualidade de vida para os visitantes a questão ambiental no Horto Florestal é vista como uma grande preocupação, e merece destaque, não somente por ser uma questão que vem sendo tratada globalmente, mas porque os problemas na área e no seu entorno são muitos.

O intenso e desordenado processo de urbanização que ocorreu no município de Rio Claro, trouxe sérias conseqüências negativas à área do Horto Florestal, além de ter perdido, nas últimas décadas, uma parcela representativa de sua área para a implantação de novos bairros. A área sofre ainda vários tipos de impactos ambientais, seja no seu interior ou na grande extensão da área de entorno que tem como seus limites os bairros urbanizados e extensas áreas ocupadas pela cultura da cana-de-açúcar.

Os cursos d'água ²³ que passam pela área apresentam alto índice de poluição e contaminação, trazendo além do mau-cheiro, doenças e a presença de insetos nocivos aos visitantes e a população local.

Isso ocorre também no lago localizado junto ao Solar Navarro de Andrade, o processo de eutrofização, causado pelo excesso de pesticidas e defensivos agrícolas utilizados na cultura da cana-de-açúcar, causa um aumento no número de plantas aquáticas e a mortandade de peixes. Com relação a isso "*Seu Osmar*" coloca que:

²³ As drenagens estão representadas pelos Córregos Ibitinga, Santo Antônio e Ribeirão Claro, sendo que os dois primeiros apresentam índices de poluição por fertilizantes e herbicidas utilizados na cultura da cana-de-açúcar. Já o Ribeirão Claro recebe grandes quantidades de efluentes urbanos dos bairros a montante.

Eu tenho fotos de pessoas pescando, nadando, ou famílias brincando na água. Hoje não pode nem pensar nisso, se mergulha ali sai morto... O que acontece é que o Ribeirão Claro recebe carga de esgoto de todos os bairros a montante. Agora a atual administração tem até 2007 trata todo o esgoto da cidade.

O uso freqüente da área de entorno do Horto Florestal para despejo de lixo (doméstico, entulhos de construção, depósito de móveis fora de uso, entre outros) também se constitui numa preocupação para os entrevistados. A presença desse material torna o entorno inóspito para a população local, tornando-se um local propício para a proliferação de insetos e animais peçonhentos.

Muitas vezes, a população local, talvez por falta de informação, como forma de resolver o problema do lixo, passa a atear fogo no mesmo. Isso muitas vezes tem sido feito no entorno da área, o que pode colocar em risco a área do horto, que, por conta da vegetação, existe o risco de incêndios.

Veja trecho da entrevista, onde “*Seu Osmar*” fala sobre um incêndio ocorrido na semana anterior a nossa conversa²⁴.

Calcula-se em torno de 100 hectares... Felizmente dos males aconteceu o menor porque queimou muito a vegetação rasteira, capoeira, toda a vegetação baixa queimou e o eucalipto ficou. Embora que o aspecto visual na hora assim foi feio. Felizmente as proporções podiam ter sido bem maiores por conta de um irresponsável.

Isso mostra a complexidade da questão, onde apenas um plano de manejo por mais elaborado que seja ainda não é suficiente por si só para despertar uma visão integrada que leve a praticas sustentáveis de uso do território. As questões ambientais que envolvem o Horto Florestal devem ser tratadas de modo diferenciado, pois, apesar de a área ser caracterizada como Unidade de Conservação de Uso Sustentável (o que permite a retirada

²⁴ O incêndio no qual fazemos referência acima ocorreu em meados de setembro de 2006.

de madeira, por exemplo), ela engloba elementos de diversas naturezas – como é o caso dos bens edificados e de talhões históricos de eucalyptos. A definição dos usos da Unidade de Conservação deve ser clara e objetiva e deve, ainda, ser acessível a todos os seguimentos da sociedade.

Outro item com números expressivos diz respeito a divulgação, verificamos que 50% dos indivíduos que freqüentam a Floresta Estadual não recebem nenhum tipo de informação sobre a programação de eventos que ocorrem no local. Um total de 29% diz receber informação por meio de jornais e 31%, por outros meios como: rádio, amigos, televisão, cartazes, e internet (Gráfico 13).

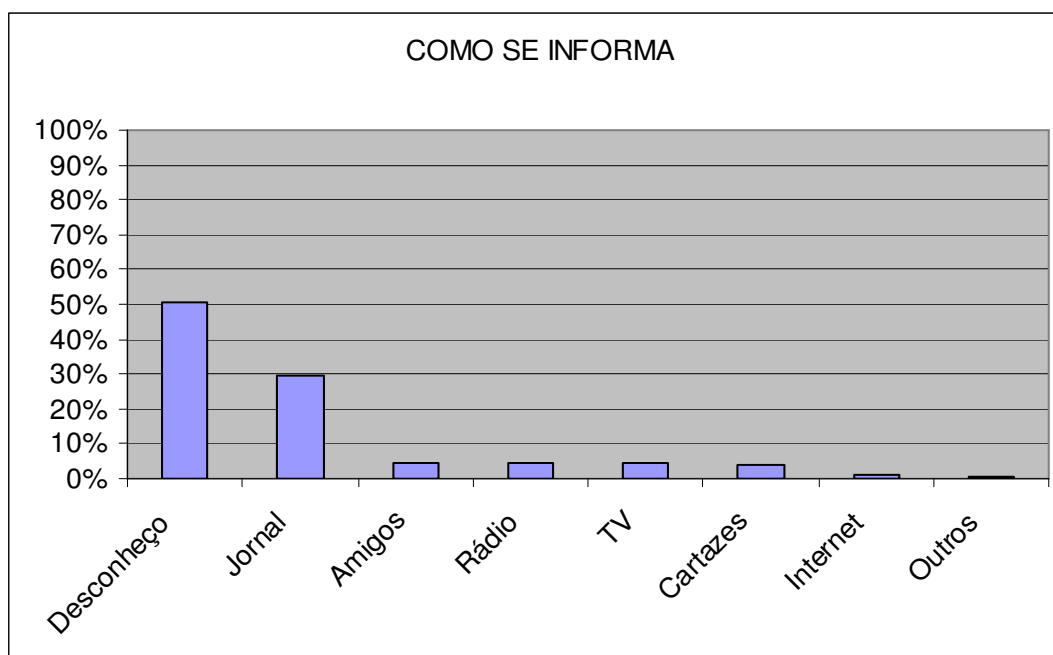


Gráfico 13 – Representação da Distribuição da Divulgação de Informações segundo os Entrevistados (Joinhas, 2007).

✓ Outra relevante questão trabalhada com os pesquisados foi à questão administrativa do Horto Florestal que é polêmica e divide a opinião dos entrevistados (Gráfico 14). Para os visitantes, o Horto Florestal deveria ser administrado de forma conjunta, entre os governos, municipal e estadual – este representado pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, contando ainda com a participação da Universidade, da população local e por último do setor privado.

Essa alegação é feita com base em medidas que, segundo os entrevistados, são executadas sem o devido conhecimento e consentimento da população local.

Apesar das inúmeras obras, reformas e serviços que estão sendo feitos no sentido de melhorar o atendimento ao público, os entrevistados (53%) consideram a atual administração pouco satisfatória e/ou não satisfatória. Um total de 40% diz estar satisfeito com a administração, mas faz ressalvas, com relação a itens como infra-estrutura básica no núcleo patrimonial, cuidados com o ambiente e desenvolvimento de atividades educativas.

A polêmica sobre a responsabilidade da administração não é atual, já faz parte da história do horto. Desde meados da década de 1970, antes inclusive do seu tombamento como patrimônio cultural, os conflitos já eram aparentes²⁵, segundo depoimento do “*Seu Osmar*” que exemplifica com a seguinte frase a situação:

*... aqui tinha um viveiro de mudas, muito bem feito. Então chegou num ponto que estava totalmente abandonado e tomado pelo mato. Chegamos então, eu e mais duas pessoas ligadas a associação para pedir ao prefeito que ele nos desse pelo menos a manutenção, limpasse aquele ambiente e fizesse o sistema de irrigação, e nós da associação nos incumbiríamos de conseguir pessoas, voluntários pra ajudar e conseguiríamos mudas e sementes. Infelizmente não houve um retorno da prefeituraouvi na época assim ...isso é dever do estado
Mas não é assim, o Horto está dentro de Rio Claro, faz parte da história de Rio Claro*

Esse impasse ocorre ainda hoje, talvez de forma mais amena, até porque hoje o Horto Florestal está sob a responsabilidade do Instituto Florestal – ligado a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Acreditamos que questões políticas, como por exemplo, a mudança de administração na prefeitura do município ainda seja um dos motivos de conflito entre as instâncias públicas e públicas e privadas.

²⁵ Artigos de jornais que datam da década de setenta (1970) já mostram o conflito existente entre a Fepasa, o poder público estadual e o poder público municipal – essas informações estão acessíveis no Anexo 1.

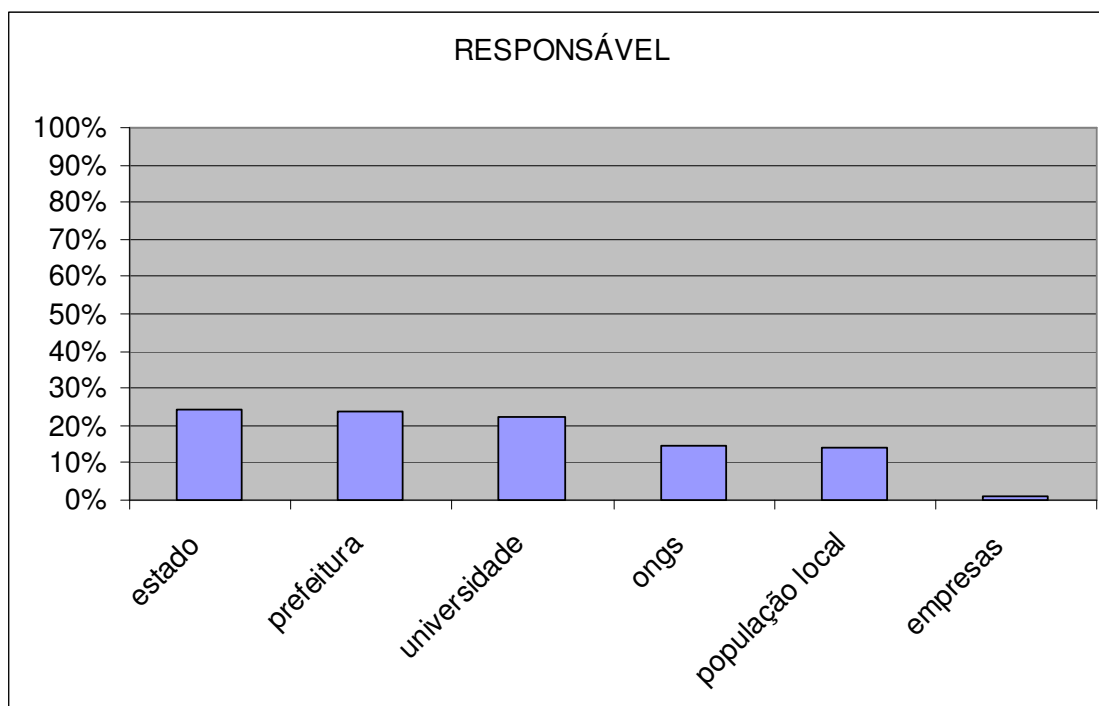


Gráfico 14²⁶ – Representação da Distribuição do Responsável pela Floresta Estadual dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

A questão da satisfação com a gestão da Floresta Estadual apresenta alguns elementos significativos para a discussão. Um total de 40% dos entrevistados disseram que estão satisfeitos com a atual gestão da Floresta Estadual, no entanto, na análise dos dados brutos, foi possível verificar que existem ressalvas, ou seja, os entrevistados colocam que estão satisfeitos, mas que a área exige cuidados especiais com relação ao ambiente, infraestrutura e o desenvolvimento de atividades educativas. Isso se repete na alternativa satisfatório (Gráfico 15). O que remete ao pouco entendimento de que muitos têm da questão ambiental na sua totalidade.

Os itens pouco satisfatório e não-satisfatório somam um total de 53% do total de entrevistados, indicando que mais da metade dos frequentadores da Floresta Estadual não estão satisfeitos com a gestão e atribuem isso a uma série de problemas que a área enfrenta.

²⁶ Como essa questão permitia mais de uma resposta, a porcentagem foi calculada sobre o total de citações feitas (446) e não sobre o total de questionários (145).

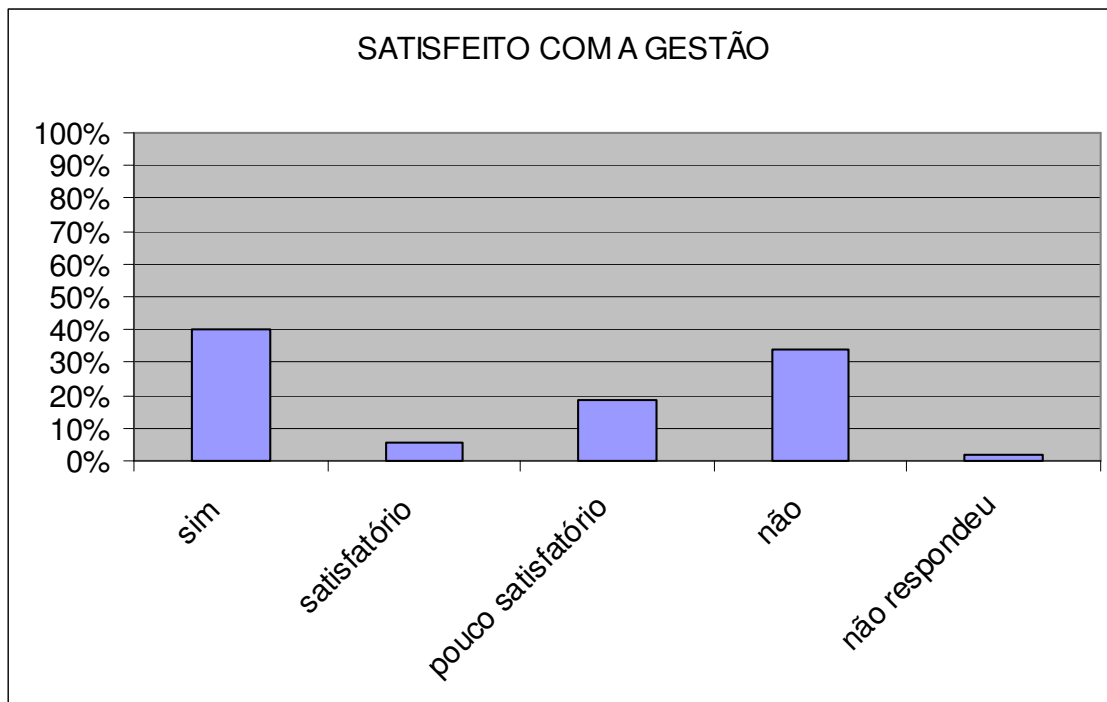


Gráfico 15 – Representação da Distribuição da Satisfação com a Atual Gestão dos Entrevistados (Joinhas, 2007).

Sobre as questões relacionadas à infra-estrutura, são muitas as vozes dos pesquisados que puderam apontar seus desejos, sugestões e melhorias para o Horto, que não dizem respeito somente à falta de equipamentos como banheiros, lanchonete e áreas de lazer – itens elencados pelos visitantes como essenciais para o bom funcionamento da área. Estão também relacionadas aos recursos humanos, haja vista que o número de pessoas para atender o público é pequeno e se concentra em alguns horários nos finais de semana²⁷.

O Museu do Eucalipto, por exemplo, é aberto ao público somente aos sábados e aos domingos no período da tarde. Essa restrição é feita em virtude do pequeno número de monitores para acompanhar os visitantes. Durante a semana, é feito um trabalho com escolas da rede pública e privada com o prévio agendamento.

²⁷ Essa constatação pode ser corroborada devido a informações obtidas do plano de manejo, onde a atual administração coloca o problema da escassez de recursos humanos em vários setores, incluindo a área de uso público.

Isso implica certo descontentamento por parte dos indivíduos que freqüentam o local para lazer nos finais de semana, tendo em vista a ausência de monitores no núcleo patrimonial e trilhas.

Outro item importante para os visitantes é o da segurança local, para visitantes e para as próprias edificações e também para evitar furto de objetos, como ocorreu no passado, como conta “*Seu Osmar*”.

O Museu, por exemplo, tinha mais objetos a ser analisado, a ser estudado do que hoje, peças do museu desapareceram não se sabe como.

... há um tempo atrás houve um roubo de um conjunto de bumerangues que havia sido doado ao Armando Navarro Sampaio, sobrinho do Edmundo. A doação foi feita pelo próprio governo da Austrália. Ninguém sabe como esses objetos foram retirados do museu.

Outro item importante e que deve ser considerado é a questão da infra-estrutura relacionada à alimentação em geral. Os visitantes reclamam da falta de um lugar para compras, como por exemplo água.

Sabe-se que no passado havia um restaurante dentro da área do horto. Com o declínio das atividades de lazer, o mesmo foi fechado e posteriormente demolido devido a uma infestação por cupins.

Mais recentemente, houve a abertura de uma lanchonete para venda de água, refrigerantes e salgados – mas que por motivos burocráticos teve suas portas fechadas. Para “*Seu Osmar*”, esta questão no local é de urgência.

É muito mais fácil, a lanchonete ta lá, a estrutura ta lá, tem tudo tem geladeira, tem sistema hidráulico. É só colocar em prática isso aí, enquanto não se viabiliza a construção de um restaurante. Aliás, não precisava nem construir – porque aquele casarão amarelo possui uma arquitetura na parte interna, em seu porão, de

rara beleza. Se houvesse um investimento e transformasse num restaurante, seria uma coisa muito gratificante pra cidade – mas esbarra numa burocracia danada.

Enquanto a abertura da lanchonete ou a construção de um restaurante não ocorre, a população local tem como alternativa, em alguns casos, a venda de bebidas em uma das casas da antiga colônia de trabalhadores no núcleo patrimonial. Esse comércio é caracterizado como ilegal, já que o plano de manejo da área não permite a venda de quaisquer tipos de produtos dentro dos limites da Floresta Estadual, como afirma “*Seu Osmar*”.

Não, não vendem, aliás, não pode vender.

Isso é motivo de certa controvérsia, acho que existe até um atrito entre os moradores e a gestão do horto – isso é de fato como é que funciona. Porque na realidade não tem mais aqui. Tinha uma senhora que vendia, por exemplo. Uma cerveja não pode vender – ela vendia lá. Vendia água pra quem quisesse – agora parece que foi coibido isso aí também.

Apesar de afirmação colocada por “*Seu Osmar*” de que a venda de produtos não existe mais, em visitas à área foi possível constatar que ela ainda ocorre em pelo menos uma das residências locais.

Acreditamos que exista uma necessidade de adequação a seu público, contudo deve ser planejada e deve ainda considerar os preceitos e as normas que regem a Floresta Estadual, para que não haja uma descaracterização do ambiente natural e construído.

Os visitantes escolheram ainda quais os itens que mais necessitam de melhoria na área da Floresta Estadual.

Para os visitantes, os **eventos culturais** são os mais representativos, sendo apresentados por 31% dos entrevistados. O segundo item, que representa um total de 28%, é o da infra-estrutura da área que, segundo os visitantes, em alguns setores, é precária (Gráfico 16).

Por exemplo, com relação aos banheiros públicos, a unidade tem apenas um banheiro. É consenso que os visitantes sofrem, principalmente em finais de semana em que ocorrem eventos na área, quando o número de visitantes é maior, e não há contingência.

No item que diz respeito às *áreas de lazer*, acredita-se que poderiam existir mais locais de lazer (trilhas monitoradas, feiras de artesanato, pedalinho no lago, entre outros).

Com relação ao item *meio ambiente*, é visível a preocupação com “poluição” ou o processo de eutrofização que ocorre no lago que fica ao lado do Solar Navarro de Andrade, esse processo muitas vezes atribui à área um odor pouco agradável e uma aparência de água suja.

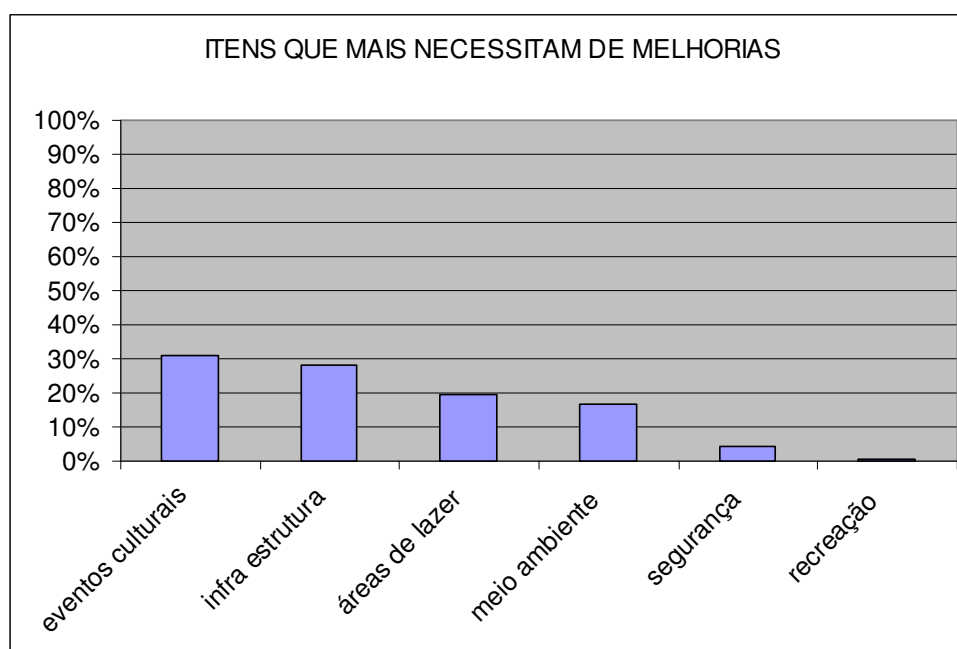


Gráfico 16²⁸ – Representação da Distribuição de Itens que Necessitam de Melhorias, Segundo os Entrevistados (Joinhas, 2007).

O número de sugestões de áreas que precisam melhorar no horto foi muito grande, devido a isso se optou por agrupar por temática (Gráfico 17). Para isso, foi feita a contagem geral de todos os itens, num segundo momento estes foram agrupados em itens considerados próximos.

A lista dos itens mais significativos pode ser visualizada no Quadro 4.

²⁸ Como essa questão permitia mais de uma resposta, a porcentagem foi calculada sobre o total de citações feitas (378) e não sobre o total de questionários (145).

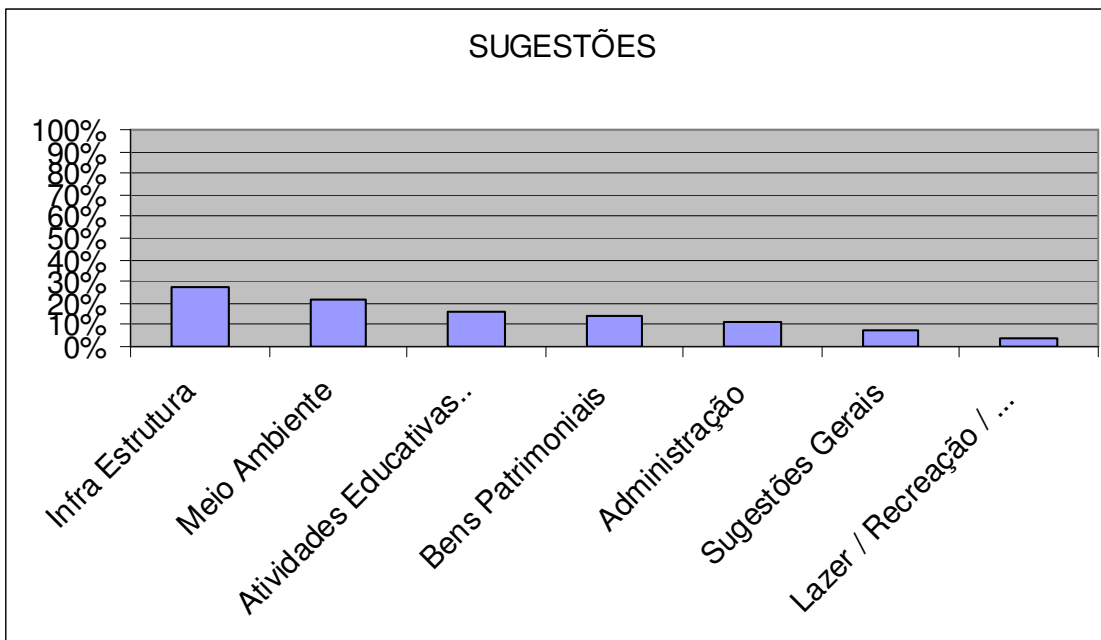


Gráfico 17²⁹ – Representação da Distribuição do que Precisa Melhorar segundo os Entrevistados (Joinhas, 2007).

Quadro 4 – Representação da Distribuição do que precisa melhorar segundo os Entrevistados (Joinhas, 2007).

SUGESTÃO	TOTAL	%
Restaurante / bares / lanchonete	48	18%
Limpeza do lago	39	15%
Restauração das casas	24	9%
Monitores para trilhas, museu, casarões.	22	8%
Meio ambiente	14	5%
Atividades educativas	13	5%
Divulgação	11	4%
História do lugar	10	4%
Sinalização	9	3%
Pedalinho	6	2%
Mais eventos	6	2%
Coleta de lixo	5	2%
Bebedouros	5	2%
Universidade – pesquisa / educação	4	2%
Igreja	4	2%
Terapias	4	2%
Incentivo ao turismo	4	2%
Outros	35	13%
TOTAL GERAL	263	100%

²⁹ Como essa questão permitia mais de uma resposta, a porcentagem foi calculada sobre o total de citações feitas (263) e não sobre o total de questionários (145).

5.1. - Afinal a quem pertence o Horto Florestal de Rio Claro

Mas, afinal, quem usa o Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade? Para que e como é utilizado? Qual o vínculo entre os frequentadores e a área? Quais seus problemas? Como contribuir para solucioná-los?

Se considerarmos que hoje o processo de valorização dos territórios se dá de forma descontínua e de acordo com regras de mercado, imaginamos que a Floresta Estadual não foge a isso, não no sentido de não ser um espaço público, mas, no sentido de ser um espaço do público, qualquer que seja. Nesse caso, a diferença entre esses espaços é quanto à questão da acessibilidade, ou seja, mesmo sendo um local público, o Horto Florestal segrega, de certa forma, os visitantes. Serpa (2005) acredita que:

... o espaço público é “compreendido, sobretudo, como um espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria de consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.
(p.9)

Acreditamos que hoje um dos grandes desafios seja o de transformar áreas que passaram por um processo de degradação e de deterioração, em locais de prática de lazer, conhecimento, cultura e exercício da cidadania. Esse processo quase sempre vem acompanhado de um ônus, o que significava um espaço “público segmentado” ao qual nem todos têm acesso.

Na tentativa de pensar, e quem sabe tornar, o Horto Florestal um espaço público, que seja acessível a todos os cidadãos é que traçamos as considerações a seguir, lembrando que este trabalho apenas abre caminho para as discussões e o debate sobre a questão patrimonial na área. As considerações apresentadas a seguir demonstram a grande complexidade do tema e da área trabalhada, não sendo estas, portanto, passíveis de conclusão nesse momento.

Assim sendo o Horto Florestal a nosso ver se configura como um espaço de contradições, hoje mais agravados devido à expansão urbana de Rio Claro. Os acontecimentos das últimas décadas mostram que o reconhecimento como área patrimonial não foi o suficiente para fazer da área um lugar que deve ser respeitado na sua totalidade.

Não é apenas o núcleo patrimonial que merece a devida atenção, apesar de realmente necessitar de uma infra-estrutura adequada para receber os visitantes. A área de entorno enfrenta grandes problemas em áreas de bairro de classe média, estes moradores simplesmente utilizam o horto como parte de suas casas, de forma a aumentar seus terrenos e ampliar sua área de lazer residencial.

Por outro lado, os bairros que fazem limite com o horto em áreas mais afastadas e de menor poder aquisitivo usam o local principalmente como depósito de lixo e entulho. Também colocam animais para pastar – é comum encontrar bovinos em grande parte dessas áreas. Há ainda os que, por falta de uma infra-estrutura pública de lazer adequada, utilizam parte dos limites, onde a vegetação é mais rasteira para atividades de lazer como pequenos campos de futebol ou áreas livres para crianças brincarem. O entorno, a nosso ver, é responsabilidade do poder público local e também da direção da floresta. Existe a necessidade de conscientização da população dos limites e usos da área.

Outro elemento que consideramos importante é o uso de parte do entorno da área pela Prema Tecnologia e Comércio S.A.. Apesar da área ter sido adquirida pela empresa na década de 1940, para a realização de pesquisas sobre a durabilidade e a resistência do eucalipto, o tratamento preservativo de madeira utiliza produtos químicos geradores de grande impactos ambientais e exige monitoramento contínuo.

Outro problema que demonstra o abandono da área por parte do poder público e que precisa ser controlado é o escoamento dos resíduos urbanos no Ribeirão Claro. O esgoto é jogado de forma irregular no curso d'água, tornando a água imprópria para o consumo e o lazer, além de exalar um forte mau cheiro.

Todos esses elementos fazem do Horto Florestal um espaço de contradições. Fica claro que existe a necessidade de ações mais responsáveis entre o poder público municipal, a atual administração da floresta e a sociedade civil.

Após esta análise das vozes dos interlocutores, percebemos que as informações obtidas por meio da pesquisa neste capítulo possibilitaram responder a uma das grandes questões colocadas inicialmente nesta tese, ou seja, a quem pertence o Horto Florestal. As outras duas questões: Porque o resgate da memória local individual e coletiva da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (antigo Horto Florestal de Rio Claro – SP) se faz necessário e urgente? E ainda, como a Educação Patrimonial poderá contribuir para o resgate da memória local?, Apresentam-se aprofundadas no próximo capítulo que trata da Floresta Edmundo Navarro de Andrade como antigo Horto Florestal, entre a memória e o esquecimento.

**VI. MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO UM
CAMINHO POSSÍVEL?**

“As experiências e vivências poder ser classificadas de diferentes maneiras através da linguagem. Se o objetivo é buscar novas diretrizes para o planejamento urbano, paisagístico e ambiental, planejadores e usuários devem encontrar convergências nas linguagens que professam”. ÂNGELO SERPA

6.1. - Memória local como formadora da identidade e o seu reconhecimento como patrimônio cultural

Para que a memória do Horto Florestal seja preservada, sem cair no esquecimento, devem-se estabelecer diálogos com o passado e por meio deste trazer para o presente, informações e contribuições que venham a enriquecer o conhecimento local.

Uma forma de preservar o patrimônio é conhecê-lo, saber que existem diversos valores para as coisas, são valores econômicos, já outros têm valor simbólico, sentimental ou afetivo.

Uma das questões que mais nos preocuparam foi a questão legal quanto à nova denominação da área, que passou de Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade” para Floresta Estadual – não parece, mas isso tem uma influência direta na questão da memória.

Considerando as relações de afetividade, identidade, culturais ou mesmo de lazer estabelecidas ao longo dos tempos, o horto e seus visitantes sofrem uma ruptura com a mudança de denominação. E o seu passado? Como era a área do Horto Florestal antes de ser floresta? O que vem a ser exatamente a denominação floresta e quais as implicações no seu uso? Muitos dos moradores desconhecem seu uso sustentável – acreditam que a área está sendo destruída, explorada.

Acreditamos que, por meio do resgate da memória local, venha a estabelecer a conexão histórico-social perdida com a mudança de nome.

Para nós, os trabalhos de resgate de memória coletiva são passíveis de desenvolvimento principalmente de forma oral, proporcionando o reconhecimento dos bens culturais existente. Acreditamos que é a partir do resgate da memória local que se forma a identidade, coletiva ou individual.

Já vimos que a formação da memória local está imbricada no processo de produção do território, haja vista que o conjunto de relações sociais desenvolvidas ao longo do processo histórico faz parte do imaginário de outrora.

Não há como entender a história de vida de cidade, município ou região sem entender em que contexto ela se desenvolveu. Ao abordar o desenvolvimento, não nos referimos apenas a edificações, como pontes, estradas, ferrovias ou ao capital como o de grandes empresas, mas também àquilo que chamamos de memória coletiva, seja ela social ou cultural.

Hoje a memória tem papel fundamental no processo de reconhecimento das áreas tidas como patrimoniais. É por meio dela que podemos descobrir parte da história do lugar. Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós (HALBWACHS, 1990).

A presença de edificações históricas, testemunhos de passagem do tempo, são uma evidência visível e tangível que necessita ser valorizada, sobretudo em tempos de mudanças tão rápidas, como nos dias atuais.

Lucena (1991) coloca ainda que o processo de reconhecimento histórico da localidade implica exercícios de “rememoração” e de “recontar histórico” a ser realizados com as pessoas envolvidas com a localidade. Consideramos que é fundamental para compreender a cidade de hoje, a exploração do passado. Isso significa nos colocarmos como ouvintes dos moradores da cidade. (p. 117)

Nesse sentido, acreditamos que a identidade associa-se também a espaços onde está fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, estes seriam organizadores diferenciais identitários. É a configuração desses objetos e de suas formas que atribui símbolos e significados diferenciados ao lugar.

Esse espaço, no caso da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, é reconhecido e percebido principalmente no núcleo patrimonial da área. Esse núcleo é composto não só por bens edificados, mas também por um cenário exuberante de beleza natural.

Essa configuração dos objetos, que nos remete a outro período, um passado não muito distante, permite ao visitante um mergulho na história local e uma busca por parte da sua identidade.

Resgatar os vínculos significa moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconheçam de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns. Santos (1997 p.121) afirma que a redemocratização não estará completa enquanto todos não forem considerados igualmente cidadãos, seja qual for o lugar em que se encontram.

Nesse sentido, acreditamos que a Educação Patrimonial seja um dos caminhos para a redemocratização, de forma que os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno sejam para todos, construindo a igualdade.

O processo de ocupação e uso do espaço, que aqui chamamos de território patrimonial, se deu de diversas formas nas mais variadas localidades, no entanto, esse processo está atrelado também ao desenvolvimento histórico e econômico de determinada localidade numa relação espaço/tempo, demonstrando assim como o espaço apresenta a marca da sociedade que o ocupa.

Esse processo se dá por meio da apropriação e da transformação da natureza, alterando significativamente suas características e deixando marcas que podem ser sentidas, percebidas e visualizadas até os dias atuais e, muitas vezes, fazem parte do nosso cotidiano.

A Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade não foge desse contexto, pois sua história confunde-se com a própria história do país. Isso, porque ela tem fortes vínculos com acontecimentos que marcaram o processo de apropriação do território brasileiro.

O processo de construção do território no município de Rio Claro se deu com o início do ciclo do café e com a chegada da linha férrea, gerando então novas possibilidades de uso do território. Novas territorialidades foram se configurando e o aumento da expansão urbana exige, do território, novos equipamentos, infra-estrutura, maior exploração dos recursos naturais e uma adequação ao novo estilo de vida. Rio Claro recebe nesse momento um grande número de imigrantes vindos de diversos países e estabelecendo novas territorialidades para o lugar, criando novas necessidades, alterando os padrões e o tipo de consumo.

A idealização da Floresta Estadual realizada por Edmundo Navarro de Andrade teve objetivo de contribuir para estudos alternativos para geração de energia para as locomotivas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no entanto, com a chegada da energia, um novo ciclo se iniciou. As locomotivas não necessitariam mais do material para queima – qual seria o destino do eucalipto e do horto a partir de então? Nesse momento, Navarro de Andrade buscou novos usos para o eucalipto e iniciou pesquisas com relação a sua resistência física e mecânica. Entre 1940 e 1960, verificou-se certa estagnação e até mesmo um declínio das ferrovias, chegando muitas delas a serem desativadas. A causa dessa estagnação foi a expansão das estradas de rodagem, em consequência do uso de novas

fontes energéticas (petróleo, por exemplo). Esse novo contexto mundial influenciou diretamente as economias regionais. No caso de Rio Claro, houve um processo de industrialização mais intenso, mudando a dinâmica do espaço urbano local.

O Horto Florestal perde nesse momento sua importância econômica e passa a sofrer pressões com o intenso processo de urbanização. Nesse período ocorre a desapropriação de áreas do entorno para o loteamento de bairros e até da instalação da Unesp – Universidade Estadual Paulista. Seu declínio é inevitável, e no início da década de 1970, a área encontra-se parcialmente abandonada e parte do acervo de Navarro de Andrade é retirado de forma ilegal. Até que, em 1976, com o encaminhado ao Condephaat do pedido de tombamento da área, o mesmo passou a ser tratado como um importante bem histórico, cultural e científico.

Acreditamos que todo esse movimento, ou todo esse processo de desenvolvimento econômico, político e cultural de apropriação do espaço atribuiu características únicas ao lugar.

Hoje, quando se fala em Horto Florestal ou Floresta Estadual, é preciso fazer um pequeno exercício de memória, é só por meio dele que poderemos desvendar sua história.

Atualmente, a Floresta Estadual se configura como um espaço de múltiplas representações, resultado de um processo de territorialização amplo e diferenciado em cada momento histórico.

Esse espaço de múltiplas territorialidades se deve ao fato de a área ter participado de vários ciclos econômicos, políticos e culturais. Essa representação se dá por meio dos bens patrimoniais naturais e culturais existentes no lugar. A forma dos bens edificados que compõem o núcleo central da área representa um pouco de cada período.

Podemos dizer então que a produção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica e outra mais imaterial ou simbólica, ligada, sobretudo, à esfera da cultura³⁰ e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social.

Num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais.

³⁰ O conceito de cultura utilizado é o colocado por Arendt (1972), onde cultura e política são fenômenos da esfera pública, pois ambos baseiam-se na capacidade de julgamento e decisão.

A idéia de território traz também implicações normativas, além das relações de afeto, influência e controle. Acreditamos que, sem essas representações, o território não existe, ou seja, a territorialidade envolve o conjunto das práticas territoriais e as mais diversas formas que a sociedade estabelece com seu território em virtude de seus interesses e valores.

Santos (2000) corrobora com isso dizendo que: “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”.

O Solar Navarro de Andrade inicialmente teve sua história ligada ao ciclo do café. O Jardim das Palmeiras também representa esse período comandado pela aristocracia cafeeira, na qual os barões do café representam a elite do poder nacional e foi por meio desse poder que outras configurações surgiram no local.

Já o Museu do Eucalipto, idealizado por Navarro de Andrade é resultado de um trabalho científico desenvolvido ao longo de vários anos que faz um contraponto com a história do ciclo do café e do desenvolvimento e declínio do uso das ferrovias.

A vila formada por casas, que no princípio foram ocupadas por trabalhadores da Fepasa, representa num primeiro momento a utilização do espaço para conforto dos funcionários, por estarem próximos ao seu local de trabalho, mas hoje representa um problema para administração, por vários imóveis se encontrarem de forma irregular.

Com relação ao patrimônio natural, a área da Floresta Estadual representa hoje um grande acervo científico, dadas as proporções de espécies que ali foram implantadas e desenvolvidas. A implantação da silvicultura no Brasil se deve em parte aos trabalhos desenvolvidos por Edmundo Navarro de Andrade e à criação do Horto Florestal.

Existem ainda, além das pesquisas realizadas com o eucalipto, áreas dedicadas a pesquisas de espécies nativas da região, a formação de sub-bosque nas áreas dos talhões mais antigos, fauna diversificada e grande beleza cênica.

É nesse contexto que podemos afirmar que a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade é hoje parte do patrimônio histórico e cultural em âmbito local e nacional.

6.2. - O Horto Florestal como espaço de aprendizado, cultura, socialização e conhecimento

O Horto Florestal tem uma multiplicidade de significados para os visitantes, esses significados estão relacionados em sua maioria à troca de informações sobre cultura, história, educação e lazer.

A área tem grande importância histórica para o município, e o resgate dessa história deve partir do horto, por meio de programas e ações educativas. Em alguns momentos, foram sugeridos também que os programas educacionais, sejam eles de pesquisa ou educação, devem ter como parceiros universidades, poder público e sociedade civil.

Apesar de atualmente o horto estar passando uma fase de benfeitorias, existe uma preocupação com os bens edificados, que estão em estado de deterioração. Para os visitantes, a recuperação desses bens patrimoniais é importante para a manutenção do núcleo patrimonial.

Atualmente, são desenvolvidas algumas atividades na área do Horto Florestal, atividades estas previstas no Plano de Manejo da Unidade³¹, como o programa de visitação ao Museu do Eucalipto e o Projeto de Trilhas guiadas. Estas atividades são desenvolvidas pelo Programa de Uso Público, que tem como objetivo promover a integração entre a Unidade e a comunidade local.

Também são realizadas outras atividades, por exemplo, o plantio de árvores na Semana do Meio Ambiente, voltada para a conscientização ambiental de crianç as; atividades comemorativas na data de aniversário do Horto Florestal, e ainda atividades artístico-culturais voltadas para o público em geral

Isso mostra a importância do Horto Florestal como espaço de convivência, lazer, aprendizado, socialização e cultura. Mesmo sem toda a infra-estrutura necessária, ele representa um dos locais preferidos da população para as atividades citadas acima. Seu potencial como local de a ç es educativas voltadas para a questão patrimonial e preservacionista   sem dúvida grande e merece a atenção de autoridades, governos e instituições públicas e privadas.

³¹ A proposta das atividades previstas no Plano de Manejo da Unidade de Conserva o, fazem parte do Anexo 2.

6.3. - Educação Patrimonial – um caminho possível?

O desenvolvimento da Educação Patrimonial local deve ter como objetivo a retomada da memória local enquanto formadora da identidade, proporcionando aos cidadãos seu reconhecimento como parte da história local.

A Educação Patrimonial deve abranger as representações e as práticas sociais da sociedade como um todo, evidenciando as características e as possíveis peculiaridades das manifestações culturais locais. Dessa forma, diferenças e preconceitos podem ser superados, num amplo processo de troca de informações e discussão, proporcionando um planejamento urbano mais humano e voltado para os interesses da população em geral.

A Educação Patrimonial como ferramenta de apoio, combinada a políticas públicas de preservação do Horto Florestal por parte de uma gestão integrada do território, pode ajudar a diminuir as contradições existentes, sejam elas culturais, educacionais ou sócio-econômicas, dentro e fora da Floresta.

A partir dessa ação, acreditamos ser possível criar um processo de identificação cultural entre a população local, e da área de entorno do Horto Florestal de Rio Claro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Horto Florestal é hoje um espaço de múltiplas territorialidades. Como verificamos, a área participou de vários ciclos econômicos, políticos e culturais. O que é representado por meio dos bens patrimoniais naturais e culturais existentes no lugar.

Essas territorialidades atribuíram ao Horto Florestal características naturais, culturais e científicas únicas, o que faz dele um território patrimonial, reconhecido com o tombamento da área em 1977.

Este reconhecimento revela a importância que o Horto Florestal tem no contexto da cidade de Rio Claro, haja vista, seu valor histórico local e nacional, por configurar-se como uma das mais importantes áreas de pesquisas sobre o eucalipto. Além de abrigar em suas dependências o Museu do Eucalipto, que possui um dos maiores e mais completos acervos referentes a esta espécie. Porém, hoje este encontra-se num processo acentuado de degradação, iniciado nos anos 60, antes mesmo inclusive do tombamento oficial da área. Esse processo de degradação se dá dentro e fora dos limites da área, o qual faz dele hoje um espaço de contradições.

Essas contradições são visíveis e sentidas de maneira direta e indireta pelos frequentadores da área. Questões como infra-estrutura, de lazer, segurança, preocupação com o meio ambiente, abandono das edificações e a falta de recursos humanos são apenas alguns dos problemas apontados pelos visitantes e pesquisados.

A partir da construção do perfil dos visitantes, percebemos que o Horto Florestal é um espaço público, mas de consumo para poucos. Percebe-se ainda que a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, na medida em que as pessoas que por ali passam não têm acesso à história do lugar.

Consideramos que o ponto de partida para entender esse processo se dará somente com a democratização e a valorização desse patrimônio. De essência cultural e identitária, o patrimônio e o território se unem para qualificar bens de uso e apropriação coletivos. São elementos significativos ao processo de democratização e valorização do patrimônio os debates relacionados à sua memória histórico-cultural, social e natural e ainda de formação da identidade e educação patrimonial.

A participação popular nas políticas públicas que dizem respeito à área, significa, sobretudo, dar voz e visibilidade para os agentes e grupos que fazem parte do momento atual, reconhecendo suas diversidades e diferenças.

Nesse sentido, cabe enfatizar as contribuições trazidas pelo debate da questão territorial, que, por sua vez, interage com os conceitos de patrimônio e memória, possibilitando principalmente o resgate histórico-cultural.

Acreditamos que através do entendimento do processo histórico de ocupação, produção e apropriação do território, tendo como suporte a Educação Patrimonial, combinada a políticas públicas de preservação e conservação do Horto Florestal por parte de instituições públicas poderá haver o resgate da memória local. Isto para diminuir assim as contradições existentes, além de proporcionar a criação de uma identidade local que levará o indivíduo a se reconhecer como parte daquele lugar, desenvolvendo a questão do pertencimento e do valor simbólico que o Horto tem hoje para a cidade de Rio Claro.

O processo de democratização e valorização desse patrimônio cultural apresenta limites e possibilidades que devem ser discutidos entre o poder público, a atual direção da floresta, a comunidade local e da área do seu entorno.

O que se espera é que haja uma integração entre o plano de manejo da unidade de conservação com ações práticas relacionadas “ao quadro de vida” da área, que apontem para novas práticas sócio-espaciais. Nesse sentido, diversas decisões técnicas se tomadas isoladamente podem ser incipientes frente às questões sociais, como é o caso de uma área tão complexa quanto o Horto Florestal.

Essa complexidade se mostrou presente também durante parte do processo de pesquisa empírica, ou seja, encontramos alguns obstáculos quando da necessidade de obter informações mais precisas por parte de alguns agentes atrelados a administração e, ou que exercem atividades geradoras de impactos diretos na área do Horto Florestal.

Investigar a história do Horto Florestal foi um grande desafio – mas imprescindível – para que eu mesma como cidadã, pudesse contribuir, por meio desse estudo, com a valorização da cultura urbana local. Portanto, tomo como minhas as lembranças de todos que fazem parte da história de vida do Horto Florestal de Rio Claro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antonio A. (org). *Produzindo o Passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural*. Secretaria de Estado da Cultura / IPHAN – São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogério (Orgs). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access, 2007.

BAPTISTA, M. R. de B. *Rio Claro: as pedras da cidade*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1994

BORTOLOZZI, Arlêude. *Educação Ambiental, Território Urbano e Novas Práticas Sócio-Espaciais: Repensando o processo de gentrificação para a sustentabilidade das cidades brasileiras*. Revista Utopia y Práxis Latino Americana (no prelo) 2008.

BORTOLOZZI, Arlêude. *Patrimônio Cultural em Território Urbanizado e a (re)construção das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial*. X Colóquio Internacional de Geocrítica Barcelona – Espanha, 2008.

BORTOLOZZI, A. *Comunicação e Ensino e a temática ambiental*. Revista Comunicação e educação. ECA – USP n 14 SP 1999, 42 a 48

BOZZINI, A. C., SANCHES, A. K. , DUTRA-LUTGENS, H. *Avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDD) do Município de Rio Claro – SP (Lei nº 2492/92), em relação ao processo de expansão urbana e suas implicações sobre o manejo do Horto Florestal “Edmundo Navarro de Andrade”*. Atividade complementar da Disciplina Estudo de Caso do Curso de Pós Graduação em Conservação e Manejo dos Recursos do Centro Estudos Ambientais da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

CARLOS, ANA. F. A. *Espaço – Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. 368p. Revista do Departamento de Geografia, 15 (2002).

CERDOURA, Karina Basílio. *Caracterização das relações entre a Comunidade do conjunto Habitacional “Oreste Armando Giovanni (Programa Pé no Chão), e a Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade”*, Rio Claro – SP. Trabalho de Conclusão de Curso. IB/Unesp – Rio Claro, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez Editora - 7ª Ed, 2005.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo, 1ª Reimpressão, Editora Unesp, 2001.

CONEGUNDES, Eduardo e SOUZA, Nilza A. *Descobertas Cotidianas: vivências e reflexões na Educação Infantil*, p.107-122. In: Park, Margareth, B. (org). *Formação de Educadores: memórias, patrimônio e meio ambiente*. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2003.

CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Coleção Edições do Patrimônio IPHAN, Rio de Janeiro, 3ª edição, revista e aumentada, 2004.

ELIAS, D. "Milton Santos: a construção da geografia cidadã". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002.

FRANÇA, Nelson J. *Plano Diretor para o "Horto Florestal Navarro de Andrade" Rio Claro*. Trabalho de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos. Santos, 1993.

FREIRE, Cristina. *Além dos Mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo, Editora Annablume - Sesc, 1997.

GARCIA, Liliana B dos Reis. *O processo de formação do capital industrial no Estado de São Paulo: 1830 a 1930*. Geografia, Rio Claro, v.10, nº 20, p. 61-97, 1985.

GARCIA, Liliana B dos Reis. *150 Anos da Câmara Municipal de Rio Claro – Edição Histórica*. Câmara Municipal; Arquivo Público Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó". Rio Claro. 1996.

GARCIA, Liliana B dos Reis. *Rio Claro e as Oficinas da Cia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operária - 1930 a 1940*. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992

GARCIA, Liliana B dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Tese de Livre Docência, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Editora Atlas, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Editora Hucitec, 1980.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. *O território em tempos de globalização*. In: Revista do Departamento de Geografia da Uerj, Rio de Janeiro, Nº 5, 1 semestre de 1999.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNENBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN - Sítios Arqueológicos. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/bancodados/arqueologico/mostrasitiosarqueologicos.asp?CodSito=25990>>. Acesso em: 10/08/2005.

JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, 3ª Ed. Editora Jorge Zahar, 1996.

JORGE, C. B. *Poemas Azuis*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*, São Paulo, Editora Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 5ª Edição, 2003.

LUCENA, Célia Regina Pereira de Toledo. *Memória, Escola e Localidade: A Escola como centro recriador da memória local*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

LUPORINI, Jussara Teresa. “*Lugares de Memória*” no Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MARTINI, Jerônimo. A. *O plantador de eucaliptos: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade*. (Dissertação de Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2004.

MARTINS, A. L. *Gabinete de Leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido*. (1847-1890). São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 1990.

MENESES, U. B. de “*Os usos culturais*” da cultura. *Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais*. In: YÁZIGI, Eduardo (Org) Turismo: espaço, paisagem e cultura. Sao Paulo- Hucitec/FINEP, 1996.

MENESES, U. B. de *A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações*. In: Silva, Zélia L. da (Org) Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo, Editora Unesp/Fapesp, 1999.

MORAES, Alanna P. *Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural*. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/> - Acessado em janeiro de 2008.

ORIÁ, Ricardo. *Memória e ensino de História*. In: Bittencourt, Circe. O Saber histórico na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1997, p.265-276.

ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível em www.minc.gov.br. - Acesso em 2007.

PARK, Margareth, B. (Org). *Formação de Educadores: memórias, patrimônio e meio ambiente*. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2003.

PENTEADO, Oscar de Arruda. *Rio Claro: Coletânea Histórica*. Editora Franciscana, Piracicaba-SP, 1977.

PENTEADO, Oscar de Arruda. *Como nasceu e cresceu Rio Claro*. In: Rio Claro Sesquicentenária, 1978.

PENTEADO, Oscar de Arruda. *Vultos da História Rio-Clarense* (Resumos Biográficos). Editora Franciscana, Piracicaba-SP, 1977.

PLATINETTI, Armando Jr. *O Horto Florestal Navarro de Andrade*. In: Rio Claro Sesquicentenária. 1978.

QUEIROZ, Moema N. *A educação patrimonial como instrumento de cidadania*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/> - Acessado em 2008.

QUEIROZ, Moema N. *Preservação do Patrimônio através da Educação Patrimonial: Uma experiência com professores da rede pública de ensino de Itabirito/MG*. Revista Brasileira de Arqueometria Restauração Conservação. Edição Especial, Nº 1, Março 2006. AERPA Editora. Resumos do III Simpósio de Técnicas Avançadas em Conservação de Bens Culturais - Olinda 2006

SAMPAIO, A. N. *Edmundo Navarro de Andrade: um pouco de sua vida e do seu trabalho*. Jundiaí: Tip. C. P., 1959.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, 14ª Edição, Editora Record, 2007.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora Nobel, 4 Edição, 1997.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis - Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. *Time-Space Relations in the Underdeveloped World*. Department of Geography, University of Dar-es-Salaam (ed. mim.), 1974.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 5ª Ed, 1997.

SANTOS, Milton. *O tempo nas cidades*. Revista da Sociedade para o progresso da Ciência. Ciência e Cultura, ano 54, nº 2, 2002.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. *“Plano de Manejo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade” Rio Claro*: Instituto Florestal, 1 CD ROM 2005.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo, Editora Contexto, 2007.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, 22ª Ed. Cortez Editora, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC: lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2.000. Brasília: MMA/ SBF, 2000. 32p.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Editora Atlas, 1987.

UNESCO *Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, 16p.

UNESCO. *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*. Conferência da Unesco de 12/12/1962. In: IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. p.95- 105. (Caderno de Documentos nº 3).

UNESCO (Division of Science, Technical and Environmental Education). *Education Module on Environmental Education Series 3*. Paris: Unesco, 1996.

SITES OFICIAIS

Leis de Diretrizes e Bases

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

PCNs

Parâmetros Nacional Curriculares

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

AMORIM, Rômulo A. *Educação Patrimonial e Patrimônio: as representações sociais do Professor de História do ensino Fundamental, da 5ª à 8ª série, das redes municipais do Recife e do Cabo de Santo Agostinho*. 235 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ARANTES, Antonio A. *Paisagens Paulistanas: Transformações do Espaço Público*. Coleção Espaço e Poder. Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

ARANTES, Antonio A. Documentos Históricos, Documentos de Cultura. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, nº 22, 1987.

ARANTES, Otília. Cultura da Cidade: animação sem frase. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: IPHAN, nº 24, 1996.

BLANCO, Carmen R. F. *O Engenho Central de Piracicaba como patrimônio industrial: usos e ruídos do território urbanizado*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2007.

BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

BORTOLOZZI, Arlêude; *Educação Ambiental na Universidade e novas práticas socioespaciais: uma experiência de integração pesquisa/ensino/extensão*. V Congresso Iberoamericano de Educación Ambiental. Joinville, Santa Catarina, Brasil, 2005.

BORTOLOZZI, Arlêude; PEREZ FILHO, Archimedes. *Crise Ambiental da Modernidade e a Produção do Espaço – Lugar do Não Cidadão*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, n 76 -1999.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. (org.) *Estatuto da cidade: política urbana e cidadania*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal / Deplan /Unesp, IGCE. P. 114. 2000.

CALLAI, H. C. *Estudar o lugar para compreender o mundo*. In Carlos A. F. A. O Lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. P.19-38.

CARLOS, Ana. Fani.; CRUZ, Rita de Cássia da. *Turismo e espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec, 1999.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Educação e Patrimônio Cultural*. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial. Belo horizonte: SEE/MG (Lições de Minas. 23), 2002.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo, 6ª Ed. Editora Perspectiva, 2005.

CORRÊA, Roberto. Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo. Série Princípios Editora Ática, 1986.

COSTA, Otávio. *Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares*. In: Revista Espaço e Cultura. UERJ. Janeiro/Junho, nº 15, 2003.

DINIZ, D. M. de F. L. *Rio Claro e o Café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)* Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia de Rio Claro, 1973.

ELLIS, M. As Bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, S. B. (1985) – *A Época Colonial - Do Descobrimento a Expansão Territorial*, 1º v. Tomo I, São Paulo, Difel, 1985.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *Patrimônio Histórico e Cultural: um novo campo de ação para os professores*. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial. Belo horizonte: SEE/MG (Lições de Minas. 23), 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GODOY, Paulo. *Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço*. Estudos Geográficos, Rio Claro, SP. 2 (1): 29 - 42, Junho 2004 (ISSN1678—698X) Disponível em www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm.

GUTIERREZ, Ramon. História, Memória e Comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: *O Direito à memória – patrimônio histórico e cidadania*. Org. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1992. 121-7.

HOBBSAWM, E.; RANGER, Terence (orgs). *A invenção em massa de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1998.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da Cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, Editora Unicamp, 2004.

MACHADO, Maria B. P. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, Maneco Livraria & Editora, 2004.

MAIA, T. R. de C. *O Vale Paulista do Rio Paraíba: história geografia, fauna, flora, folclore e cidades*. Aparecida: Santuário, 2000.

MARTINS, Índia M. *Ruínas Urbanas*. Vídeo Documentário, UniverCidade. Rio de Janeiro, RJ. Produtora Modelo, 2006.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer (Org.) Lepa apresenta: *Educação patrimonial: perspectivas*. Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2005.

OLIVEIRA, José A. *Memória e Participação Social: suportes da sustentabilidade*, p.77-84. In: Park, Margareth, B. (org). *Formação de Educadores: memórias, patrimônio e meio ambiente*. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2003.

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papyrus, 1993.

REIS F, N. G. *Espaço e Memória: Conceitos e Critérios de Intervenção*. In: O Direito à Memória, patrimônio histórico e cidadania. Org. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1992; p.167-8.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Cidade e Cidadania: inclusão urbana e justiça social*. Revista Brasileira para o progresso da Ciência. São Paulo, Ano 56 N 02 2004.

RODRIGUES, A. B. (Org.) *Turismo: desenvolvimento local*. São Paulo, Hucitec, 1997.

RODRIGUES, C. N. *Territórios do Patrimônio: Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, 2001.

SALVADORI, Maria A. B. *Memória, Cultura e cidadania: estudo de uma política pública*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

SANTOS, Carlos. M. P. dos. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, F. A. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia - UNICAMP, 2000.

SANTOS, Milton y SILVEIRA, Maria Laura *O Brasil: território e sociedade no início Séc XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Entrevista - Milton Santos -. In *Cadernos Le Monde Diplomatique. Um outro mundo urbano é possível*. Institutos Abaporu, Pólis e Veraz Comunicação. Janeiro de 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, Zélia L. da (Org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo, 3ª Reimpressão, Editora Unesp/Fapesp, 1999.

TOGNON, Marcos. *Patrimônio: entre o presente e o passado*. p.163-184. In: Park, Margareth, B. (org). *Formação de Educadores: memórias, patrimônio e meio ambiente*. Campinas, São Paulo. Mercado das Letras, 2003.

VARINE-BOHAN, H. *A experiência internacional: notas de aula*. São Paulo: FAU-USP, 1974

ZAINE, M. F. & PERINOTTO, J. A. J. *Patrimônios Naturais e História Geológica da Região de Rio Claro/SP*, Rio Claro, 1996.

ANEXO - 1

**DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES REFERENTES AO
PROCESSO (00428/74) DE TOMBAMENTO DO HORTO FLORESTAL
“EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE”**



SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
SERVIÇO DE MUSEUS HISTÓRICOS

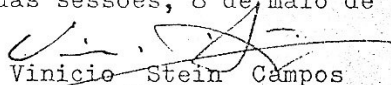
São Paulo, 8 de maio de 1974

Senhor Presidente
Senhores Conselheiros :

E^o presente para propor a imediata abertura do processo de tombamento do HORTO FLORESTAL E DO MUSEU EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE, de Rio Claro, com as devidas comunicações à FEPASA e Prefeitura Municipal de Rio Claro, uma vez que o relatório anexo é documento hábil para comprovar a necessidade e urgência da medida aqui solicitada.

Este Conselheiro deseja manifestar o seu reconhecimento ao Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga, de Rio Claro, pela valiosa colaboração que deu para fundamentação deste pedido ao egrégio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado.

Sala das sessões, 8 de maio de 1974


Vinício Stein Campos
Diretor



88

Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

Folha de informação rubricada sob n.º.....

do Proc. CONDEPHAAT n.º 00428 / 74 (a).....

Interessado: SERVIÇO DE MUSEUS HISTÓRICOS

Assunto: Solicita tombamento do HORTO FLORESTAL e do MUSEU EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE - RIO CLARO

V O T O

Considero o pedido de tombamento do Horto Florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade (Rio - Claro - SP) de uma urgência muito grande. Trata-se de um dos mais importantes e históricos hortos vinculados à história da silvicultura nacional, existentes no Brasil. É, além disso, um horto planejado com todo o rigor técnico-científico desejável, implantado no momento certo e com objetivos elevados, pela então Companhia Paulista de Estrada - de Ferro, no dizer de Helmut Troppmair - com a responsabilidade de sua condição de especialista - é o "maior e único "arquivo" vivo sobre eucalipto do mundo sendo, portanto, de incalculável valor científico, resultante de pesquisas desenvolvidas ininterruptamente durante 70 anos". - Além disso, existe no Horto, um arboreto bem mantido e vivo, que merece igual atenção.

Reservado o espaço cedido à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - num total máximo de 150 alqueires, que considero mais do que suficientes para o "campus" daquela importante instituição de ensino universitário - sou de parecer que se processe o tombamento global do Horto Florestal e do Museu Edmundo Navarro de Andrade, por se tratar de bens culturais fundamentais - da história técnica, científica e cultural, do Estado de São Paulo.

Realizado o tombamento nestes termos, te



Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

89

Folha de informação rubricada sob n.º.....

do Proc. CONDEPHAAT. n.º 00428 / 74(a).....

Interessado SERVIÇO DE MUSEUS HISTÓRICOS

Assunto Solicita tombamento do HORTO FLORESTAL e do MUSEU EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE - RIO CLARO

.2.
remos tempo suficiente para bem planejar o uso das benfeitorias instaladas e constituídas, com vistas à utilização pública de alguns de seus setores, e a preservação de outras, para uso de cientistas pertencentes a áreas específicas (botânicos, silvicultores, engenheiros florestais, zoológicos, etc).

Sala das Sessões, em 20/dezembro/1976.-

AZIZ AB'SÁBER
-conselheiro-



Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO "CONDEPHAAT"

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 286 - São Paulo - Capital - CEP 01403

São Paulo, 16 de fevereiro de 1977

Ofício SE-34/77
Proc. CONDEPHAAT 00428/74

Senhor Diretor

Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria que o Egrégio Conselho Deliberativo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, na Sessão de 14 do mês em curso, conforme consta da ATA Nº 317, DECIDIU pelo TOMBAMENTO do HORTO - FLORESTAL e do MUSEU EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE, nessa cidade.

Na conformidade das disposições conjugadas dos artigos 120 e 128 parágrafo único do Decreto nº 7.730, de 23 de março de 1976, a deliberação do Conselho ordenando o TOMBAMENTO assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade, sendo defeso, como consequência, qualquer intervenção em termos de destruição, demolição, mutilação ou alteração; e mais, sem prévia autorização do Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT não pode ser reparado, pintado ou restaurado.



14A

ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO DE 9 DE XII DE 1977

MAX FEFFER, SECRETÁRIO DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de 1969,

R E S O L V E

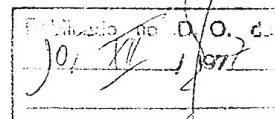
Artigo 1º - Ficam tombados como bens culturais fundamentais da história técnica, científica e cultural do Estado de São Paulo o Horto Florestal e o Museu Edmundo Navarro de Andrade, no município de Rio Claro.

Artigo 2º - Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente o bem cultural em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, aos
9 de dezembro de 1977.

MAX FEFFER
Secretário de Estado



IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - Mod. 18

SÃO PAULO, 10 DE DEZEMBRO DE 1977

Cultura, Ciência e Tecnologia

Secretário: MAX FEFFER

Gabinete do Secretário

Resolução de 9-12-77

O Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 149, de 15 de agosto de 1969, Resolve:

Artigo 1.º — Fica tombado como monumento de interesse histórico a Ermida de Santo Antonio de Guaribe no extremo norte da Ilha de Santo Amaro, no município de Guarujá.

Artigo 2.º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente o bem em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resolução de 9-12-77

O Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 149, de 15 de agosto de 1969, Resolve:

Artigo 1.º — Ficam tombados como bens culturais fundamentais da história técnica, científica e cultural do Estado de São Paulo o Horto Florestal e o Museu Edmundo Navarro de Andrade, no município de Rio Claro.

Artigo 2.º — Fica o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado autorizado a inscrever no Livro do Tombo competente o bem cultural em referência, para os devidos e legais efeitos.

Artigo 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Resoluções

De 28-11-77

Rescindindo, a partir de 18 de agosto de 1977, a pedido, nos termos do artigo 35, inciso I da Lei n.º 590-74, o contrato celebrada

Final é tempo de se falar no Horto Florestal

LÁBIO DE RIO CLARO
E 12/1/76 - Pag. 3

O Horto Florestal de Rio Claro, denominado "Núcleo de Andrade", foi um fator que levou a nossa cidade a ser mais conhecida por todo o Brasil, e até poder-se dizer conhecida por muitos estrangeiros. No entanto, a figura representada do Horto está desaparecendo de nossos meios, sem que nada se tenha feito para conservá-lo ou evitar lamanhada crise destrutiva.

Se voltarmos nos tempos, há alguns anos, podemos saber que o Horto Florestal foi criado com o intuito de fornecer um tipo-prática para as escolas das antigas faculdades para os diversos cursos de Engenharia, Arquitetura, etc. Para os laboratórios de Física, Química, Biologia e até para um mercado exótico, com o excedente produzido.

Rio Claro tornou-se, na época, a cidade que mais tinha enciclos. Navro de Andrade plantou nada menos que um milhão de pés de eucaliptos, tendo sido a quem primeiro trouxe as mudas desta planta da Austrália, formada em nossa cidade, a maior coleção de espécies de eucaliptos.

Paralelo a tudo isso, foi criado o arboreto, logo acima do lago. Este arboreto contém uma coleção completa de todas as plantas brasileiras de clima tropical e subtropical.

acreditou que a fauna seria extinta, que seriam "espantados" para outros lugares, onde não houvesse enciclos.

Por esse motivo, foi criado o Museu do Horto, expondo ao público todos os animais que passaram a ser seu habitat nos enciclos. As estatísticas comprovam que o número das espécies aumentou e as aves se foram ativamente.

Mas, além das animais capturadas, existem animais vivos, ex-hibidos, como pássaros, peixes, etc. O lago do Horto foi construído para que a Champagn Indústria de Papel, tivesse seus instalações naquele local, a fim de explorar a celulose do enciclo. Devido a fatores externos, essa instalação não foi possível.

Em paralelo também, uma terra de turismo, que partiu de São Paulo aos domingos, vindo direta mente para Rio Claro. Os turistas eram numerosos e a viagem era acompanhada até o Horto por ônibus especiais da empresa local.

Itens particulares comprovam as falhas do enciclo para a fabricação de perfumes, sabões, etc. As estufas eram conservadas freqüentemente e o movimento sempre foi dos mais intensos, principalmente aos do-

descontando pessoas vindo de toda a parte do Estado e mesmo fora tanto de nossa cidade quanto de outras, nunca se cansavam de passar algumas horas naquele local.

Havia um escritório central que coordenava toda a rede de manufatura, bem como organizava a reposição das plantas retiradas, a colheita das sementes, o tratamento das ruas de enciclos.

A construção das estufas, mantidas em um laboratório, e existiam verdadeiros herbários, somente para a perpetuação das espécies trazidas. Trabalho de aplicação da aplicação de controle, tanto para que os projetos fossem cumpridos, como para o equilíbrio do ecossistema, não prejudicando o equilíbrio ambiental.

Importante a Fundação de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, que instalados no Horto, vários de seus departamentos, mais esse fator passou ter pouco contido, na construção do local, uma vez que isso não compelia verdadeiramente a Fundação e sim aos órgãos governamentais.

Hoje, quando visita-se o Horto, depara-se com inúmeros problemas, como estradas ruins, há vezes em que os próprios alunos da Faculdade não

movem para lá e assistir a suas aulas, pontes portuguesas (como é o caso da Estrada Rio Claro a Araras, que cruzam aquele lagoado), e além disso, há árvores caídas, trilhos, prateleiras desmontadas, um abandono total em todos os aspectos.

As árvores estão lá, parte está sendo removida, sem que se tenha feito nada para salvar as árvores, pois desajustado, naturalmente. O escritório central não funciona uma vez que os serviços foram abandonados.

É um verdadeiro estado ecológico, mas que na verdade, a sua total destruição, pode trazer no campo de nossa cidade. Faltam as árvores já presentes ainda, mesmo como um "plano" de renovação de oxigênio, mas a destruição, e o início da poluição ambiental, levando esta cidade a sérios problemas. Há possibilidades para o caso do Horto ser novamente conservado, e criado dentro de um verdadeiro Instituto de Pesquisas. A retirada da madeira bruta deve ser planejada de acordo com a reposição.

O número precisa ser conservado, as estradas mesmo a volta de turistas deve ser cuidada. Ainda é tempo de se falar no Horto Florestal, mesmo sujeito a diversas ações, porque um dia tarde que seja, ele será

Um milhão e meio de pés de eucalipto, plantados numa área de quase um milhão de azeviches; um grande lago com flores aquáticas, bosques e gramados, recantos de lazer, um restaurante, estufas e herbario, são algumas das atrações do horto Navarro de Andrade, da repasa, localizada em Rio Claro, que está aberto diariamente à visitação pública.

Some-se a isso o Museu do Eucalipto, com 150 diferentes tipos da árvore, móveis e objetos históricos e ter-se-á um bom motivo para visitar esse horto, um dos 36 que a ferrovia possui, distribuídos por todo o Estado, o que pode ser feito por trem ou estrada de rodagem, em viagem de férias ou fim-de-semana.

HORTO DE RIO CLARO

Esse é o único horto da Repasa aberto à visitação pública. 50 mil pessoas passam por ele anualmente, sobretudo nos feriados, férias, sábados e domingos.

Situado quase dentro da cidade, oferece fácil acesso. Quem for de automóvel, poderá percorrê-lo, por estradas de terra batida bem cuidadas, e estacionar em ponto central, perto de suas principais atrações. Dentre elas, o lago, o museu, uma capela e o restaurante. Aos domingos, há ciclos religiosos e o restaurante, que funciona num pavilhão aberto totalmente integrado à paisagem, atende durante todo o dia.

VISITA

A visita pode começar pelo museu. Na entrada, um grande quadro, mostra um estudo comparativo do desenvolvimento do eucalipto, em altura e diâmetro, com 30 outras espécies de árvores nativas. O eucalipto, além de crescer mais rapidamente do que elas, supera-as em resistência, durabilidade e dureza. Esses fatos explicam a preferência das ferrovias de todo o mundo por esse tipo de madeira, para a fabricação de mourões de cerca, postes e dormentes.

Além de ilustrações, há amostras das espécies, móveis entalhados e outras peças que atestam a versatilidade do eucalipto e as possibilidades de sua utilização.

A VARIEDADE

Dentro desse espírito, o visitante conhecerá, também, imensa gama de produtos derivados, como o papel, a celulose, drogas medicinais e perfumarias, além de uma casa montada defronte o museu, totalmente feita dessa madeira: do piso ao teto.

A resistência do eucalipto é comprovada por peças que, mesmo enterradas há mais de 20 anos, ainda estão em perfeito estado de conservação, sem terem sofrido a ação de fungos ou do meio ambiente. Além perto do museu, estão o herbario, onde mudas são cultivadas em viveiros, os canteiros de semeadura e uma cabana de auto-fecundação.

HORTO E
MUSEU DO
EUCALIPTO DE
RIO CLARO,
PROGRAMA DE
LAZER E
EDUCAÇÃO
NAS FÉRIAS

COLEÇÃO

Para dar ao visitante noção da variedade das espécies existentes, há uma coleção catalogada, que começou a ser formada em 1919, pelo engenheiro-agrônomo Navarro de Andrade, nome atual do horto, que nele trabalhou durante 39 anos e escreveu o mais completo tratado internacional sobre o eucalipto.

As variedades são tantas que sua identificação chega ao máximo da sutilidade e a uma quase sofisticação. Há casos em que se diferencia uma árvore da outra pelos frutos ou botões, expostos em vitrinas especiais. Das 150 espécies que compõe o horto, destacam-se a citriodora e a maculata. A primeira é ideal para a confecção de dormentes, por sua durabilidade, e a segunda, pelo porte de suas árvores, que chegam a ter até 72 metros de altura e 1 m 50 de diâmetro.

EXPORTAÇÃO

O engenheiro-agrônomo Foot Guimarães, que ali trabalha há 34 anos, conta que o Horto de Rio Claro é considerado, pelos especialistas, como um dos mais importantes do mundo. E esse fato é atestado, em parte, pela exportação anual de quatro toneladas de sementes, "o que é muito" — explica — se levarmos em conta que essa semente é quase um pó".

Para ele, o que mais acentua a importância do horto e a qualidade de suas espécies, foi um pedido de sementes feito pela Austrália, país de origem do eucalipto e que conta com 600 variedades da árvore.

O PESSOAL

No horto trabalham 66 homens, supervisionados por quatro agrônomos. Na sua área industrial, uma serraria corta e trabalha a madeira destinada a dormentes, na razão de 1.600 a 2.000 peças por mês que, de lá, seguem para as usinas de tratamento.

Além de todas essas atividades, o horto serve à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, para a qual cedeu, sob convênio algumas de suas instalações. Como retribuição, os alunos do curso de biologia, orientados por professores, colaboram em pesquisas técnicas e no desenvolvimento de estudos botânicos e genéticos, contribuindo para a manutenção da atividade científica. Os estudantes participam dos trabalhos nas seções de genética e botânica, utilizando os modernos equipamentos dos laboratórios da Fepasa, onde a pesquisa, para o aprimoramento das espécies e seleção de sementes, é uma constante.

COMO IR

O horto de Rio Claro foi a primeira reserva florestal implantada pelas então cinco ferrovias existentes no Estado — Sorocabana, Araraquarense, Paulista, São Paulo — Minas e Mogiana. Seu criador, Navarro de Andrade, foi também responsável pela fundação do museu, onde trabalhou quase 40 anos.

Quem for a Rio Claro de trem, a partir de São Paulo, pode tomá-lo na Estação da Luz. Nos seguintes horários: 5 h 20, 8 h 30, 9 h 25 e 12 h 05.

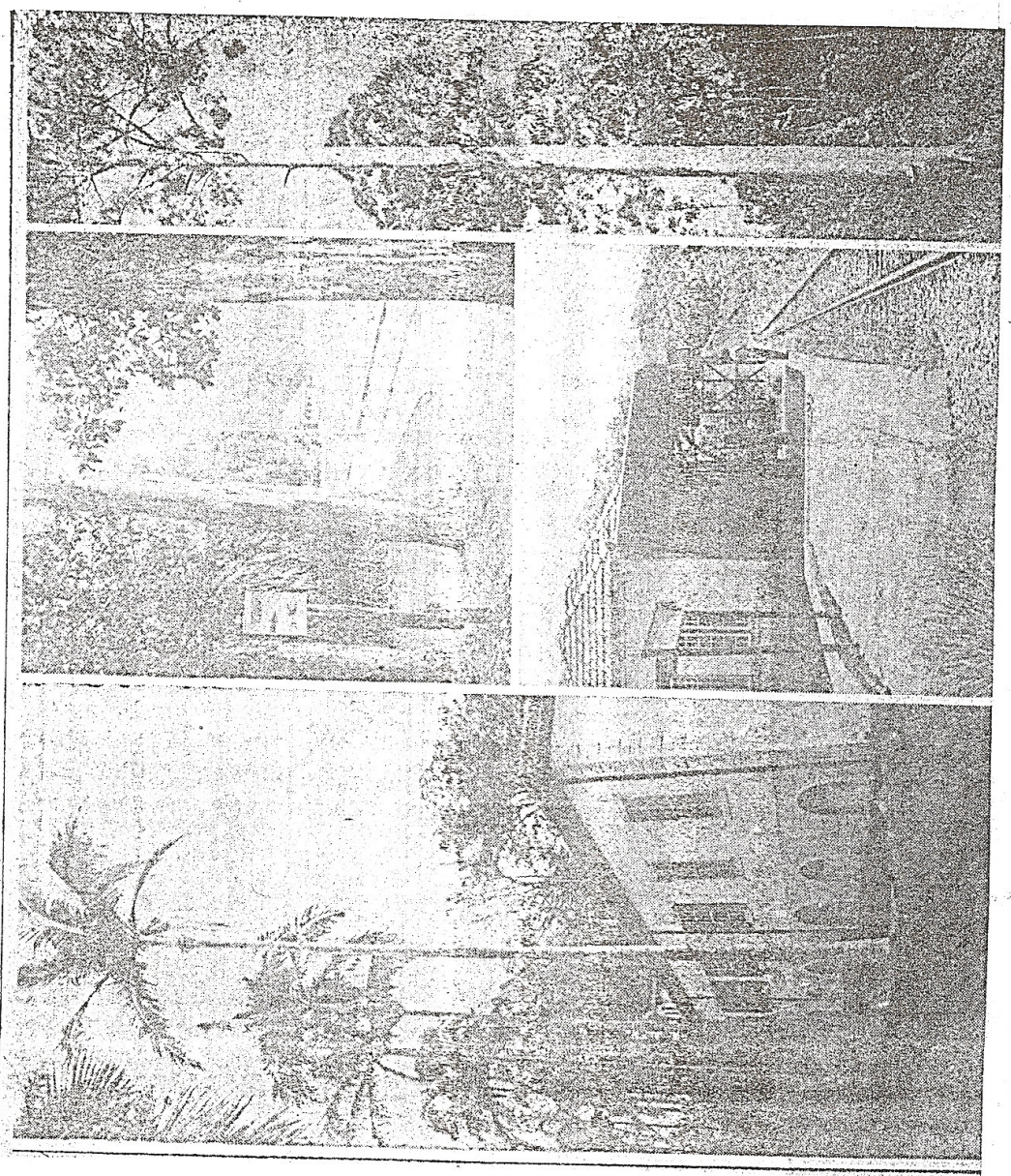
Por rodovia, a viagem é feita de São Paulo até Cordeirópolis, cidade situada logo após Limeira, e de lá até Rio Claro. O horto funciona, diariamente, das 7 horas às 11 h 30 e das 12 horas às 17 horas. O restaurante está aberto somente aos domingos.

N. da R. — Esta matéria procede da Assessoria da Imprensa da Secretaria dos Transportes.

114
P

O ESTADO DE S. PAULO

19/08/1977 - p. 34



1

114
P

Horto Florestal em perigo, FEPASA quer acabar com ele

Cia. Paulista de Estradas de Ferro, um marco de progresso para Rio Claro;

Fepasa, um próprio do Governo Estadual, quer somente destruir.

A idéia de que uma empresa governamental queira destruir um patrimonio florestal é simplesmente assustadora, mesmo para os rioclarenses, que se acostumaram a não receber qualquer apoio da ferrovia, no sentido de solucionar os problemas criados por passagens de níveis ou pontilhão e que, mais recentemente, foram aquinhoados como uma nova estação que atraxa o atendimento em pelo menos com anos.

O «Estado», em sua última página de sexta-feira, anunciava o crime que se quer cometer contra uma reserva florestal — o Horto Florestal «Navarro de Andrade», conhecido internacionalmente como centro de pesquisa e produtor de sementes de eucaliptos. A legenda dos clichês que ilustravam a notícia, mostrando o local, é bastante significativa e conclusiva: «Estes hortos florestais de Rio Claro e Sumaré, velhos pálios e outros imóveis da Fepasa, serão negociados para cobrir o atual déficit».

É francamente assustadora a simples idéia de que uma diretoria formada por homens inteligentes e vivendo os problemas que afligem a Nação, de devastamento das nossas reservas florestais, queiram utilizar o machado do «déficit» para dilapidar um patrimonio nacional. E nosso assombro cresce, quando pensamos que a iniciativa deve contar com a autorização do Governo Estadual, ciente e consciente dos problemas ecológicos patrocinados pela devastação das reservas florestais do Estado.

Para refrescar a memória de nossos homens públicos devemos informar que o Horto Florestal «Navarro de Andrade», hoje pertencente à Fepasa, foi iniciado em 1901, graças ao pioneirismo e visão de Edmundo Navarro de Andrade. Esse ilustre cientista, com uma previsão admirável dos problemas atuais e futuros, foi o responsável pela plantação de 35 milhões de árvores, correspondendo a 141 espécies importantes, das quais 110 tornaram-se perfeitamente aclimatadas em nosso país.

Simultaneamente com o plantio de milhões de árvores, o Horto Florestal «Navarro de Andrade» iniciou em 1942, um amplo programa de Genética e Melhoria de Eucaliptos. De um excepcional trabalho científico desenvolvido por um pequeno número de dedicados pesquisadores, resultou o maior patrimonio florestal já desenvolvido no país, constante de 18 hortos, distribuídos em várias regiões do Estado.

Entre esses 18 hortos, o Horto Florestal «Navarro de Andrade» constituiu-se rapidamente como principal unidade, em virtude de ter sido estruturado como centro básico da atividade científica. Possui, ou possuía, uma área de 986,55 alqueires, cultivados com 1.288.608 eucaliptos, além de 97.241 coníferas e 12.644 árvores de outras essências florestais, a maioria de procedência nacional.

O que mais valoriza o Horto Florestal «Navarro de Andrade» e que parece não sensibilizar os nossos homens públicos, é o fato de que cerca de 50.000 árvores do Horto Florestal «Navarro de Andrade» são matrizes porta-sementes, todas com cuidadoso e prolongado controle genético e seleção e excelente produtividade, obtidos num longo processo de 73 anos de existência desse patrimonio florestal.

Por outro lado, um Museu de Eucalipto, que não encontra similar em qualquer parte do mundo, com exposições e relacionamentos sobre todos os aspectos da exploração dessa árvore e com um estudo sistemático das condições de plantio e desenvolvimento e, ainda, uma coleção entomológica, com 34.200 exemplares, completam o extraordinário material científico acumulado, repetimos, em setenta e três longos anos de estudos e pesquisas de um grupo de dedicados pesquisadores, tais como: dr. Carlos Arnaldo Krug, ilustre geneticista, seguido do dr. Asdrubal Silveira Alves e dr. Rubens Foot Guimarães.

Qualquer país do mundo tudo faria para preservar um impressionante acervo como o constituído pelo Horto Florestal «Navarro de Andrade», que reúne, sem dúvida, importantíssimas informações de caráter científico, genético, econômico e tecnológico, da mais alta importância para o momento vivido por nosso País, de desenvolvimento.

Confirmadas as notícias, a Fepasa quer entrar no ramo imobiliário e é ponto pacífico a venda de parte ou totalidade do Horto Florestal «Navarro de Andrade», para construção de casas, ou simplesmente, cobrir o déficit da ferrovia, que sofre um esvaziamento proporcional à má qualidade dos serviços prestados, particularmente no setor de transporte dos passageiros. Exemplo? Basta olhar com interesse para a construção da nova (e moderna!) estação que a ferrovia construiu no novo traçado. Rio Claro, por longos anos um centro ferroviário e uma estação de expressivo movimento de passageiros, hoje está, com muito otimismo, com um terço de sua expressão passada.

O exemplo mais frizante talvez seja, justamente, o Horto Florestal «Navarro de Andrade», abandonado, em processo de completa destruição e, portanto, com o destino traçado: pouso de residências para funcionários da Fepasa, que hoje não devem chegar a 300 homens, ou de forma mais direta, área de plantio de cana-de-açúcar. Isto por que, naturalmente, se constituiria num apoio moral à idéia devastadora, quando invocada a necessidade da produção do álcool, em favor da crise do petróleo.

O nosso protesto fica consignado. Mas, preocupados com o andamento das coisas e com a insensibilidade de nossas autoridades responsáveis, convidamos o nosso povo, as gerações que aprenderam a reconhecer o valor

do Horto Florestal «Navarro de Andrade», a visitá-lo e fotografá-lo pela última vez, pois tudo indica que a sentença de morte desse patrimonio nacional já foi decretada.

"Dono do Rio Claro"
21 de agosto de 1977
p. 3.

Diário do Rio Claro - 20/08/1977

125
4

Gijo propõe a criação de comissão especial

Ontem, na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, o Deputado Gijo propôs a criação de uma

comissão especial de inquérito para, investigar o problema dos Hortos da Fepasa.

Em longo pronunciamento feito, o deputado rioclarenses, fez severas críti-

cas à empresa, solicitando ainda, energicas e imediatas providências do Governo.

Cidade de Rio Claro - 20/08/1977

Comissão para averiguar situação dos Hortos

O deputado rioclarenses José Felício Castello da FEPASA, vem insistindo junto ao Presidente da Assembleia para que seja colocado em votação o requerimento de sua autoria solicitando a constituição de uma comissão de deputados para averiguar a situação atual das áreas verdes do Estado. Castello mostra interesse em que seja realizado um completo levantamento do estado em que se encontram os hortos, e principalmente o Horto Florestal "Navarro de Andrade" de nossa cidade.

Cidade de Rio Claro - 20/08/1977

O que pretende a Fepasa?

Ampla reportagem publicada ontem no jornal "O Estado de São Paulo" informa que a atual direção da Fepasa pretende estender as atividades da empresa, deixando de ser apenas uma ferrovia. Um dos primeiros passos seria a criação da Imobiliária Fepasa, que segundo a reportagem já contaria com um capital de 2,3 bilhões de cruzeiros. A nova empresa, ainda segundo a reportagem, terá como acionista "um forte grupo empresarial, do País ou do Exterior que integrará sua parcela de capital custeando os necessários investimentos".

Os hortos florestais de Rio Claro e Sumaré velhos pátios e outros imóveis serão negociados para cobrir o atual déficit.

Ora, a população do Brasil todo sabe que depois que a ex-Companhia Paulista de Estradas de Ferro passou a ser denominada Fepasa, virou uma autentica torre de Babel, onde logicamente o prejudicado é o usuário.

Hoje em dia ninguém mais utiliza-se de trem (quando pode dispor de ônibus), isto porque a Fepasa não cumpre horários e apresenta

um serviço que não corresponde às necessidades do povo. Se a Fepasa não administra satisfatoriamente nem suas linhas e seus trens, o que pretende querendo lançar-se em outros campos? A velha Companhia Paulista está fazendo falta, e muita...

— A.C. —

76

TEM DESTAQUE

A indicação

O deputado Antonio Mesquita, do MDB viu o Horto de Rio Claro, não gostou do abandono a que está relegado e pediu ao Governador para que tome providências.

É mais um ato da série do "chove e não molha".

Antes do Mesquita, o Castellano fez igual pedido ao Governador. Se a solicitação do Castellano que é arenista não foi atendida pelo Governador, não se compreende que possa ser atendida a solicitação do Mesquita.

O problema, como foi exposto ao Senador Quercia, não se resolve com indicaçãozinha cor de rosa. É preciso um trabalho mais contudente de análise da situação e da importância do próprio como centro nacional de reforestamento, pesquisas e subsidiariamente como atração turística e isto já foi feito pela comissão de estudos do Meio Ambiente de Rio Claro, cujo parecer seria o instrumento indicado para a base de qualquer trabalho político.

Não raramente pelos jornais saem títulos da Secretaria dos Transportes indicando o Horto de Rio Claro como centro incomparável de turismo. Talvez atraída por essas publicações, uma caravana da Rhodia esteve domingo último em nosso Horto. Para as pessoas da grande metrópole onde só se observam o complexo de concreto e o chão de asfalto, até os mil buracos dos caminhos do Horto podem significar a maior maravilha do mundo, mas não se pode traduzir por enganos a busca de atrativos naturais num centro de conceito internacional como o nosso Horto onde é necessária a ordem como prova da eficiência administrativa do poder público estadual.

O deputado Mesquita viu e não gostou do que viu, mas apenas fez uma simples indicação que ficará sem atendimento como muitas e muitas indicações. O trabalho da Assembléia com relação ao Horto precisa revestir-se de uma importância condizente à enorme importância do maior centro de pesquisas silvícolas do país.

R.M.

Estes hortos florestais de Rio Claro e Sumaré, velhos pátios e outros imóveis da Fepasa, serão negociados para cobrir o atual déficit

Fotos Waldemar Paes

Fepasa não quer ser só ferrovia

CARLOS MANENTE

Não ser mais uma simples ferrovia. Esta, a nova concepção na Fepasa, Ferrovia Paulista Sociedade Anônima, que tem 99,99% do seu capital subscrito pelo governo do Estado. A partir de agora, a Fepasa está disposta a investir em conjuntos de lojas, shopping centers nas áreas urbanas densamente povoadas; realizar projetos de interesse turístico, tais como hotéis, motéis e centros de recreação; fazer loteamentos residenciais, projetos agrícolas, agro-industriais, de reflorestamento, alugar e ceder pelo sistema de leasing — aluguel com reserva de compra — terrenos que possui.

Esses planos, já praticamente aprovados pela alta direção da ferrovia e pelo secretário dos Transportes, Thomaz Magalhães, além de ajudar a ferrovia a sair de suas dificuldades financeiras, diversificarão suas atividades, criando novas fontes de renda, segundo o argumento apresentado pelos defensores da idéia.

O projeto de construir a Fepasa Imobiliária — o nome pelo qual a empresa planejada já é chamada — surgiu principalmente em razão do número de propriedades que possui, em todo o Estado de São Paulo, muitas das quais atualmente, sem utilidade prática. "Além disso — diz seu diretor Francisco de Paulo Castro Lima, diretor administrativo-financeiro — é necessário mudar a concepção de que uma ferrovia deve cuidar apenas de estrada de ferro. Exemplos no Exterior demonstram ser esse um conceito ultrapassado".

As negociações para concretizar a criação da nova empresa já se encontram adiantadas, existindo, inclusive, consultas e trocas de informações com empresas do Exterior — canadense — interessadas em entrar no negócio. Uma dessas propostas previa, até, que a empresa financiasse não apenas o projeto da Fepasa Imobiliária, mas também a construção do novo aeroporto internacional de São Paulo, que deverá ser construído em Caucaia do Alto por 500 milhões de dólares.

Uma avaliação preliminar dos bens imóveis da Fepasa, que podem ser dados como subscrição de capital

Nos planos, a venda de casas

A Fepasa pretende cobrir seu déficit de 449 milhões de cruzeiros, este ano, vendendo 7 mil residências a seus funcionários. Para isso, já existe um convênio firmado entre a Ferrovia Paulista e a Caixa Econômica Estadual, que oferece uma linha especial de crédito aos ferroviários, para aquisição da casa própria.

Já foram liberados 135 milhões de cruzeiros, para a compra de mil residências, das quais 228 na Vila Ferroviária, em São Vicente. Depois, serão iniciadas as vendas nos conjuntos ferroviários de Mairique e Araraquara, onde as antigas estradas de ferro Sorocabana e Araraquarense tinham construído residências para seus funcionários.

da companhia a ser formada, revela a existência de 16.663,40 alqueires de hortos florestais no valor de 1,3 bilhão de cruzeiros; 5,7 milhões de metros quadrados de áreas urbanas e rurais disponíveis, avaliadas em 172 milhões de cruzeiros; 9 milhões de metros quadrados de pátios especiais desativados, cujo valor sobe a 1,3 bilhão de cruzeiros; 1,2 milhão de metros quadrados de áreas para fins comerciais em áreas urbanas das cidades, com valor de 66 milhões de cruzeiros. Assim, apenas em imóveis, a Fepasa Imobiliária formaria um capital de 2,8 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

O plano de incorporação é o seguinte: a Fepasa subscreverá capital da empresa imobiliária, entregando para integralizar sua subscrição seu patrimônio imobiliário não essencialmente ferroviário, num esquema progressivo. A nova empresa terá como acionista "um forte grupo empresarial, do País ou do Exterior, que integralizará sua parcela de capital custeando os necessários investimentos". A composição acionária será estabelecida com negociação entre as partes. Não estão estipulados, na fase inicial dos estudos, os limites ou controles majoritários. O valor de subscrição da Fepasa será na faixa entre 50 e 100 milhões de dólares.

O patrimônio imobiliário da Fepasa surgiu com o acervo das antigas ferrovias, que a compuseram. Além do material em operação, foram incorporados linhas e ramais extintos, antigos pátios de estações remanejadas, áreas remanescentes da época da construção dos leitos e inclusive imensos hortos florestais, que abasteciam a empresa de dormentes além de fornecer lenha para as fornalhas das locomotivas a vapor.

O estudo preliminar sugere, ainda, que "um grupo de trabalho formado por representantes de todos os prováveis acionistas" elabore detalhado levantamento do patrimônio imobiliário envolvido, identificando para cada imóvel, as possíveis formas de exploração econômica e procedendo à sua avaliação. O resultado esperado é o surgimento de um anteprojeto de viabilidade de exploração de cada imóvel, incluindo investimento requerido e retorno esperado.

Existem, no total, 7 mil residências, em todo o Estado de São Paulo, que, com a fusão das 5 ferrovias para formar a Fepasa, passaram a fazer parte do acervo da nova estrada de ferro. Agora, a Fepasa dispôs-se a vendê-las, com preferência para os próprios ferroviários, mesmo inativos, que atualmente ocupam tais casas.

O déficit da Fepasa, em 1976, seria de cerca de 500 milhões de cruzeiros, não fosse um subsídio orçamentário especial, de cerca de 450 milhões. Mesmo assim, a ferrovia permaneceu em déficit, de 449 milhões de cruzeiros que, agora, poderá ser coberto. Caso sejam vendidas todas as residências, a Fepasa arrecadará mais de 600 milhões



A nova paineira, replantada a 60 m do antigo local

A paineira, de volta à praça no Butantã

Uma nova paineira, de 40 centímetros de diâmetro e cinco metros de altura, foi plantada na praça Jorge de Lima, bem na confluência das avenidas Lineu de Paula Machado, Eusébio Matoso e Professor Francisco Morato, a 60 metros do local onde existiu, até 1974, a "velha paineira do Butantã". A árvore plantada agora, pela Administração Regional do bairro, foi removida da avenida Corifeu de Azevedo Marques, que está sendo alargada.

A "velha paineira", que durante muitos anos provocou muitas discussões — principalmente por causa dos problemas que causava ao tráfego na área — foi cortada em outubro de 1974, uma vez que havia perdido o ciclo vegetativo, depois de haver resistido a alargamentos de avenidas e até às desapropriações feitas em 1937 pelo ex-prefeito Faria Lima. Muito discutida foi, também, a sua idade: enquanto alguns diziam ter sido plantada há mais de 300 anos, pelos bandeirantes, um dos moradores do bairro, João Gualberto Negreiros Passos, afirmava que quem a plantou foi o mulher de João Cristera, um dos primeiros moradores da região.

Pode ser tombado o horto de Rio Claro

Da sucursal

Apesar de existir um escritório do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado — Condephaat — colocando sobre a responsabilidade da Prefeitura de Rio Claro qualquer modificação ou mutilação do horto florestal daquela cidade, o prefeito ainda não sabe se o horto foi tombado como monumento histórico e paisagístico. O documento existente na Prefeitura revela apenas que "tramita pelo Conselho o processo número 428/74, para o tombamento como monumento histórico e paisagístico do horto florestal de Rio Claro", e que a Prefeitura,

por intermédio do prefeito, deve impedir mutilação ou modificação na área a ser preservada. O decreto, entretanto, ao que parece, não foi elaborado, impedindo que alguma ação seja tomada para preservar a área ou explorá-la para o turismo.

De propriedade da Fepasa, o horto florestal de Rio Claro, com 980 alqueires, dista 6 quilômetros do centro da cidade e conta com um milhão de árvores, entre eucaliptos e pinus. Criado em 1916 pelo fundador do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Edmundo Navarro de Andrade, o horto custa mensalmente 300 mil cruzeiros à Fepasa, segundo informações da própria Fepasa.

Deputado pede CPI para áreas verdes

Em requerimento apresentado ontem, o deputado Felício Castelano, da Arena, propôs à Assembléia a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito para, no prazo de 120 dias, "promover o levantamento e estudar os problemas das áreas verdes pertencentes ao Estado e a particulares".

O que se pretende com a iniciativa, afirma o deputado, é apresentar as áreas verdes do Estado, especialmente as de sua propriedade e notadamente as da Fepasa.

"Os hortos da Fepasa, o Navarro de Andrade, o problema

do aeroporto internacional e do Embú, as reservas naturais e artificiais, eis alguns dos problemas - afirmou Castelano - que exigem uma tomada de posição em favor daquilo que resta".

O parlamentar, que há muito luta pela preservação das reservas florestais do Estado, mostrou-se particularmente preocupado com o problema, diante de ampla matéria de "O Estado de S. Paulo" de ontem, a respeito dos propósitos da Fepasa de lotear áreas de sua propriedade.

SOCIEDADE NOTICIA

GOVERNO DO ESTADO DE SAO
SECRETARIA DE ESTADO DOS N
DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DO ENSINO SU
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
DE RIO CLARO

Horto está abandonado

O Horto Florestal "Navarro de Andrade" foi relegado ao mais completo abandono. Sua beleza chegou a ser motivo para a FEPASA organizar o trem turístico. Hoje o Horto não é mais aquele. O museu botânico está fechado para reforma. A reforma foi iniciada, mas interrompeu-se há

27
2011

multo tempo. Os aquários que continham peixes raros, estão secos e abandonados. Os viveiros de pássaros estão vazios. Apesar disso tudo é mantida a linha regular de ônibus da Empresa José Alexandre Junior e funciona um bom restaurante a cargo de Ortiz.

CIDADE DE RIO CLARO

QUINTA FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1974

N.º 12.367



O HORTO

A deputada Theodosina veio a Rio Claro, viu o Horto e ficou desolada diante do abandono em que se acha aquele logradouro.

A estrada mal cuidada já não leva o curioso a parte alguma em que possa haver uma atração. As sementeiras de árvores de lei deixaram de existir, o aquário secou e os peixes desapareceram, os viveiros de pássaros ficaram vazios, o Museu cerrou as portas e apenas restaram o lago e o ranchão onde funciona o restaurante.

A deputada quer formular um estrilo na Assembléia, para alertar o Governo sobre a situação e compêlir a direção da FEPASA a tomar alguma providência. A intenção da deputada é a melhor mas não há grande esperança de que seja atendida.

O Horto Florestal foi um sonho realizado de Navarro de Andrade que provou a aclimação do eucalipto e a necessidade do esforço pelo reflorestamento do país. Ali se formou um centro de ciência

A deputada quer formular um estrilo na Assembléia, para alertar o Governo sobre a situação e compêlir a direção da FEPASA a tomar alguma providência. A intenção da deputada é a melhor mas não há grande esperança de que seja atendida.

O Horto Florestal foi um sonho realizado de Navarro de Andrade que provou a aclimação do eucalipto e a necessidade do esforço pelo reflorestamento do país. Ali se formou um centro de ciência florestal do mais raro valôr e tudo começou a se acabar no dia em que o ex-governador Carvalho Pinto desapropriou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, passando para o Estado todo o seu patrimônio.

Há poucos dias atrás até os colegiais residentes no Horto foram abandonados, quando lhes cortaram os meios de condução para as escolas locais. Foi preciso que a Prefeitura tomasse a si o encargo. A FEPASA descalçou as botas e não aceitou os reclamos que lhe foram feitos.

O próprio problema da estrada não deixou de ser ventilado diretamente à direção da FEPASA pelo ex-prefeito Alvaro Perin. E o Presidente respondeu simplesmente que, se o asfaltamento interessava ao Município, este que o providenciasse, pois a FEPASA não se opunha.

Ocorreu o interesse da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, de tomar a si a administração do Horto para o desenvolvimento do Curso de Florestas e contra isso levantaram-se brados políticos.

O resultado de tudo é o que estamos notando.

Em que pese o seu valôr científico, ou mesmo que se exalte o seu valôr de centro de defesa da natureza, ou as suas qualidades inigualáveis de centro de atração turística pelas belezas naturais, o Horto Florestal está desaparecendo.

O brado da deputada Theodosina não vai ser o primeiro e nem o último. Vai ser mais um brado. O que se espera é que sensibilize o Governo do Estado e produza a compreensão da diretoria da FEPASA.

r.m.

TERÇA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1977

Salvar do loteamento o horto de Rio Claro

Rio Claro continua aguardando que o governo do Estado se manifeste sobre o destino do horto florestal da Paulista, incorporado pela Fepasa. O que preocupa o povo e as autoridades rioclarenses, como informou nosso correspondente, é a destruição daquele patrimônio para a execução de um programa imobiliário oficial, anunciado pela Fepasa: Visa-se ao aproveitamento de áreas de propriedade estadual para a construção de casas populares, centros comerciais ou grandes armazéns.

Em princípio nada a opor, se não se tratasse, como ficou dito, de um patrimônio que se arrola, sem exagero, entre os bens culturais da Nação. A sua origem prende-se à política pioneira de reflorestamento empreendida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro para economizar carvão de pedra, cujo custo se tornara proibitivo em virtude da alta do câmbio.

Generalizou-se em consequência o uso de lenha pelas ferrovias, agravando a devastação florestal, que já ia adiantada no Estado. Alertada por um de seus engenheiros, a Paulista, por volta de 1903, convocou um jovem agrônomo, de apenas 23 anos, chamado Edmundo Navarro de Andrade, para instalar o horto experimental de Jundiá, ponto de partida de uma obra pioneira.

A partir de 1909, praticamente sozinho, Navarro de

Andrade instalou oito hortos, neles aclimatando nada menos de 30 espécies de eucalipto, árvore de origem australiana. Pretendia assim atender à fome de lenha das locomotivas da Paulista, com uma árvore de rápido desenvolvimento e utilização, o que deu causa a uma viva controvérsia nacionalista. Só muitos anos depois, com a eletrificação e dieselização, esse objetivo foi superado.

De tudo restou, mais ou menos íntegro, o horto de Rio Claro, que é sede de um museu florestal e de entomologia e se conta entre as iniciativas pioneiras da silvicultura brasileira. Há alguns anos, ensaiou a Fepasa um programa de excursões turísticas, tendo em vista valorizá-lo. O programa fracassou. Naquele momento não podia enfrentar a concorrência do automóvel e o horto de Rio Claro começou a ir por água abaixo.

Mas as coisas mudaram e parece chegado o momento de uma nova tentativa nesse sentido. Do contrário, de nada adiantará o tombamento anunciado pelo secretário do Interior, Rafael Baldacci, pois a medida apenas retardará o fim inevitável. Rio Claro reclama a preservação e a utilização do horto florestal, para que não se transforme num simples loteamento do tipo de Limeira. É uma causa justa, a que não podem ficar surdos os ouvidos governamentais.

O Horto Florestal Navarro de Andrade: um monumento científico

Helmut Troppmair *Declar*
Amiltoñ Ferreira *12-5-75*
Choiti Kiyari
Sergio Nereu Fagano

Começamos nossa exposição com as palavras de Monteiro Lobato dirigidas a Celestino Silveira: "Vá, sem demora. Deixe tudo o que tiver a fazer. Nada de mais inadiável, porque nada de mais precioso você pode realizar nesta sua viagem a São Paulo, senão conhecer o Horto Florestal de Rio Claro. O resto é de reduzidíssima importância, mesmo insignificante, em confronto com o que espera você em Rio Claro.

Tudo mais importa pouco. Aqui em São Paulo você está vendo o que há no Rio, o que existe em toda parte, casas mais altas, prédios mais modernos, avenidas mais largas... Que importa tudo isso? Os homens são os mesmos. As coisas iguais as de fora daqui. Mas em Rio Claro você vai encontrar o que não pode ver em parte alguma. É tudo inédito, tudo gigantesco, tudo majestoso. Se você quer ter mesmo orgulho merecido e justo e dos maiores — então vá a Rio Claro. E na volta siga direitinho para o Rio... Não tem mais nada a devassar quem conheceu a obra maravilhosa de um brasileiro cujo nome tão poucos conhecem: Navarro de Andrade". (Celestino Silveira: Navarro de Andrade e o Eucalipto; Rio de Janeiro, 1945).

No fim do século passado e começo do atual, com a expansão das estradas de ferro, havia necessidade de madeira para dormentes, postes e combustível para as "Maria Fumaça", as máquinas a vapor. O desmatamento contínuo, porém, fez com que a madeira provinda de matas naturais rareasse. Por este motivo, em 1904, Edmundo Navarro de Andrade, engenheiro agrônomo recém formado em Portugal, foi incumbido, pela então Companhia Paulista de Estradas de Ferro, de estudar a possibilidade de trazer para o Brasil espécies arbóreas alienígenas de rápido crescimento e que aqui se aclimatassem. Da Austrália, onde existem mais de 700 espécies e variedades, Navarro trouxe 150 espécies de Eucalipto das quais 123 se aclimataram no Brasil. Dos 18 hortos florestais, criados na época, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o de Rio Claro, fundado em 1910, com uma área de 986 alqueires, foi destinado a centro de pesquisa.

Sob a orientação de Navarro de Andrade foram plantados as diversas espécies de Eucalipto e iniciaram-se as observações sistemáticas sobre o desenvolvimento: registraram-se todas as operações efetuadas, plantio, desenvolvimento das mudas, desbaste, rapidez de crescimento, corte, índice de aproveitamento dos troncos na fabricação de dormentes, trabalho esse que se desenvolve até hoje. Desta forma Rio Claro possui o mais

rico cadastro sobre a eucaliptocultura do mundo, fato este especialmente ressaltado no II Congresso Internacional de Eucalipto, em 1962, quando muitos cientistas manifestaram sua admiração pelo Horto de Rio Claro, considerado o mais valioso patrimônio mundial sobre eucalipto. Ainda nesse Congresso, o Brasil apresentou o resultado de 23 pesquisas, das quais 19 foram de técnicos do Horto de Rio Claro. O ecólogo argentino Lambert Golfari, representante da Argentina na FAO (Organização de Agricultura e Alimentação), atualmente trabalhando no Brasil, tem difundido o nosso horto nos meios científicos do exterior.

A linha de pesquisa genética, a fim de selecionar sementes, tem recebido destaque especial dos técnicos do Horto Navarro de Andrade. Em 1942 iniciou-se um amplo programa de Genética e Melhoramento de Eucalipto, sob a direção do ilustre geneticista Dr. Carlos Krug, programa continuado até 1954 pelo Dr. Asdrubal Silveira Alves e em seguida pelo Dr. Rubens Foot Guimarães. Entretanto a pesquisa genética, a mais importante contribuição que o Horto Navarro de Andrade está capacitado a oferecer ao país, é um trabalho que exige esforço e paciência. Os seus resultados não são imediatos; são necessários anos para obter híbridos, planta-los e observá-los para obter dados sobre seu valor econômico.

Hoje as características do Horto Navarro de Andrade são as seguintes: 50% da área continuam ocupados por eucaliptos que contêm as 50.000 árvores matrizes porta-sementes, todos com cuidadoso e prolongado controle genético e seleção de excelente produtividade. Estas árvores possuem em média um metro de diâmetro e 50 metros de altura. A produção e venda anual atinge a quatro toneladas, sabendo que um quilo contém 360.000 sementes férteis, as 4 toneladas correspondem a 1 bilhão e 440 milhões sementes férteis, o suficiente para reflorestar 5 bilhões de metros quadrados.

Porém o horto não se dedica exclusivamente ao estudo do Eucalipto; desde 1954 o Dr. Rubens Foot Guimarães iniciou, dentro da mesma sistemática de observação, o plantio de 60 espécies de coníferas que hoje somam o total de 97.000 árvores, entre as quais se encontra a espécie PINUS CARAIBEIA, que no interior do Estado de São Paulo encontrou condições ecológicas excelentes para o seu desenvolvimento. Esta espécie se destina especialmente à fabricação de papel de luxo. Aliás devemos ressaltar que as pesquisas realizadas em nosso horto sempre foram publicadas, o que permitiu o aproveitamento dos resultados na instalação e desenvolvimento da indústria de papel no Brasil.

Juntamente com 1.220.000 eucaliptos e 97.000 coníferas, o Horto Florestal ainda conta com 12.000 árvores indígenas, plantadas em quadras por Edmundo Navarro de Andrade, que fo-

ram cadastradas sistematicamente quanto ao seu desenvolvimento.

O museu do horto, não encontra similar em qualquer parte do mundo, com exposições e relacionamento sobre todos os aspectos da exploração do eucalipto. Todos os móveis são fabricados de madeira dessa espécie. Uma coleção entomológica com 34.200 espécies completam o material que foi coletado em longos anos de paciente trabalho científico. O piso que liga o museu à casa de Eucalipto demonstrou que os tacos feitos do cerne dos troncos resistem, sem tratamento prévio, durante 30 anos aos intempéries. Durabilidade igual apresentam os morões fabricados com a polpa, quando devidamente tratados.

A biblioteca com um acervo de aproximadamente 2.000 volumes, além de revistas e separatas sobre silvicultura, com destaque ao eucalipto, completam o rico patrimônio do nosso horto.

A instalação no horto do Curso de Ciências Biológicas da nossa Faculdade, com seus diversos Departamentos: Genética, Evolução e Bioestatística, Morfologia Animal, Fisiologia, Zoologia e Botânica, através de convênio com a FEPASA, a vigorar até 1931, dá continuidade aos programas de pesquisa genética. Devemos ressaltar os trabalhos desenvolvidos pelo Dr. José Teófilo do Amaral Gurgel e de seus colaboradores que atualmente estudam a propagação vegetativa e a reconstrução do meio ambiente, seleção de sementes, densidade e alongamento de fibras da madeira, sendo esta última pesquisa de grande interesse industrial. Finalmente a celebração do convênio permite a formação de pesquisadores, que poderão dar continuidade aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelos engenheiros agrônomos Rubens Foot Guimarães e Gilberto Cavalcanti.

No tocante ao ensino o curso de Biologia é

frequentado, em dois períodos por 200 alunos, assistidos por 18 docentes em Tempo Integral e 21 funcionários Técnicos-administrativos. Está igualmente projetada a instalação, no horto florestal, do curso de Ecologia, recentemente criado. A Direção da Faculdade vem permanentemente se empenhando na utilização e preservação do grande acervo científico que representa o horto.

É de extrema importância que os poderes públicos competentes se conscientizem da necessidade de se prosseguir e incrementar as pesquisas que ora se desenvolvem. É necessário não só preservar o patrimônio formado por Navarro de Andrade, técnicos da FEPASA e cientistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, como principalmente, dar continuidade aos trabalhos e intensificá-los. Que não se perca por desinteresse ou desconhecimento uma obra de tanta importância. É nos laboratórios de pesquisa, como o Horto de Rio Claro, que o Brasil vai e irá buscar o know-how tão necessário ao nosso desenvolvimento científico e industrial e que, muitas vezes e a altos preços, temos tido que importar.

Por fim o nosso horto constitui uma das maiores áreas verdes da região e proporciona, aos domingos, um dos atrativos aos turistas que afluem das mais diversas regiões do nosso e de outros estados. O Horto Navarro de Andrade é um Museu Vivo, único no seu gênero, do mais alto valor científico.

Não podemos deixar de repetir o entusiasmo de Monteiro Lobato quando visitou o horto: "O horto é uma coisa séria e eu sou fã número um, pois é uma dessas coisas vivas que "só vendem". É dessas lições vivas de energia que só julgamos possíveis em outros países. É uma prova dos nove fora, de convencimento absoluto. É uma janela aberta que deixa entrever o que poderemos ser no futuro".

JB

Um paraíso abandonado

Sendo o Horto Florestal um dos recantos mais bonitos de nossa cidade, deveria ter uma atenção maior por parte das autoridades e seus visitantes, que muitas vezes se

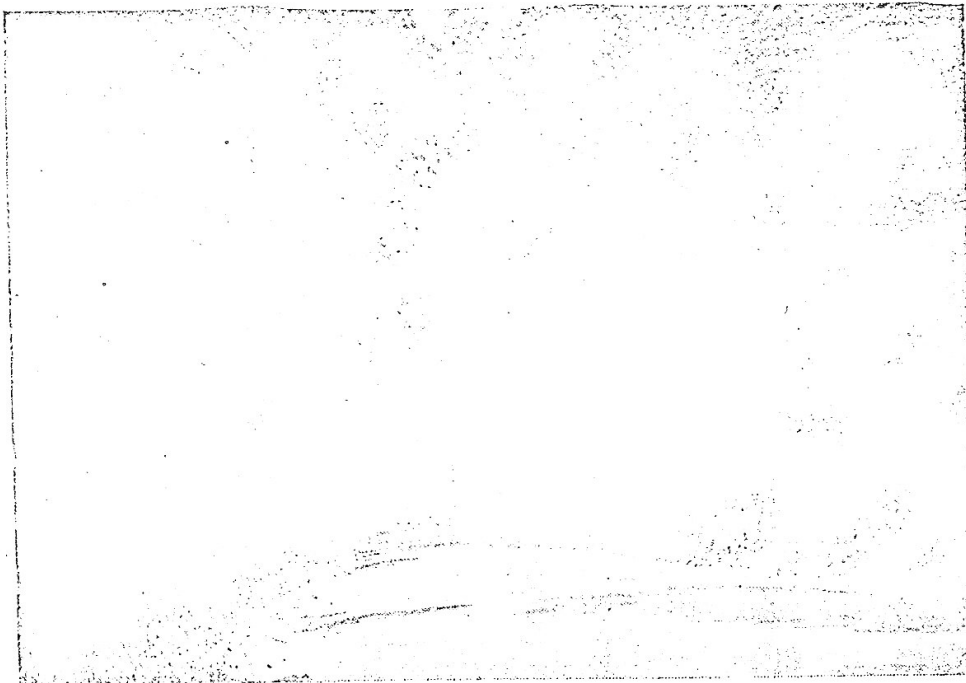
vêm impossibilitados de chegar até o centro (museu, lago etc.) devido ao péssimo estado de sua estrada.

Muito já se falou sobre a necessidade do

asfaltamento de sua estrada, que facilitará inclusive a'unos que, por carreira, precisam chegar a Faculdade lá instalada.

O asfalto, como dizem,

não prejudicará de maneira alguma a paisagem facilitando assim a cultura e os turistas que querem ver o que de mais belo e natural que possui nossa cidade.



O Horto não pode ficar abandonado.

A Seção de Ativ. Complementares
A. e P. voltando em seguida

10- 10-77 STCR
FEPASA - FERROVIA PAULISTA S.A. *M. Montinho*
CPC - 1605

José Geraldo Nogueira Montinho
Secretário Executivo

GP.AT.62/77

São Paulo, 4 de outubro de 1977.

*Acid. Histórico, para os periódicos
debrar. 5/11/05/77 JM*

Senhor Presidente,

Tendo em vista o tombamento do Horto Florestal "Navarro de Andrade", em Rio Claro, e a necessidade de limpeza do lago existente, não somente para melhoria da água suprida aos moradores, restaurante e instalações da Faculdade de Filosofia mas, também, por considerações que envolvem o aspecto paisagístico, bastante precário nas condições atuais, a Fepasa, empenhada em solucionar o problema, providenciou proposta para execução dos serviços mínimos indispensáveis a serem executados, a saber:

- a) roçada e capinação em quase todo o contorno do lago, na largura de 15,00m e na extensão de 625,00m, total de 9.375,00 m²;
- b) limpeza e remoção da vegetação aquática flutuante (taboa, nymphaea, aguapé, etc), área de, aproximadamente, 53.000 m²;
- c) limpeza e remoção da vegetação submersa e entulho que possa existir na faixa de 10,00m de largura junto à borda interna e extensão de 460,00m, total de 4.600m².

A referida proposta, fornecida pela SILVITEC", firma que já vem efetuando a contento a conservação dos azeiros, importa em Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), incluído nesse total o fornecimento de ferramentas, jangadas, carros, caminhões e demais equipamentos e materiais.

W

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
DR. NESTOR GOULART REIS FILHO
MD. PRESIDENTE DO
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO
E TURÍSTICO DO ESTADO " CONDEPHAAT "
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CAPITAL

11
4

FEPASA - FERROVIA PAULISTA S. A.
CPC - 1005

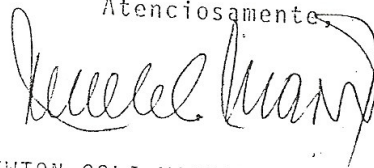
GP.AT.62/77

-fl.2-

Assim sendo, incumbido pelo Senhor Presidente, consulto Vossa Senhoria quanto a possibilidade da referida despesa vir a ser assumida, em sua totalidade, pelo CONDEPHAAT.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



NEWTON COLI MACHADO
Assistente Técnico do Presidente



ESTAMOS NA PRAÇA

36

GUILHERME ENFELDT

DENUNCIO, SR. GOVERNADOR DO ESTADO! DENUNCIO, SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA!

Quem fazer do Estado de São Paulo um deserto!

Através do conterrâneo Guinés Marcos Pantoja, Diretor do Expediente da nobre Esplanada local, tomou conhecimento, — este colunista, da publicação do "Diário de Rio Claro", de 28 do corrente, comentarista da coluna "Nossa Opinião", de que vão lotear o Horto Florestal "Navarro de Andrade". Choca violentamente o comentário final da coluna.

O povo rioclarense já, praticamente, esgotou suas esperanças de preservar o importante patrimônio histórico e florestal, diante da absoluta insensibilidade que a diretoria da Fepasa e as nossas autoridades estaduais demonstram pelo assunto.

E continuando o comentário: O loteamento previsto pelas notícias, virá legalizar um fato em evidência: o programa de completa destruição do Horto Florestal "Navarro de Andrade", patrimônio científico conhecido mundialmente, mas que, infelizmente, parece não merecer a menor consideração de nossas autoridades.

—XXXX—

E num grito de alerta, mostrando na verdade subversivos porque destroem: "O Horto Florestal Navarro de Andrade", diante da fúria destruidora, sem dúvida, irá desaparecer em breve!

—XXXX—

Iremos aceitar esse absurdo? Podemos permitir a ação de quem não consegue administrar melhor ferrovia do Estado, que foi a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, perdendo na JUSTIÇA trabalhista tudo aquilo que esta coluna denunciou quando nenhum jornal se fazia presente no grave caso? Quando o Governo do Estado pregava a necessidade de descentralizar a diretoria da Fepasa fazia exatamente ao contrário: centralizava na máis poluída Capital do mundo todo o serviço ferroviário do Estado, criando problemas para os ferroviários e suas famílias. E conforme denúncia vamos e prevíamos, mesmo chamados pela Direção a JUSTIÇA fez JUSTIÇA!

—XXXX—

Como se isso não fosse o suficiente, agora vem a mais grave das notícias. É impossível a gente acreditar, mas o "Diário de Rio Claro" registra a vergonha, o inaceitável, o crime da destruição do verde, a morte da tradição, a destruição de todo um longo trabalho de pesquisa e também a destruição da história: TENTAM LOTEAR O MARAVILHOSO (já abandonado pela Fepasa) HORTO FLORESTAL "DR. NAVARRO DE ANDRADE!"

—XXXX—

Exatamente quando vemos as amostras do deserto como agora PIAUI, MINAS GERAIS, BAHIA, exatamente quando o Brasil instalou indústrias tipo DURATEX, que aproveitam o maravilhoso eucalipto fabricando placas de madeira as mais belas com as quais fabricamos até móveis no trabalho de evitar os desertos, de matar o verde, de diminuir a poluição, causa da morte do homem, querem destruir o mais belo VERDE DO BRASIL!

Ilustre Senhor Governador do Estado doutor Paulo Egidio Martins, Impoluto e Nobre Presidente da República General Ernesto Geisel de volta da importante visita à França imortal, plantando lá a imagem do Brasil gigante, EU DENUNCIO sua qualificação de um auxiliar da JUSTIÇA no Fórum e na Justiça Trabalhista de Júndiaí, como "expert" que muito se honra pelo seu trabalho. EU DENUNCIO como jornalista profissional que assina tudo aquilo que escreve, mais um crime que a direção da Fepasa cometeu a cometer.

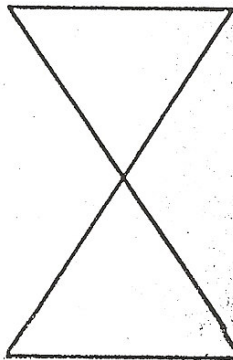
—XXXX—

Pela defesa do verde, pela anti-poluição, pela saúde pública, pela pesquisa, pela neadora, Vossas Excelências permitam esta alerta:

NAO PERMITAM A INSANIDADE, O ERRO CRASSO E VIL de lotear exatamente uma área verde maravilhosa, verdadeiro oasis criado pelas mãos do homem realizador, num mundo no qual os inimigos da LIBERDADE querem destruir o HORTO FLORESTAL NAVARRO DE ANDRADE. Para que fim, Para arrecadar o que e por que?

—XXXX—

Um Governo consciente como o do nosso Estado de São Paulo tendo a frente o corajoso dr. Paulo Egidio Martins, e um GOVERNO FIRME E REALIZADOR COMO O NOSSO PRESIDIDO PELO GENERAL ERNESTO GEISEL, nunca poderá permitir que seja despojado de uma importante e notável área verde um País já pobre do verde tão reclamado, até pela Capital Federal Brasília.



PRONUNCIAMENTO FEITO EM 13/05/76
PUBLICADO NO D.O. de 21/05/76.
TEMA: HORTO FLORESTAL DE RIO CLARO

JF

O SR. ANTONIO CARLOS MESQUITA
— Sr. Presidente, Sr. deputados, no dia
23-11-75, tivemos oportunidade de apresen-
tar a Indicação n.º 4161, nos seguintes ter-
mos:

INDICAÇÃO N.º 4.161, DE 1975

Considerando que o Horto Florestal de
Rio Claro é um centro de pesquisas e estu-
dos, como também de lazer;

Considerando que para aquele local se
dirige, constantemente, número considerável
de pessoas;

Considerando que o Horto Florestal de
Rio Claro se encontra completamente aban-
donado, principalmente o seu lago;

Considerando que a sua conservação é
medida que irá beneficiar os estudiosos e
os que desejam um local de sadio recreio.

Indicamos, nos termos regimentais, ao
Chefe do Poder Executivo, a necessidade de
determinar medidas urgentes no sentido de
conservar e recuperar o Horto Florestal de
Rio Claro.

Salas das Sessões, em 25-11-75

n) Antonio Carlos Mesquita

Sr. Presidente, após essa data, no dia
13-2-76, o Jornal «A Cidade de Rio Claro»
publicou o seguinte artigo:

«UM PARAÍSO ABANDONADO

Sendo o Horto Florestal um dos recan-
tos mais bonitos de nossa cidade, deveria
ter uma atenção maior por parte das au-
toridades e seus visitantes, que muitas ve-
zes se vêem impossibilitados de chegar até o
centro (museu, lago etc.) devido ao péssi-
mo estado de sua estrada.

Atualmente já se falou sobre a necessidade
do asfaltamento de sua estrada, que facilitará
inclusive, alunos que, por carreira, precisam
chegar à Faculdade lá instalada.

O asfalto, como dizem, não prejudicará
de maneira alguma a paisagem facilitando
assim a cultura e os turistas que querem ver
o que de mais belo e natural possui nossa
cidade.

Há ainda outro artigo, publicado no
jornal «Diário de Rio Claro», no dia 18-1-
76, que diz:

AINDA É TEMPO DE SE FALAR NO
HORTO FLORESTAL

O Horto Florestal de Rio Claro, denomina-
do «Navarro de Andrade», foi um fator
que levou a nossa cidade a ser mais conhe-
cida por todo o Brasil, e até poder-se-ia di-
zer, conhecida por muitos estrangeiros. No
entanto, a futura gigantesca do Horto está
desaparecendo de nossos olhos, sem que nada
se tenha feito para conservá-lo ou evitar tam-
bém a crise destrutiva.

Se voltar-se nos tempos, há alguns anos,
pode-se saber que o Horto Florestal foi criado
com o intuito de fornecer matéria-prima
para as caldeiras das antigas locomotivas,
para os docmotes do leito ferroviário, para
os mourões de cerca que acompanhava todo
o trajeto da ferrovia e até para um merca-
do externo, com o excedente produzido.

Rio Claro tornou-se, na época, a cidade
que mais tinha eucaliptos. Navarro de An-
drade plantou nada menos que um milhão
de pés de eucaliptos, tendo sido ele quem
primeiro trouxe as mudas desta planta da
Austrália, formando em nossa cidade, a
maior coleção de espécies de eucaliptos.

Paralelo a tudo isso, foi criado o arbore-
to, logo acima do lago. Este arboreto con-
stitui-se de uma coleção completa de todas
as plantas brasileiras de clima tropical e
subtropical.

Com a implantação do eucalipto, muita
gente acreditou que a fauna seria colhida,
que seriam espanholadas, para outras re-
giões, onde não houvesse eucaliptos.

Por este motivo, foi criado o Museu do
Horto, expondo ao público todos os animais
que passaram a ter seu habitat nos eucali-
ptos. As estatísticas comprovaram que o nú-
mero das espécies aumentou, ao invés de se-
rem atenuadas.

Mes, além dos animais empalhados exis-
tiam animais vivos, expostos na entrada do
museu, como passaros, peixes, etc.

O lago do Horto foi construído para que
a Champion, indústria de papel, fizesse suas
instalações naquele local, a fim de explorar
a celulosa do eucalipto. Devido a fatores ex-
ternos, essa instalação não foi possível.

Era mantido também um trem de turis-
mo, que partia de São Paulo aos domingos
vindo diretamente para Rio Claro. Os turis-
tas eram numerosos e a viagem era completa-
da até o Horto por ônibus especiais da em-
presa local.

Firmas particulares compravam as folhas
de eucalipto para a fabricação de perfumes,
sabonetes, etc.

As estradas eram conservadas frequente-
mente e o movimento sempre foi dos mais
intensos, principalmente aos domingos,
quando para lá deslocavam-se pessoas vindo
de toda a parte do Estado e mesmo visitan-
tes de nossa cidade que na verdade, nunca
se cansavam de passar algumas horas naque-
le local.

Havia um escritório central que ecorde-
nava toda a retirada de madeira bruta ou
manufaturada, bem como organizava a re-
posição das plantas retiradas, a colheita dos
sementes, tratamento das sementes de eucaliptos.

A conservação das espécies matrizes era
um fator imprescindível, e existiam verda-
deiros talhões, somente para a perpetuação
das espécies trazidas.

Trabalhos de apicultura também eram
desenvolvidos, uma vez que os arbustos cres-
ciam livremente entre os eucaliptos, não pro-
duzindo o equilíbrio ecológico.

Recentemente a Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Rio Claro teve instala-
do no Horto vários de seus departamentos.
Mas esse fator parece ter pouco contribuído
na conservação do local, uma vez que isso
não competia verdadeiramente à Faculdade
e sim aos órgãos governamentais.

Hoje, quando visita-se o Horto, depara-
se com inúmeros problemas, como estradas
ruins (há vezes em que os próprios alunos
da Faculdade não têm condições de se loco-
moverem para lá e assistir a suas aulas),
pontes perigosas (como é o caso da Estrada
Rio Claro a Araras, que cruza aquele torra-
douro), e além disso tudo, árvores caídas,
talhões praticamente devastados, um aban-
dono total, em todos os aspectos.

As árvores estão lá. Parte está sendo re-
novada, sem que a reposição exista. Parte
de velhas árvores está desaparecendo, na-
turalmente. O escritório central não funcio-
na uma vez que os serviços foram abando-
nados.

É uma verdadeira crise ecológica, mas
que na verdade, a sua total destruição pode
influir no clima de nossa cidade. Felizmente
te as árvores lá presentes ainda funcionam
como um «pulmão», de renovação de oxigê-
nio, mas a destruição, e o início da po-
lução ambiental, levarão esta cidade a sé-
rios problemas.

Há possibilidades francas do nosso Hor-
to ser novamente conservado, e criado dentro
dele um verdadeiro Instituto de eucalipto. A
retirada da madeira bruta deve ser planeja-
da, de acordo com a reposição.

O museu precisa ser conservado, as es-
tradas, mesmo a volta de turistas deve ser
cuidada.

Ainda é tempo de se falar no Horto
Florestal, mesmo sujeito à devastação, por-
que um dia, tudo que resta de lá está devidam-
ente valorizado.

Esperamos por parte das autoridades
constituídas as providências que se fazem
necessárias para a recuperação daquilo que
o próprio povo de Rio Claro denomina «para-
íso abandonado».

Ela o que tinha a dizer, Sr. Presidente
e Sr. deputados.

ANEXO - 2

***INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO DE MANEJO DA FLORESTA
ESTADUAL “EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE”***

4.3 PROGRAMA DE USO PÚBLICO

Objetivo Geral

O Programa de Uso Público visa estabelecer a integração entre a área protegida, seus gestores e as populações do entorno, buscando apoio à proteção da unidade, proporcionando a integração da comunidade com as áreas naturais, despertando a consciência crítica para as necessidades de conservação dos recursos naturais, culturais e históricos e da valorização das Unidades de Conservação, bem como estimular sua participação no manejo e proteção dessas áreas (Tabanez, 2000).

Objetivos Específicos

1. Planejar, implementar e regulamentar as atividades de Uso Público na FEENA;
2. Restaurar, bem como implementar a infra-estrutura de visitação pública;
3. Buscar apoio e parcerias junto a outras instituições, organizações e membros da sociedade civil para implementação das atividades e conservação da área;
4. Divulgar a importância e características do meio biofísico, aspectos legais e históricos da FEENA;
5. Resgatar e valorizar o patrimônio natural e construído da FEENA;
6. Integrar os aspectos culturais com a conservação da natureza mediante a realização de eventos;
7. Disponibilizar espaços, às empresas e instituições parceiras, visando à realização de cursos e demais eventos na FEENA;
8. Divulgar os resultados das pesquisas junto à comunidade para sensibilização da importância da conservação dos recursos da Unidade;
9. Interagir com o programa de proteção e fiscalização da Unidade para desenvolver ações de sensibilização da comunidade da zona de amortecimento;
10. Participar de eventos e outras atividades da cidade e região com informações sistematizadas sobre a FEENA;
11. Valorizar o conhecimento e a memória dos membros da comunidade;

12. Realizar estudos, levantamentos e oficinas para elaboração de proposta de revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico da FEENA, definindo seus possíveis usos, custos operacionais de restauro/reforma, parcerias potenciais, etc.

Resultados esperados

- Visitante da FEENA adequadamente atendido;
- Aumento da visitação na FEENA;
- Eventos realizados;
- Atividades culturais diversas oferecidas;
- Comunidade sensibilizada com a conservação da natureza.
- Perfil dos visitantes conhecido, bem como capacidade de carga das trilhas e de outras estruturas de uso público para atividades do programa realizadas.

Indicadores

- Número de visitantes/mês na unidade;
- Número de pessoas capacitadas para receber o público visitante;
- Número de visitantes contribuindo na conservação da FEENA;
- Número de pessoas presentes em eventos, seminários, workshops e reuniões;
- Número de eventos realizados;
- Número de participantes nos eventos.

Atividades

1. Organizar uma programação especial para os fins-de-semana visando atrair o público para a Floresta;
2. Realizar eventos em datas comemorativas ecológicas para grupos organizados e comunidade em geral com envolvimento de instituições culturais;
3. Realizar eventos de exposições, apresentações folclóricas, musicais, teatrais, dança, e outras, bem como, aquelas que valorizem a memória ferroviária;
4. Disponibilizar espaços para empresas parceiras da FEENA para realização de eventos;
5. Reformar e adaptar as casas da Colônia Sede para uso institucional ou concessões de serviços para atividades em consonância com os objetivos de uma UC;
6. Definir a melhor proposta de uso para o Solar Navarro de Andrade, através da promoção de discussões, estudos, bem como oficinas com a comunidade;

7. Recuperar o Museu do Eucalipto e seu acervo, destinando uma de suas salas para as formas atuais de utilização do eucalipto;
8. Tornar a infra-estrutura de atendimento ao público mais atrativa, buscando autorização junto ao CONDEPHAT para mudança da sua fachada, através de pintura externa e interna diferenciada dos demais imóveis, bem como dotá-lo de materiais e equipamentos adequados;
9. Adequar a comunicação visual através de placas colocadas na área de Uso Público, bem como, de monitores treinados, visando melhorar a comunicação com o visitante;
10. Produção e distribuição de materiais didáticos, materiais com informações técnicas e científicas aos visitantes e comunidade do entorno;
11. Adequar sala de exposições no Centro de Visitantes com temas afetos aos recursos naturais, históricos e científicos da FEENA, atividades desenvolvidas, entre elas, os resultados das pesquisas científicas realizadas na Unidade, bem como questões ambientais de relevância local, regional ou global;
12. Acondicionar uma sala de audiovisual no Centro de Visitantes, onde serão exibidos filmes de caráter ambiental, em especial sobre a FEENA e outras Unidades de Conservação;
13. Promover a visitação monitorada no Museu do Eucalipto, através da elaboração de roteiros apropriados à demanda do público, ou seja, escolas, universidades, empresas e público em geral;
14. Planejar e implantar estruturas de segurança nas trilhas, bem como zelar pela sua manutenção;
15. Parcerias com as Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e/ou outras organizações governamentais e não-governamentais, dentre outras instituições afins.

Normas

- *As atividades propostas no Programa de Uso Público da FEENA deverão ser coordenadas por técnicos da unidade e contar com a participação de outras instituições potencialmente parceiras: Prefeitura Municipal e seus departamentos, Universidades, ONGs e outras Instituições de Ensino, empresas, bem como voluntários;*

- *As atividades devem ser previstas dentro dos preceitos de sustentabilidade ambiental e em conformidade com as indicações do zoneamento da FEENA;*
- *Os visitantes terão acesso à FEENA somente em horários previamente definidos pela Administração;*
- *Não será permitida a retirada de materiais da natureza nem manipulação da fauna pelos visitantes;*
- *Os eventos deverão ser elaborados pela equipe do Programa de Uso Público com a participação de integrantes de instituições parceiras;*
- *Os eventos, quando solicitados por outras instituições, deverão ser agendados e autorizados com pelo menos 01 mês de antecedência e seguir as normas e orientações da Administração, bem como os recursos financeiros, deverão ser providenciados pelo órgão organizador do evento e patrocinadores e/ou colaboradores*
- *Os eventos não serão permitidos quando oferecerem qualquer potencial de dano ao patrimônio ambiental, histórico ou arquitetônico da FEENA.*

Requisitos

- Recursos financeiros disponíveis;
- Equipe capacitada;
- Divulgação da Unidade junto aos meios de comunicação;
- Integração com os demais programas da FEENA;
- Concessão de uso para eventos segundo normas da administração.

INDICAÇÕES DE LINHAS DE PESQUISAS PRIORITÁRIAS E PROJETOS TEMÁTICOS /
FEENA – RIO CLARO**1. MANUTENÇÃO DA DIVERSIDADE VEGETAL**

Diante da relevante e única fonte biológica viva *ex situ* de espécies de *Eucalyptus*, até o momento, conhecida para a América do Sul, existente na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA), e da biodiversidade a elas associada após um longo tempo de manejo pouco intensivo ou inexistente, torna-se imprescindível tratar de forma moderna tal rico germoplasma com bases em análises dinâmicas para atender tanto a exploração de recursos renováveis (florestas plantadas) como a manutenção de seus bosques ou das áreas de regeneração.

Duas estratégias principais podem ser empregadas na manutenção de diversidade vegetal existente na FEENA. **Uma delas determina** que todos os sistemas identificados na área de interesse sejam preservados, se possível sem descontinuidades. **A outra ação estratégica**, por sua vez, determina a preservação de processos dos quais a biodiversidade depende. Neste segundo modo operacional é possível a obtenção de sucesso nos resultados em áreas pequenas e com sistemas modificados - a idéia é preservar características particulares nos ambientes para que as espécies neles não sejam perdidas, sejam quais forem os tamanhos das populações. Em situações complexas, é possível adotar **uma estratégia mista**, com um elenco de áreas a serem preservadas *in totus* (nas suas totalidades) e outras nas quais se prevê manejo ambiental/biológico compatível com o nível de manutenção dos processos de fluxos de energia e informações necessários a uma biodiversidade em especial ou escolhida; ou ainda, se a área estudada permitir, poderá ser adotada uma estratégia mista em ambientes particulares.

Considerando que para a FEENA há citação enumerada e localizada de cerca de 40 espécies distintas de *Eucalyptus*, oriundas de diferentes ambientes, ou seja, com requisitos ecológicos particulares para suas manutenções, cada um destes táxons, em situações de plantios originais (brazões), será aqui tratado como uma **espécie rara**. Desta forma, uma vez identificados e localizados os talhões dos brazões originais na FEENA, nestes deverá ser aplicada a estratégia de preservação ambiental *in totus*, só podendo ser objeto de estudo e manejo a "espécie rara" (o talhão poderá ser denominado de **biótopo**).

Por outro lado, as **áreas de risco ambiental considerável** (*cf.* erodibilidade edáfica, declividade, tensão ecológica, etc) e aquelas com proteção já definida por legislação específica (como as zonas de proteção de cursos d'água) deverão passar por estudos mais amplos para reconhecimento das características de composição (listas florísticas) e padrão estrutural (fitossociologia) indutores de

processos ecossistêmicos particulares. Estas características indicarão *quais ambientes não podem perder suas espécies já ocorrentes, e outros que necessitam ter sua recuperação orientada.*

As comunidades vegetais diferenciadas, ou seja, as áreas ou talhões estabelecidos com "essências indígenas" (espécies nativas), e aquelas com histórico (registrado ou não em arquivos da instituição) de corte da floresta implantada originalmente, seguido de abandono que tenha proporcionado estabelecimento de outra comunidade por processos naturais (regeneração por banco ou chuva de sementes) deverão ser alvo somente de estratégia de preservação *in totus*.

Áreas de tensão ecológica, tais como as de bordas dos talhões contíguos às comunidades das espécies nativas, as dos limites (bordas) da FEENA e aquelas com efeitos da proximidade de espécies raras, também deverão ser tratadas como preservadas ou com manejo mínimo, ou ainda com mistura das duas estratégias, o que exige maior nível de estudos, e demanda monitoramento contínuo.

Ficam fora das estratégias aqui recomendadas aquelas comunidades vegetais com histórico de manejo ambiental exclusivamente comercial, respeitadas as características ambientais e seus diferentes níveis de risco.

Assim, para completude das estratégias citadas e de suas aplicações na FEENA propõem-se as ações a seguir, sob o tema:

“Ambiente e vegetação na FEENA, Rio Claro, SP: interações taxonômico-ecológicas de remanescentes nativos e sub-bosques de espécies de *Eucalyptus* e *Pinus* spp.”

1. levantamentos pontuais, com suficiência amostral, da riqueza específica de subosques de talhões com diferentes espécies de *Eucalyptus* e *Pinus*, com suficiência amostral;
2. comparações de riqueza e estrutura entre subosques de talhões de *Eucalyptus* de diferentes idades;
3. correlações solo-vegetação de subosques em talhões de *Eucalyptus*: amostras pontuais e padrões emergentes;
4. estrutura, composição e dinâmica de áreas florestadas com vegetação nativa secundária na FEENA - uso de áreas mínimas para metodologia amostral;
5. estrutura e composição do componente arbustivo-arbóreo de áreas de preservação permanente ao longo de cursos d'água permanentes e sazonais da FEENA;
6. recuperação de áreas degradadas com replantios de espécies nativas, seguindo diretrizes e normas da legislação pertinente;

7. qualidade e potencial genético dos plantios de diferentes espécies de *Eucalyptus* e *Pinus* da coleção viva da FEENA: viabilidade de pólen e sementes;
8. reidentificação das espécies de *Eucalyptus* e *Pinus* cultivadas na FEENA: criação de bancos de dados e coleções-referência;
9. revitalização dos plantios de espécies de *Eucalyptus* das coleções em linha na FEENA, Rio Claro;

Estes itens deverão, portanto, constar como sendo necessários à realização da proposta feita, de modo a padronizar as diferentes pesquisas que poderão ser realizadas sob o mesmo âmbito, ou seja, a manutenção da diversidade biológica vegetal.

2 - AMOSTRAGEM, IDENTIFICAÇÃO, QUANTIFICAÇÃO E DINÂMICA DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (SUCESSÃO ECOLÓGICA) DA VEGETAÇÃO NATIVA.

As pesquisas futuras com estas fitocenoses deverão ser:

- Contínuas;
- Intensificadas, prioritariamente, nas áreas em regeneração após cortes realizados há mais de 15 anos, nos talhões ainda não estudados, naqueles que tenham influência de cursos d'água permanentes ou sazonais, e onde a retirada de madeira for permitida sob controle;
- Caracterizadas por metodologias que tragam a composição florística e o entendimento das estruturas vertical e horizontal da vegetação, principalmente do componente arbustivo-arbóreo;
- Realizadas tanto em áreas sob cultivo de espécies de *Eucalyptus*, quanto sob *Pinus*, testando efeitos de alelopatia destes grupos no estabelecimento de comunidades de espécies nativas;
- Utilizadas como modelos para a adoção de espécies em processos de enriquecimento de áreas fortemente antropizadas ou degradadas.

Os talhões que possuem populações implantadas com espécies nativas (“indígenas”) devem ser mantidos como patrimônios histórico e biológico, recuperados, manejados atendendo questões de fitossanidade, e estudados nos aspectos de aproveitamento como fontes de propágulos (sementes) para uso nos programas de obtenção de mudas em viveiros. Porém, faz-se necessário implantar projetos de pesquisas voltados para o estudo destas áreas, com o objetivo de:

- Identificar as espécies remanescentes dos plantios;

- Estabelecer os padrões fenológicos de cada espécie plantada no local; estudar a viabilidade de produção de propágulos destas espécies plantadas;
- Analisar os potenciais de germinação dos propágulos de cada espécie estudada nestes locais;
- Identificar os mecanismos e a importância destas áreas como disseminadoras de propágulos;
- Identificar as características da biocenose formada com o advento do plantio desta diversidade de espécies nestes locais.

3 - ESTUDOS DO SOLO

Duas principais linhas de pesquisa são atualmente necessárias para serem abordadas na FEENA, no que diz respeito aos estudos pedológicos da área:

3.1 Detalhamento dos Solos

A FEENA possui um levantamento pedológico preliminar, na escala de 1:25.000. Este nível de detalhamento não fornece subsídios suficientes para a realização de estudos específicos, nem tampouco para o manejo conservacionista dos solos desta Unidade de Conservação.

Propõe-se a realização de um levantamento detalhado na escala 1:5.000, visando dar suporte aos diversos manejos preconizados neste documento e à pesquisas científicas.

3.2. Quantificação da Estocagem de Carbono

As práticas silviculturais, tradicionalmente adotadas nos talhões da FEENA, diferenciam-se das utilizadas em plantios comerciais, geralmente de maior impacto ambiental, pois confere ao sub-bosque e aos horizontes superficiais destes solos características peculiares.

Sendo o solo um importante compartimento na estocagem de carbono global, propõem-se a realização de um estudo de espacialização da matéria orgânica dos solos correlacionada aos fatores edáficos e bióticos. Espera-se que os resultados deste estudo gerem subsídios para as ações voltadas ao seqüestro de Carbono decorrente de práticas conservacionistas dos recursos naturais renováveis.

4. MANEJO DA FAUNA

4.1. Anfíbios

Considerando-se a distribuição de Anfíbios registrada na Floresta, bem como as características intrínsecas de cada espécie, propõe-se:

- Realização de inventários padronizados a cada cinco ou seis anos para avaliar os efeitos do plano de manejo sobre a anurofauna (fauna de anfíbios anuros). Esses inventários poderão ser realizados nas diferentes zonas da FEENA (áreas de uso público, áreas de preservação permanente, áreas de interesse histórico, etc...), de preferência seguindo os métodos adotados em Toledo et al. (2003).
- Continuidade do manejo atual na área de uso público em frente à igreja, local de ocorrência do anfíbio endêmico, evitando-se as queimadas. A iluminação noturna do local (a qual pode interferir na atividade dos anuros) poderia ser desligada (ou reduzida) durante as noites do verão, período reprodutivo de pelo menos sete espécies no local. Ademais, como estas espécies utilizam áreas abertas e alagáveis com vegetação rasteira sugerimos também que essas características sejam mantidas (isso não impede o plantio nas margens dos córregos presentes).

4.2 Répteis

Por conta de poucos estudos sobre répteis terem sido feitos na FEENA, a realização do mesmo adquire um caráter preliminar, baseando-se em temas básicos como o levantamento da riqueza e da abundância de espécies de répteis ocorrentes na Floresta Estadual “Edmundo Navarro de Andrade” para que medidas de conservação e manejo sejam mais bem empregadas. Isso não impede, porém que outros temas que abordem o assunto sejam descartados. No entanto, o detalhamento da composição da comunidade de répteis da FEENA é ainda uma necessidade prioritária para a UC.

4.3. Aves

O trabalho realizado por Willis (2003) é pioneiro no que diz respeito ao estudo da diversidade de aves na FEENA e seu entorno. Por se tratar de um trabalho que foi realizado durante um longo período de tempo (de 1985 a 1993) e que possui um caráter preliminar, abordando apenas a diversidade e a abundância de espécies. Tais informações, entretanto, são incipientes, dando pouco respaldo para o adequado manejo dessas populações. Seria relevante, portanto, a realização de estudos ornitológicos que abordassem aspectos do comportamento alimentar, épocas e locais de acasalamento e repartição de recursos alimentares.

4.4 Mastofauna

A FEENA dispõe apenas de um inventário preliminar dos mamíferos não voadores. Logo, faz-se necessário a realização de estudos mais detalhados sobre a diversidade e abundância de espécies, sobre o comportamento das espécies da mastofauna da Unidade de Conservação com o objetivo de adquirir informações que auxiliem no manejo desses animais. Os estudos neste âmbito englobam:

- Detalhamento dos locais de ocorrência das espécies levantadas.
- Estudo dos nichos ecológicos de cada espécie e da repartição de recursos entre elas.
- Estudo dos hábitos alimentares de cada espécie.
- Estudo das épocas e locais de acasalamento de cada espécie.
- Estudos sobre o deslocamento das espécies no interior da UC.

5. LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES DE *PINUS* E *EUCALYPTUS* DOS TALHÕES 89 E 90, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A RECUPERAÇÃO DESTAS COLEÇÕES.

A Coleção de Talhões de *Eucalyptus* é uma área onde se encontra uma coleção de diferentes espécies de eucaliptos (cerca de 41 espécies), plantadas no ano de 1919, e dispostas em 68 talhões de aproximadamente 1.600m² cada. Caracterizada por ser uma área de banco de germoplasma *in vivo*, a Coleção de Talhões e a área em seu entorno é genericamente denominada de Talhão 89. Bertin (1999), com o propósito de dar suporte técnico a esta área, promoveu um levantamento cadastral da área, utilizando-se de técnicas de engenharia de agrimensura, conferindo informações cartográficas confiáveis sobre a área. Porém, Bertin se baseou somente em relatórios expedidos pela FEPASA (1994) sobre inventários florestais realizados na Coleção, os quais, não refletem mais a realidade dos plantios na Coleção. Leite (2002) promoveu o estudo do sub-bosque que se desenvolveu em alguns dos talhões da Coleção, os quais não haviam sido manejados até então.

A necessidade atual sobre a área se respalda sobre o levantamento e a identificação dos indivíduos remanescentes do plantio realizados no ano de 1919, com a finalidade de manter as informações histórico-científicas da área atualizadas.

Do mesmo modo, a Coleção de *Pinus* genericamente denominada de talhão 90 (englobando o seu entorno), necessita de um levantamento e identificação das espécies aí encontradas. Até então, somente as informações referentes aos inventários florestais da FEPASA (1992, 1993 e 1994) sobre a área estão disponíveis.

A realização destes estudos em ambas as áreas serão extremamente importantes como respaldo para a realização de um manejo mais adequado destas áreas.

7. ESTUDOS ESPECÍFICOS SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO LOCAL, PARCIALMENTE INSERIDO NA FEENA.

8. LINHAS PRIORITÁRIAS DE PESQUISAS, COMO SUBSÍDIO AO PROGRAMA DE USO PÚBLICO.

- Definição do perfil e percepção dos visitantes, das comunidades circunvizinhas e da zona de amortecimento em relação à FEENA;
- Avaliação do aprendizado e de mudanças de atitudes de estudantes e professores em relação à Floresta e aos temas conservacionistas;
- Estudo da capacidade de suporte das trilhas, do Museu e do Centro de Visitantes, bem como das demais infra-estruturas de Uso Público;
- Desenvolvimento de métodos interpretativos e/ou informatizados para o Centro de Visitantes, Museu do Eucalipto e trilhas;
- Avaliação da importância/eficácia das trilhas interpretativas auto-guiadas.

APÊNDICE

MODELO DO QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO HORTO FLORESTAL “EDMUNDO NAVARRO DE ANDRADE”

PARTE 1 - Dados Pessoais

1. Nome: _____

2. Há quanto tempo vive em Rio Claro? _____

3. Naturalidade: _____ (Cidade/Estado/País)

4. Faixa Etária:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> menor de 18 anos | <input type="checkbox"/> 35 a 50 anos |
| <input type="checkbox"/> 18 a 25 anos | <input type="checkbox"/> 51 a 65 anos |
| <input type="checkbox"/> 26 a 34 anos | <input type="checkbox"/> mais de 65 anos |

5. Grau de Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo (1º grau) | <input type="checkbox"/> Nível Superior Completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto (1º grau) | <input type="checkbox"/> Nível Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo (2º grau) | <input type="checkbox"/> Especialização |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto (2º grau) | <input type="checkbox"/> Mestrado e /ou Doutorado |

6. Estado Civil

- Solteiro Casado Outros

7. Filhos / Quantos

- Nenhum 01 02 03 Mais de três

8. Sua renda familiar está entre:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo (R\$ 300,00) | <input type="checkbox"/> entre 8 e 10 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> entre 2 e 4 salários mínimos | <input type="checkbox"/> entre 10 e 20 salários mínimos |
| <input type="checkbox"/> entre 4 e 8 salários mínimos | <input type="checkbox"/> superior a 20 salários mínimos |

9. Você trabalha em Rio Claro?

- Sim Não

10. Qual a atividade que você exerce? _____

11. Bairro que reside: _____

12. Você participa de atividades culturais na cidade? Quais?

13. Qual local (is) você frequenta nos momentos de lazer?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> clubes | <input type="checkbox"/> fontes |
| <input type="checkbox"/> cinema | <input type="checkbox"/> pesqueiros |
| <input type="checkbox"/> praças | <input type="checkbox"/> cidades vizinhas |
| <input type="checkbox"/> casa de amigos / parentes | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

PARTE 2 - Dados relacionados especificamente ao Horto Florestal

14. Com que frequência você vai ao Horto Florestal?

- 1 vez por mês todos os finais de semana
 2 vezes por mês somente em dias de evento
 3 vezes por mês somente em feriados

15. Que tipo de transporte você utiliza para chegar até o Horto Florestal ?

- Carro Ônibus Bicicleta Outros _____

16. Como você fica sabendo de atividades no Horto Florestal ?

- Jornal TV Cartazes Amigos Rádio Outros _____

17. Você sabia que existe um Museu dentro do Horto Florestal?

- Sim Não

18. Você já o visitou alguma vez?

- Sim Não

19. Você sabe qual a origem do Horto Florestal e quem foi Edmundo Navarro de Andrade?

20. Qual a importância que o Horto tem para você? _____

21. Que tipo de evento ou atividade você gostaria que acontecesse no Horto Florestal?

- Exposições em geral Atividades de recreação para crianças
 Festas Atividades esportivas
 Apresentações musicais/danças Outros _____

22. Em sua opinião, o que precisa ser melhorado no Horto Florestal?

23. Das áreas abaixo, quais delas necessitam de melhorias?

- a infra-estrutura local o cuidado com o meio ambiente
 as áreas de lazer o número de eventos culturais a segurança

24. Quem você acha que deveria ser o responsável pela manutenção do Horto Florestal?

- Prefeitura Universidades
 Estado ONGs
 População Local Outros _____

25- Você está satisfeito com a gestão / administração do Horto Florestal?

26. Você acha que existe algum tipo de conflito no Horto Florestal?
